



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**  
**PROHIS**

**DA “CAUSA CONSTITUCIONAL” À “CAUSA DA INDEPENDÊNCIA”:  
os discursos e debates parlamentares da representação da Bahia nas Cortes  
Gerais de Lisboa e na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro  
(1821-1823)**

**Antonio Cleber da Conceição Lemos**

**SÃO CRISTÓVÃO**  
**SERGIPE - BRASIL**

**2018**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

L557d Lemos, Antonio Cleber da Conceição  
Da "causa constitucional" à "causa da independência": os discursos e debates parlamentares da representação da Bahia nas Cortes Gerais de Lisboa e na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1823)/ Antonio Cleber da Conceição Lemos; orientadora Edna Maria Matos Antonio. – São Cristóvão, 2018.  
156 f.: il.

Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. História - Bahia. 2.Rio de Janeiro (Estado) - Assembleia Constituinte. 3.Brasil - Política e governo.4.Deputados - Bahia. 5. Brasil - Assembleia Constituinte (1823). 6. Assembleias constituintes. I. Antonio, Edna Maria Matos, orient. II. Título.

CDU: 94(813.8)

**ANTONIO CLEBER DA CONCEIÇÃO LEMOS**

**DA “CAUSA CONSTITUCIONAL” À “CAUSA DA INDEPENDÊNCIA”:  
os discursos e debates parlamentares da representação da Bahia nas Cortes  
Gerais de Lisboa e na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro  
(1821-1823)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado em História-PROHIS da Universidade Federal de Sergipe-UFS como requisito para a obtenção do título de mestre em História, na área de concentração Relações Sociais e Poder.

Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Matos Antonio.

**SÃO CRISTÓVÃO  
SERGIPE - BRASIL**

**2018**

**ANTONIO CLEBER DA CONCEIÇÃO LEMOS**

**DA “CAUSA CONSTITUCIONAL” À “CAUSA DA INDEPENDÊNCIA”:  
os discursos e debates parlamentares da representação da Bahia nas Cortes  
Gerais de Lisboa e na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro  
(1821-1823)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado em História-PROHIS da Universidade Federal de Sergipe-UFS como requisito para a obtenção do título de mestre em História, na área de concentração relações sociais e poder.

Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Matos Antonio.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Edna Maria Matos Antonio – UFS  
(Presidente)

---

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias – UFS  
(Membro)

---

Prof. Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho – UFRB  
(Membro)

## **AGRADECIMENTOS**

Antes de qualquer coisa, agradecer a Deus por, em muitos momentos difíceis, ter me dado forças pra levantar. O meu muito obrigado a todos os meus amigos que não me deixaram desacreditar da fé que me move todos os dias.

Devo estender a minha gratidão à Profa. Dra. Edna Maria Matos Antonio, minha orientadora, pelo aprendizado nesses dois anos de mestrado que, além do título, possibilitaram um crescimento pessoal e ampliação dos horizontes do conhecimento histórico.

Jamais posso esquecer meu orientador do Trabalho de Conclusão de Curso da graduação, Prof. Dr. Sérgio Guerra Filho que, independentemente da circunstância, nunca deixou de acreditar em mim como historiador e como ser humano, muito mais que um professor, o tenho como importante parceria intelectual em conjunto com os companheiros do grupo de estudos Formação do Estado e da Nação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Não posso deixar de lembrar dos meus pais Edgar Lemos e Honoria Lemos, pessoas simples que não tiveram a mesma oportunidade que eu tive para estudar, mas que sempre procuraram colocar na minha cabeça que eu não podia perder os estudos de vista. Sem deixar de mencionar minha prima Marinalva Lemos, a quem tenho carinho de irmão.

Para minha namorada, Maria das Graças Valverde, dedico não só gratidão, mas o reconhecimento pelo companheirismo e compreensão, e por ter sido, muitas vezes, a primeira pessoa a me incentivar a não esmorecer diante a difícil jornada de fazer o mestrado e dar aulas na rede estadual de Sergipe.

Agradecer a Mônica Menezes, que, além de colega de trabalho, foi muito amiga quando, ao me motivar inúmeras vezes, ofereceu-me tanta força emocional e afetiva. Estendo os mesmos agradecimentos a todos os colegas de trabalho que me foram solidários em algum momento.

Todas as vezes em que me debrucei sobre esta pesquisa, vinha-me à mente o quanto aprendi com meus companheiros de luta sindical, apesar do meu tema de pesquisa nada ter a ver diretamente com essa vivência, não há como me desvincular dessa experiência política, principalmente, junto aos meus amigos Jênisson Andrade, Maria Silvaneide e Adalberto Café Neto.

Meus agradecimentos ao Prof. Dr. Augusto da Silva por ter estado na minha banca de qualificação e ter contribuído significativamente com as críticas. Sem esquecer de agradecer ao Prof. Dr. Carlos Malaquias por ter aceitado o convite para a banca de defesa.

Meus colegas de mestrado também foram de extrema importância para que eu tivesse uma vivência acadêmica satisfatória e me sentisse acolhido como se estivesse em minha terra. E aos meus colegas de graduação, cabe lembrar a saudade que sinto de ao lado de todos eles(as) ter crescido como pessoa.

E por fim, duas pessoas foram importantes ao me motivarem a tentarem a seleção do mestrado na Universidade Federal de Sergipe, que foram minhas fraternas companheiras Carla Darlem e Joseilde Santos, também alunas do Programa de Pós-graduação Mestrado em História da UFS. Com toda a força da amizade, sempre torcerei por elas.

## **RESUMO:**

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar os discursos e debates dos deputados baianos nas Cortes Gerais de Lisboa (1821-1822) e na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro (1823), com vistas a entender o processo de participação política das lideranças políticas da província nessas experiências constitucionais. Tendo como objetivos específicos: analisar os debates da deputação baiana; discutir a construção dos discursos dos deputados baianos em torno da relevância da província para a construção do Estado; entender as propostas de formação do pacto político por parte dos deputados baianos. A justificativa para o presente estudo se encontra na relevância que a situação de conflito armado na Bahia teve para os acontecimentos que desenrolaram no processo de Independência do Brasil, sendo que a formação da constituição era condição fundamental para a fundação do Estado, onde a guerra na Bahia também era fato relevante para o mesmo processo. Dentre as fontes analisadas, encontram-se os diários das Cortes e da Assembleia, periódicos, correspondências, atas e relatórios. A metodologia empregada foi inspirada na História Política Renovada e na História Social dos Conceitos, que buscam discutir os processos políticos a partir dos conceitos, discursos, redefinições institucionais e projetos colocados em disputa pelos sujeitos que atuam nas esferas públicas de poder, constituindo culturas políticas. Entretanto, o trabalho não perde de vista a análise sobre acontecimentos, instituições e trajetórias de sujeitos políticos, para que assim, seja possível que os discursos investigados sejam compreendidos.

**Palavras-chave:** Bahia; Cortes Gerais de Lisboa; Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro; bancada baiana; Pacto Político.

**ABSTRACT:**

This dissertation has as general objective to analyze the speeches and debates of the Bahian deputies in the General Courts of Lisbon (1821-1822) and the General Constituent Assembly of Rio de Janeiro (1823), in order to understand the process of political participation of the political leaders of the constitutional experiences. Its specific objectives are: to analyze the debates of the Bahia deputation; to discuss the construction of the speeches of the Bahian deputies about the relevance of the province for the construction of the State; understand the proposals of formation of the political pact by the Bahian deputies. The justification for this study lies in the relevance of the situation of armed conflict in Bahia to the events that unfolded in the process of Brazilian Independence, and the formation of the constitution was a fundamental condition for the foundation of the State, where war in Bahia was also relevant fact to the same process. Among the analyzed sources, are the diaries of the Courts and Assembly, periodicals, correspondence, minutes and reports. The methodology used was inspired by Renewed Political History and Social History of Concepts, which seek to discuss political processes based on concepts, discourses, institutional redefinitions and projects put in dispute by the subjects that act in the public spheres of power, constituting political cultures. However, the work does not lose sight of the analysis of events, institutions and trajectories of political subjects, so that it is possible that the discourses investigated are understood.

**Keywords:** Bahia; General Courts of Lisboa; Constituent General Assembly of Rio de Janeiro; Bahian bench; Political Pact.



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	1
2	“VIVA A RELIGIÃO! VIVA A CONSTITUIÇÃO! VIVAM AS CORTES! VIVA EL-REI! VIVA A UNIÃO DOS TRÊS REINOS”: O cenário do ideário constitucional na província da Bahia .....	15
2.1	A importância da Cidade da Bahia para os negócios da Coroa Portuguesa nas primeiras décadas do XIX .....	15
2.2	A Revolução Constitucionalista na Bahia .....	23
2.3	O movimento constitucionalista através do Senado da Câmara da Cidade da Bahia, das câmaras das vilas do interior e da Junta Provisória de Governo .....	32
2.4	D. Pedro e os movimentos políticos na Bahia .....	53
3	“NÓS TRATAMOS DE NIVELAR AS PROVÍNCIAS DO BRASIL”: debates da deputação baiana nas Cortes de Lisboa .....	61
3.1	A deputação baiana .....	61
3.2	A Bahia e o nivelamento entre as províncias .....	65
3.3	Divergências na bancada .....	78
3.4	Rompimento com as Cortes de Lisboa .....	86
3.5	A formação do Conselho Interino de Governo ao longo da Guerra de Independência na Bahia .....	89
3.6	A lealdade às Cortes de Lisboa e à Assembleia do Rio de Janeiro no discurso do <i>Idade d'Ouro</i> e do <i>Sentinela da Liberdade</i> .....	100
4	“SAGRADA CAUSA DA NOSSA INDEPENDÊNCIA”: a deputação baiana na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro .....	109
4.1	A convocação da Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro .....	109
4.2	A Guerra de Independência na Bahia sendo evocada na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro .....	111
4.3	A bancada baiana .....	122
4.4	A questão provincial .....	125
4.5	Oficiais Portugueses no Exército do Brasil .....	128
4.6	O ensino superior no Brasil .....	130
4.7	O pacto entre as províncias .....	132
4.8	Pauta econômica .....	136
4.9	A Dissolução da Assembleia .....	139
5	CONCLUSÃO .....	146

6	REFERÊNCIAS .....	149
---	-------------------	-----

## 1 INTRODUÇÃO

No dia oito de fevereiro de 1822, o deputado representante da província da Bahia nas Cortes Gerais e Extraordinárias de Lisboa, Pedro Rodrigues Bandeira, encaminhou uma indicação à Comissão de Constituição, instituição formada no âmbito daquela experiência constitucional que, dentre outras atividades, examinava a constitucionalidade de pedidos feitos pelos parlamentares para atender questões relacionadas às suas províncias.

O congressista baiano lembrava que, daquela data, faltavam dois dias para uma celebração que o mesmo considerava importante. Rodrigues Bandeira lembrou que “a 10 do corrente mês” seria “o primeiro aniversário dos felizes sucessos da Bahia que fizeram aderir à causa constitucional de Portugal não só os habitantes da mesma província, mas também os das (de)mais do Brasil”<sup>1</sup>.

O autor da indicação frisava o papel de liderança que a província que havia lhe elegido deputado teve na reverberação da Revolução do Porto e do movimento constitucional que esta reivindicara em terras americanas. Na visão de Rodrigues Bandeira, a Bahia deveria ter um *status* privilegiado nas Cortes, e o peso da voz de seus representantes deveria ter forte ressonância pelo papel que tiveram ao serem representantes de um território que exercia liderança na América portuguesa.

A fala de Rodrigues Bandeira na Comissão de Constituição trazia vários elementos que colocavam em discussão esse *status* da província da Bahia na primeira experiência constitucional do mundo lusitano, dentre eles, a ideia de que a Revolta Constitucionalista na Bahia tornou “consolidada a união dos dois Reinos”<sup>2</sup>.

Essa visão do papel político da Bancada baiana foi uma importante construção simbólica que não era exclusiva apenas ao deputado autor da referida fala, a deputação baiana acreditava no seu capital político, e seus membros encamparam pautas que movimentaram os debates constituintes em Lisboa.

No dia nove de fevereiro de 1822, o deputado baiano Lino Coutinho lembrou aos colegas que exerciam mandato nas Cortes Gerais de Lisboa que havia “sido o dia 10 de Fevereiro aquele que na Bahia abriu as portas para entrar a liberdade constitucional naquele tão vasto como rico império”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> PORTUGAL. **Diário das Cortes Gerais**. Oito de Fevereiro de 1822, p. 128.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> PORTUGAL. **Diário das Cortes Gerais**. Sessão de nove de fevereiro de 1822, p. 139.

Lino Coutinho era mais uma das vozes da bancada baiana que enfatizava o quanto a Revolução Constitucionalista, vitoriosa em 10 de fevereiro de 1821, havia sido um complemento dos mais importantes para a reverberação do movimento constitucional iniciado no Porto em Portugal.

A proposta do parlamentar baiano era “que se declare como dia festivo, e de grande regozijo ao menos em todo o continente do Brasil”<sup>4</sup>. Mas o movimento que teve o senhorio agrário e a elite intelectual, militar e burocrática da província da Bahia como protagonistas não legitimava apenas a memória de fundação de um então novo pacto político, também servia de discurso que expressava o peso simbólico que parlamentares da bancada da Bahia reivindicavam.

A situação da Bahia era *sui generis* em relação às outras províncias. O fato de a província se encontrar em conflito militar era constantemente lembrado em discursos parlamentares da época. A Revolução mencionada acima, bem como a Guerra de Independência (1822-1823) eram tratadas, em momentos como esse, para fazer referência ao compromisso da província para com as experiências constitucionais.

A indicação proposta por Pedro Rodrigues Bandeira na Comissão de Constituição, ainda tratava de um pedido de libertação de presos que haviam se envolvido, no dia três de novembro de 1821, num conflito entre civis e tropas leais à Junta Provisória de Governo.

O deputado argumentava que seria um presente de honra que as Cortes concedessem a anistia aos prisioneiros que pretenderam “remover [da junta] alguns de seus membros que já tinham perdido a opinião pública, sem que pretendessem fazer alteração alguma no sistema constitucional que se jurara”<sup>5</sup>. Rodrigues Bandeira ainda defendeu que esta seria “uma pública demonstração da consideração que ela [a Bahia] lhe merece”<sup>6</sup> por parte das Cortes.

Após a Revolução Constitucionalista, ocorreram as eleições para a escolha da deputação que representaria a Bahia nas Cortes de Lisboa. Em 15 de dezembro de 1821, os deputados baianos que desembarcaram em Portugal foram reconhecidos pelas Cortes. Eram eles: Francisco Agostinho Gomes, José Lino Coutinho, Pedro Rodrigues Bandeira, Cipriano José Barata de Almeida, Domingos Borges de Barros, Luis Paulino de Oliveira Pinto da França, Alexandre Gomes Ferrão, e Marcos Antonio de Sousa<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Ibid.

<sup>5</sup> Ibid.

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> Ibid. Sessão 51 de 15 de dezembro, p. 3420.

No capítulo dedicado aos debates nas Cortes de Lisboa, serão tratadas informações a respeito dos deputados baianos mais atuantes nas discussões, assim como será feito o mesmo no capítulo dedicado aos debates da Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro.

Em meio à crise entre parlamentares brasileiros e portugueses, D. Pedro convocou, a três de Junho de 1822, a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa no Rio de Janeiro, enquanto isso, dava-se início a Guerra de Independência na Bahia, com o cerco a Salvador, por parte de tropas comandadas pelo Conselho Interino de Governo, sediado na Vila de Cachoeira, através do Recôncavo.

Assim, os Portugueses ficaram sitiados na capital da província, enquanto os senhores de engenho baianos comandavam um governo numa das vilas mais importantes do interior da Bahia, e que mantinha uma ligação com a capital através do Rio Paraguaçu.

Os trabalhos na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro começaram oficialmente com o ato político marcado pela solenidade de entrada do Imperador D. Pedro I ao paço da Assembleia e realizando o discurso de abertura do exercício legislativo da casa.

Ao ressaltar a ausência dos deputados baianos na abertura das atividades, o Imperador D. Pedro I assim discursou em três de maio de 1823: “e a Bahia que foi a primeira em aderir a Portugal, em prêmio de sua boa fé, e de ter conhecido tarde qual era o verdadeiro trilho, que devia seguir, sofre hoje crua guerra dos vândalos, e sua cidade, só por eles ocupada, está a ponto de ser arrasada, quando nela não se possam manter”<sup>8</sup>.

O Conselho Interino de Governo da Bahia, assim como a Junta Provisória fez em relação às Cortes, também organizou as eleições para a Assembleia no Rio de Janeiro. Outros deputados tomaram assento nas cadeiras da Assembleia no Rio de Janeiro para representar a Bahia, eram eles: José da Silva Lisboa, Luiz José de Carvalho e Mello, Francisco Gê Acayaba de Montezuma, José da Costa Carvalho, Manoel Antonio Galvão, Manoel Ferreira de Araujo Guimarães, Francisco Carneiro de Campos, Antonio Ferreira França, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Felisberto Caldeira Brant Pontes e Luiz Pedreira do Couto Ferraz<sup>9</sup>. Sendo que estes chegaram às atividades na Assembleia com certo atraso, pois as eleições aconteceram durante o envolvimento da província com a Guerra de Independência(TAVARES, 1977).

As lideranças que representaram a Bahia na Assembleia tinham um perfil social semelhante aos representantes nas Cortes, eram proprietários, principalmente, senhores de engenho e comerciantes, inseridos na condição dominante de senhores de escravos.

---

<sup>8</sup> BRASIL. **Diário da Assembleia Geral Constituinte**. Vol. 1, 1823, p. 38.

<sup>9</sup> Ibid., p. 16.

Porém, também se tratava de um grupo com alguma heterogeneidade, apesar de não contar com um experiente rebelde radical como Cipriano Barata, que foi reeleito e não tomou acento, mas foi substituído por um anti-escravista convicto que era o José da Silva Lisboa, um político de prestígio, ligado às ideias da Ilustração e que, naquele momento, gozava de aceitação dentro dos círculos políticos dos que apoiavam a Independência do Brasil na Bahia e junto à Corte de D. Pedro I.

A chegada à Assembleia no “calor das emoções” e os acontecimentos pregressos da Guerra, eventos que fazem parte de um contexto politicamente conturbado para essas lideranças, tornam a trajetória da Bahia nas primeiras experiências constitucionais do Brasil bastante problemática no tocante a como exercer seu peso político dentro de uma então nova comunidade a ser construída, substituída por um novo lugar de pertencimento que não era mais o então Império Português, assentado numa monarquia absolutista.

Isso torna relevante o interesse em entender como esses políticos lidaram com a necessidade de criar conceitos, articulações e lealdades políticas, símbolos, dentre outros elementos que fazem parte de uma nação, para que pudessem operar sua atuação parlamentar e a defesa de interesses e ideias na confecção da Constituição; sendo que as identidades políticas nesse processo de emancipação política do Brasil eram fluidas e provisórias (JANCSÓ & PIMENTA, 2000, p. 130).

A formação desse ideário político pode ser analisada a partir da metodologia da História Política Renovada. Esta apresenta fundamentos que possibilitam ir além de uma historiografia da política pela política em si mesma, e que era factual, como realizavam os historiadores metódicos, bem como defensora de uma unidade nacional, história esta vigente nos institutos históricos no século XIX.

A História Política Renovada permite uma análise em que podem ser investigados os discursos, as visões, os conceitos, os termos e a cultura política dos deputados, bem como estes articularam esses instrumentos em prol da defesa de seus projetos e disputas políticas.

As abordagens problematizantes sobre o político não tinham espaço no âmbito da escola metódica, pois, segundo René Rémond, essa corrente historiográfica que teve uma grande difusão no século XIX se assegurava em “uma história política que para eles era cômodo imaginar imóvel” (1996, p. 9). Assim, essa história imóvel dos metódicos do século XIX continuava sendo uma escrita da história a serviço de cultivar e cultuar exemplos de homens de Estado.

Entretanto, não significa que devemos abandonar a narrativa dos acontecimentos como recurso para descrever e problematizar as discussões historiográficas aqui presentes.

A política também é um campo que pode ser abordado pela historiografia renovada, a começar, pelo fato de que a política não é realizada apenas no âmbito do Estado. A política está presente nas instituições e relações sociais como um todo, sem esquecer da própria ação de Estado. A percepção desse fato social levou, certamente, os historiadores a buscarem rever o conceito tradicional de história política consolidado pelos metódicos. De acordo com René Rémond, “a política é um lugar de gestão do social e do econômico” (1996, p. 10).

Essa então inovadora percepção de como os historiadores deveriam enxergar a política pôde abrir espaço para que a mesma fosse integrada à historiografia renovada, conferindo um vigor para “as mudanças que afetaram o político e as modificações ocorridas no espírito dos historiadores que preferiram fazer dos fenômenos políticos o objeto principal de seu estudo” (RÉMOND, 1996, p. 14).

A definição do campo da política também se fez necessária, pois o entendimento da mesma como um conjunto de relações no âmbito público possibilitou que os historiadores pudessem investigar problemas históricos em espaços públicos construídos não apenas no âmbito do Estado, mas também em outras instituições que também possuem papel político na sociedade, inclusive, realizando o trabalho de gestão do econômico e do social definindo conceitos e diretrizes para as políticas. De acordo com Hannah Arendt, “Cada um desses espaços tem sua própria estruturalidade que se transforma com a mudança dos tempos e que se manifesta na vida privada em costumes; na vida social, em convenções e na pública em leis, constituições, estatutos e coisas semelhantes” (2002, p. 13).

A afirmação dessa filósofa e a discussão de Rémond sobre a História Política oferecem subsídios para entender o quanto são importantes as construções de sentidos e direções nos embates políticos. Entretanto, a pesquisa não pode perder de vista a análise sobre acontecimentos e trajetórias de sujeitos políticos, para que assim, seja possível que os discursos investigados sejam compreendidos.

A política é um campo de embates de ideias e conceitos, onde o uso dos mesmos e dos termos são objetos de estudo do historiador do político. Segundo D’Assunção Barros, “Quando alguém utiliza determinadas expressões e palavras, já está dizendo algo ao bom analista de textos, independente dos sentidos que ele pretende atribuir às palavras” (2005, p. 131).

A História política renovada aproximou o seu objeto do discurso antropológico em que a cultura tem um papel central. Para Ângela de Castro Gomes, é preciso pensar “uma cultura política (...) como um conjunto de valores e opiniões dos membros de uma sociedade em relação à política” (2005, p. 27).

Os espaços públicos de decisão e gestão das coisas referentes aos interesses dos setores da sociedade ali representados são também construídos a partir de uma visão sobre o que aquela sociedade e os grupos sociais e sujeitos nela atuantes entendem sobre a política. Daí vem a relevância dos estudos sobre História dos conceitos.

A elaboração de projetos políticos expressam os conflitos de uma sociedade em processo de reorganização das atividades econômicas, sociais e políticas, sendo um campo fértil para o trabalho do historiador dedicado às mudanças nesses campos. Segundo Koselleck, “Os momentos de duração, alteração e futuridade contidos em uma situação política concreta são apreendidos por sua realização no nível linguístico” (KOSELLECK, 2006, p. 101).

O discurso é um campo composto de conflitos e disputas. O discurso político tem como característica a experiência de uma espécie de “guerra” em que os sujeitos fazem uso da palavra como um instrumento de poder, tentando vencer uma luta no campo das ideias onde é necessário definir os conceitos, mesmo que eles sejam provisórios.

Koselleck<sup>10</sup> sustenta que “A batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições está presente, sem dúvida, em todas as épocas de crise registradas em fontes escritas” (2006, p. 102). O que o autor propôs em relação à história dos conceitos e a centralidade da ideia de “crise” para o desenvolvimento desse campo do conhecimento historiográfico, tem estimulado historiadores da política a investigarem um interessante fenômeno do início do século XIX: o constitucionalismo ibero-americano, que inclui as Cortes de Cádiz e Madrid, na Espanha, as Cortes de Lisboa, em Portugal, e a Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, no Brasil.

Dentre as iniciativas nessa área, podemos destacar o livro organizado por Márcia Berbel e Cecília Salles Oliveira, *A experiência constitucional de Cádiz*, que contém vários textos discutindo a precursora das experiências constitucionais no mundo ibero-americano e sua influência sobre as mudanças nos mundos coloniais espanhol e português, entendendo que as experiências constitucionais ibéricas do início do século XIX formaram um “horizonte de expectativas” para os sujeitos históricos que a vivenciaram em um momento de

---

<sup>10</sup> O historiador alemão Reinhart Koselleck é o principal expoente da chamada “História social dos conceitos”, corrente da historiografia que tem nos termos e conceitos os seus objetos, demarcando sua posição em relação a outras correntes que também os analisam, compreendendo-os como elementos indispensáveis para a discussão das transformações sociais no campo do discurso, especialmente, em momentos de crise. Seu conceito de “horizonte de expectativas”, sinalizando a ideia de um conjunto de aspirações dos sujeitos para com as transformações históricas e a sua apreensão no campo do discurso, esteve presente constantemente em minha pesquisa.



transformações políticas e econômicas que se originaram nas revoluções do século XVIII (2012, p. 1-2).

Dentre os autores que contribuíram com a obra, pode-se destacar Manuel Chust Calero, que apresenta caminhos metodológicos e elementos interessantes que inspiraram esta dissertação. Para Calero, Cádiz,<sup>11</sup> que gerou a primeira constituição do mundo ibero-americano e foi jurada pelos Revolucionários do Porto, pois ofereceu texto base inspirador ao projeto da primeira constituição de Portugal, precisa ser compreendida através do seu caráter universalista herdado da Revolução Francesa, entretanto, com um elemento inovador, a união do lado americano, até então, colonial, à comunidade do Estado nacional espanhol (CALERO, 2012, p. 18-19). Cádiz, além de movimento anti-absolutista, também foi anti-colonial.

Calero também chama atenção para o fato de que uma experiência constitucional europeia e americana não deve ser entendida através de um contexto estático, mas sim, em um choque de interesses das elites provinciais, das europeias e do rei que conflitavam sem formar grupos estanques (CALERO, 2012, p. 19-20).

O autor também exalta que, no contexto constitucional ibérico, a guerra deve ser elemento fundamental para entender as tensões ali presentes (CALERO, 2012, p. 20). Para Calero, a onda constitucional no mundo ibérico, que começou em Cádiz, tem um caráter revolucionário e propôs debates como a formação do Estado, da identidade e da organização da Fazenda (CALERO, 2012, p. 20-29).

Outro autor contribuinte da obra organizada por Berbel e Salles Oliveira, foi José Reinaldo de Lima Lopes. Para o intelectual da área do direito, o constitucionalismo ibérico teve base importante na ideia de “experimentalismo”, em que, no contexto do início do século XIX, estava em desenvolvimento uma linguagem e um vocabulário jurídico cosmopolita, inspirado na Ilustração, que teve nas primeiras constituintes ibéricas, a aplicação prática (LOPES, 2012, p. 285-309).

Em Portugal, os Revolucionários liberais do Porto se inspiraram na experiência de Cádiz, porém, a expectativa de concretizar uma experiência constitucional que unisse os lados europeu e americano somente foi possível com a Revolução Constitucionalista na Bahia. Se esta afirmação pode ser contestada, ao menos, era uma memória defendida por parlamentares em Lisboa como Lino Coutinho, Pedro Rodrigues Bandeira e Marcos Antonio Sousa.

---

<sup>11</sup> Em Cádiz, na Espanha, em 1812, durante a resistência à invasão napoleônica à Espanha, foi promulgada a primeira constituição do mundo Ibérico, inclusive, com a participação de deputados das províncias americanas, os parlamentares impuseram a constituição ao rei e instauraram uma monarquia constitucional na Espanha.

Essa problematização traz o que foi a construção da memória da Independência do Brasil centralizado no famoso “grito do Ipiranga” dado pelo Imperador D. Pedro I: “Independência ou Morte”! Ato realizado às margens do Riacho Ipiranga em São Paulo no dia sete de setembro de 1822 e que, enquanto ícone que nos remete à fundação do Brasil enquanto Estado nacional, suplanta uma outra face que foi a dos conflitos sangrentos na Bahia, no Maranhão e na Cisplatina, que tiveram forte repercussão, inclusive, para as experiências constitucionais de Lisboa e Rio de Janeiro.

No tocante ao nosso recorte espacial e social, que é a Bahia, além de ter havido um combate em 10 de fevereiro de 1821 que influenciou a adesão das províncias do Brasil às Cortes de Lisboa (BERBEL, 1999, p. 58), naquela província, o cenário de tensão política perdurou todo o tempo que durou a constituinte em Lisboa e em princípios da do Rio de Janeiro, inclusive, decidindo a situação da província em relação a esta.

É interessante realizarmos uma revisão que nos possibilite marcar o lugar desta dissertação no caminho traçado pela historiografia. A historiografia sobre a Independência do Brasil e sobre a formação do seu Estado nacional estabeleceu postulados importantes dos quais podemos nos apropriar e formar um suporte para a análise dos discursos e debates parlamentares da representação da Bahia no contexto das duas primeiras constituintes do mundo luso-brasileiro (1821-1823).

A análise de Marcia Berbel sobre a participação dos deputados do Brasil nas Cortes Gerais de Lisboa discutiu as várias propostas de organização do Estado colocadas em plenário, bem como a negociação das ideias desses parlamentares com os interesses dos representantes de Portugal nas Cortes (BERBEL, 1999).

A pesquisa de Berbel apontou que os deputados do Brasil possuíam várias propostas para o Estado a partir do lugar que representavam: suas províncias. As demandas locais construía uma visão sobre o funcionamento do Império lusitano, sendo que isso ajudou a causar conflitos entre os deputados do Brasil e de Portugal. Até mesmo a forma como lidar com as divergências entre as lideranças do Brasil e de Portugal condicionou clivagens dentro da deputação do Brasil (BERBEL, 1999).

Em relação à Bahia, Berbel conferiu destaque para a discussão sobre o “federalismo” dos baianos, que se tratava de uma província de relevância econômica e administrativa no norte do Brasil, cujos deputados buscaram negociar algum grau de autonomia dentro do Império Português e, além disso, uma organização administrativa em que as províncias tivessem as mesmas prerrogativas (BERBEL, 1999).

Esse federalismo baiano também foi destacado pelo historiador Gomes de Carvalho que, no início do século XX, afirmou que a deputação dessa província ansiava por acesso direto ao poder sediado em Lisboa. Em certa medida, Gomes de Carvalho apontava para a sugestão de que a representação da Bahia possuía uma ideia própria de organização do Estado, ao menos, no seu desembarque nas Cortes (CARVALHO, 2003).

No caso da bancada baiana na Assembleia Geral do Rio de Janeiro, podemos destacar José Honório Rodrigues, segundo este historiador, a representação da Bahia foi uma das mais significativas e se tratava de uma bancada formada por deputados de apurado refino intelectual (RODRIGUES, 1974, p. 27).

Ambos autores utilizaram como principal documentação os Diários das Cortes Gerais de Lisboa, fonte de difícil trato por conta do desafio de se realizar uma triagem separando os discursos relevantes para uma análise das propostas de organização política. Nesses diálogos parlamentares, também estavam presentes clivagens regionais e uma diversidade de temas. Os mesmos desafios são encontrados nos Diários da Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro, utilizado por José Honório Rodrigues.

A análise dos Diários tem de ser bastante atenta em dois sentidos: a observação dos discursos de deputados representantes da Bahia e de discursos de outros deputados onde as questões envolvendo a Bahia foram evocadas.

Uma discussão sobre a representação parlamentar da Bahia no contexto dessas duas constituintes é justificável porque se trata de uma província importante na composição dos negócios do Reino Português, e cujas falas de suas lideranças tinham um canal de ressonância no plenário.

Não se trata de conceber as constituintes como um capítulo da Independência, mas sim, como partes de um processo de organização das questões locais com a experiência de formação de um Estado nacional monárquico e constitucional, em que as províncias eram representadas na confecção da Carta Constitucional desse nascente corpo político.

Outro trabalho que analisou os diários das Cortes Gerais foi o de Valentim Alexandre que, no caso dos deputados brasileiros, realizou uma discussão tangencial, em que o centro da análise foi os discursos dos deputados portugueses (ALEXANDRE, 1993).

As obras do século XIX e início do XX que foram frutos de análise de diários das Cortes e da Assembleia Geral do Rio de Janeiro as colocaram como uma parte da explicação sobre a Independência do Brasil. Dentre os expoentes dessa historiografia estava Adolfo de

Varnhagen<sup>12</sup> que conferiu um peso importante ao rompimento de alguns deputados do Brasil com as Cortes (VARNHAGEN, 1957).

O ponto máximo de sua explicação é a articulação da política da Família Real e seus ministros e o rompimento aparece como uma reação a uma suposta política repressora das Cortes que culminou com a Independência, uma nova constituinte e a outorga da carta de 1824 (VARNHAGEN, 1957). No entanto, o historiador conferiu um peso marginal ao papel dos conflitos bélicos.

Outro autor clássico, porém, não factual como o Varnhagen, mas que também marginalizou o papel da guerra, foi Caio Prado Junior, que frisou a situação peculiar do Brasil no seu processo de emancipação política, ao abrigar a sede da monarquia portuguesa, momentaneamente, e, segundo o mesmo, não comportar conflitos violentos (PRADO JR., [1930] 1991, p. 53).

O mesmo foi enfatizado por José Honório Rodrigues, no entanto, diferente de Caio Prado Junior, Rodrigues confere uma importância relevante à Assembleia do Rio de Janeiro para a fundação do Estado Nacional, sendo que o autor anterior preconizava mais a elevação do Brasil a Reino Unido como processo que, supostamente, abriria caminho para a Independência (PRADO JR., 1991, p. 51-57).

Dos autores clássicos, alguns exemplos que devem ser destacados ao procurar articular alguns discursos e debates nas Cortes e na Assembleia do Rio de Janeiro com os conflitos bélicos nas províncias do Norte do Brasil, destacando a Guerra de Independência na Bahia em momentos pontuais, foi Agenor de Roure ([1914] 2016) e José Honório Rodrigues (1974).

A obra de Agenor de Roure, *A Formação Constitucional do Brasil*, escrita no início do século XX, não se tratava de um estudo sobre as lideranças políticas da Bahia, mas apresentou uma narrativa que nos possibilita acessar fatos envolvendo a deputação daquela província que foram aprofundados nesta pesquisa, como por exemplo, o compromisso dos seus líderes políticos com as experiências constitucionais de Lisboa e Rio de Janeiro.

Para isso, tornou-se importante, na pesquisa aqui escrita, realizar a análise de outra documentação que são as correspondências de D. Pedro e D. João, as da Junta de Governo da Bahia, as do Senado da Câmara da Cidade da Bahia, com as Cortes e com os monarcas, além do Conselho Interino formado durante a Guerra na Bahia, as atas de vereação também foram

---

<sup>12</sup> Historiador que foi um dos precursores da Historiografia oficial do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro-IHGB no século XIX, e um dos primeiros a escrever sobre a Independência do Brasil, inclusive, tangenciando o papel das experiências constitucionais do país na sua emancipação política, no entanto, sem problematizar esse processo histórico.

documentos importantes. Essas fontes mostram como eram os processos políticos que envolviam as lideranças políticas da região da Bahia, as forças militares, o Rei D. João e o Príncipe Regente D. Pedro no âmbito das instituições formadas durante os processos constitucionais.<sup>13</sup>

Diante a inviabilidade de uma aliança com os portugueses ser mantida – principalmente após Madeira de Melo ocupar o posto de Governador das Armas – e de manter uma ordem sobre as inquietações e o funcionamento da economia provincial, as lideranças políticas da Bahia consideraram a necessidade de se organizarem em torno do reconhecimento de D. Pedro I como alguém capaz de ter uma autoridade sobre a cena pública.

Iara Lis e Sousa afirmou que D. Pedro passou a ser visto como uma alternativa viável para as elites do lado de cá do Atlântico que temiam perder a posição de Corte após a volta de D. João a Portugal (SOUZA, 1999, p. 90). E no caso das lideranças baianas, é preciso entender como essa articulação com D. Pedro se tornou mais viável, sob quais interesses e como isso se traduziu em discurso parlamentar.

Entretanto, as elites provinciais tinham interesses e visões políticas particulares que, não necessariamente, as levariam automaticamente a aderirem pacificamente e sem nenhuma resistência ao poder sediado no Rio de Janeiro, além do fato de que não podemos perder de vista que essas elites não eram homogêneas, a ponto de formarem bancadas coesas e uma oposição estanque aos portugueses.

Essa dinâmica local se refletiu na formação das identidades políticas das lideranças provinciais da Bahia. Sérgio Buarque de Holanda argumentou que a Independência e a formação da unidade não foram processos que aconteceram juntos (HOLANDA, 2003, p. 9). O mesmo autor e Maria Odila Dias chamam a atenção para o fato de que, no processo de Independência, todos os livres nascidos no Brasil se reconheciam enquanto portugueses (DIAS, 2005). Dessa forma, os interesses ligados à manutenção do tráfico e de acordos comerciais foram muito importantes para identificar os interesses das lideranças provinciais, como bem observou Luiz Felipe de Alencastro (ALENCASTRO, 2000), sendo que as elites provinciais, certamente, enxergavam as relações econômicas com as possessões portuguesas na África, por exemplo, como sendo importantes para a organização do território.

É importante destacar o texto de István Jancsó e João Paulo Pimenta, em que realizaram uma análise que investigou a emergência da identidade nacional no Brasil naquele

---

<sup>13</sup> As correspondências de D. Pedro e das Juntas estão publicadas em forma de livro: PORTUGAL. **Correspondência Oficial das Províncias do Brasil Durante a Legislatura das Cortes Constituintes de Portugal nos Annos 1821-1822.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1872. As correspondências e atas do Conselho Interino de Governo se encontram no Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB.

contexto da independência, apontando que o Estado e a nação foram formados paralelamente no exercício de organização dos diversos projetos políticos para a comunidade (JANCSÓ & PIMENTA, 2000).

Além disso, a própria postura de D. Pedro em relação à independência também sofreu influências das notícias que lhe chegavam da relação aos acontecimentos da política conturbada que assolava a Bahia, como frisou Moniz Bandeira ao afirmar que “Sem dúvida, os conflitos armados na Bahia demonstraram as dificuldades de uma acomodação com Portugal e induziram D. Pedro a separar os dois reinos” (BANDEIRA, 2000, p. 415).

No caso específico da Bahia, houve a necessidade de problematizar brevemente a historiografia que trata da trajetória da província durante o processo de independência, não somente pelo fato de esta dissertação focar no caso específico daquela província, mas, sobretudo, pela necessidade de entendermos como a historiografia tem construído considerações no tocante a discutir a participação da elite política da província no contexto mais amplo da independência do Brasil.

É interessante retornarmos a premissa lançada por Caio Prado Jr, em que a elevação do Brasil a Reino lançaria bases para a Independência, pois se trata de uma ideia que nos remete à compreensão de que a independência do Brasil se deu de forma linear e teleológica, como um processo sequenciado: vinda da família real, elevação a Reino Unido, independência.

Uma analogia pode ser feita à desconstrução que a historiografia tem realizado em relação ao processo de independência na Bahia, em que se tem procurado entender que, nem mesmo naquela província, os acontecimentos sinalizavam, de antemão, a independência do Brasil com uma conformação harmônica entre as elites em torno de um projeto político comum.

Segundo Marcus de Carvalho, ao discutir as disputas políticas em torno da Revolução Pernambucana de 1817, movimento que foi uma das expressões de protagonismo das lideranças políticas do Norte face ao poder político sediado no Rio de Janeiro, “é preciso visualizar a Independência numa perspectiva crítica, como um campo de debates e não como uma questão resolvida” (CARVALHO, 1998, s/p).

Até mesmo o federalismo baiano nas Cortes de Lisboa, destacado por Berbel e Carvalho, Segundo Eduardo José Santos Borges, não pode ser considerado como uma corrente ou projeto político com uma definição homogênea e fechada, mesmo considerando que a bancada baiana possuía uma atuação autônoma em relação ao que era majoritariamente definido nas Cortes (2011, p. 5).

Mesmo uma tentativa de classificação de agrupamentos dos sujeitos políticos na Bahia do início do século XIX, através de partidos que expressassem projetos de organização política, como foi realizada por Frederic Morton (1974), em que, segundo o historiador norte-americano, haveriam quatro partidos que haviam se formado ao longo da experiência constitucional na Bahia: aristocracia conservadora, republicanos, federalistas e radicais; é algo que parece difícil de caber naquele contexto.

Para Elisa de Moura Ribeiro, há uma dificuldade em conceber que, nas primeiras décadas do século XIX, houvesse contestações radicais ideologicamente definidas ao regime colonial e ao absolutismo na Bahia (RIBEIRO, 2012, p. 16). Além disso, segundo a historiadora, também é difícil estabelecer que determinados sujeitos, como o Felisberto Caldeira Brant Pontes, por exemplo, fosse “independentista”, pois esta era uma expressão que era usada para atacar adversários políticos, pois o separatismo não era bem visto dentro do círculo político da elite baiana (RIBEIRO, 2012, p. 66).

Segundo Luís Henrique Dias Tavares, além de não ter havido agremiações políticas, também não haviam tomadas de partido em torno de “programas e organizações” (1977, p. 19). Para o historiador baiano, haviam posicionamentos que divergiam um do outro, tendo como período crítico, os meses entre fevereiro e junho de 1822, quando as lideranças políticas da Bahia vivenciavam a indecisão de D. Pedro no que dizia respeito a como o então Príncipe Regente se posicionaria em relação à união do Brasil com Portugal (TAVARES, 1977, p. 19).

E quanto à experiência constitucional da América Portuguesa, Tavares sustentou que as divergências de opiniões ficavam mais complexas à medida que havia a expectativa em torno da convocação de uma Assembleia Constituinte no lado americano do Império, que só aconteceu em junho de 1822 (1977, p. 19).

A contribuição que esta dissertação pode dar à discussão apresentada nesta introdução, é em conseguir trazer, à luz dos debates parlamentares, a guerra enquanto elemento fundamental para entender a experiência constitucional da Bahia no processo de Independência do Brasil, não somente como uma questão local, mas também, possuindo uma ascendência e capilaridade na participação das outras bancadas.

Diante o que foi exposto até aqui, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar os discursos e debates dos deputados baianos nas Cortes Gerais de Lisboa (1821-1822) e na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro (1823), com vistas a entender o processo de participação política das lideranças políticas da província nessas experiências constitucionais.

Tendo como objetivos específicos: analisar os debates da deputação baiana; discutir a construção dos discursos dos deputados baianos em torno da relevância da província para a

construção do Estado; entender as propostas de formação do pacto político por parte dos deputados baianos.

No primeiro capítulo, apresentamos alguns dados relevantes sobre a Bahia no contexto das décadas anteriores à independência, uma discussão sobre a crise em relação à organização política do Império Colonial Português, além de uma narrativa e problematização sobre a Revolução Constitucionalista (1821) e sobre como as tensões resultantes da mesma recaíram sobre o ideário político na província.

No segundo capítulo, discutimos os debates da bancada baiana nas Cortes Gerais de Lisboa, tomando como foco a relevância que a adesão da Bahia tinha para aquela experiência constitucional. Não foram perdidos de vista os conflitos bélicos e políticos que envolveram a crise da Junta Provisória de Governo da Bahia diante a imposição do Governo das Armas de Madeira de Melo, e o surgimento do Conselho Interino de Governo naquela província.

No terceiro capítulo, foram discutidos conceitos e debates que permearam os conflitos em torno da lealdade das lideranças políticas da Bahia à Regência de D. Pedro e à Constituinte do Rio de Janeiro, que resultaram na repercussão da Guerra de Independência na Bahia no plenário da Assembleia Constituinte e nas discussões travadas pelos deputados baianos acerca da formação do pacto político.

Dentre as fontes analisadas, encontram-se os diários das Cortes Gerais de Lisboa e da Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro, as correspondências da Junta Provisória de Governo da Bahia, Conselho Interino de Governo e do Senado da Câmara de sua capital, bem como das vilas do interior, além disso, foram analisados, de forma breve, documentos referentes às Cortes de Cádiz, cartas enviadas pela esposa de Luis Paulino Pinto da França ao seu cônjuge, as memórias de Ignácio Accioly, combatente na Guerra de Independência na Bahia, que também publicou documentos como cartas e atas; outras fontes analisadas foram os periódicos *Correio Braziliense*, *Idade d'Ouro do Brazil* e *Sentinela da Liberdade*.

Esperamos que este estudo tenha contribuído para que a historiografia possa acumular conhecimento sobre os processos políticos da Independência do Brasil na Bahia e demais situações de crise política em que o liberalismo e suas derivações apareceram como possibilidade de serem aplicados como ideologia inspiradora para a formação do Estado.



## **2 “VIVA A RELIGIÃO! VIVA A CONSTITUIÇÃO! VIVAM AS CORTES! VIVA EL-REI! VIVA A UNIÃO DOS TRÊS REINOS”: O CENÁRIO DO IDEÁRIO CONSTITUCIONAL NA PROVÍNCIA DA BAHIA**

Neste capítulo foram elencadas algumas informações relacionadas à Província da Bahia, além de discutir sobre a Revolução Constitucionalista de 1821, passando por uma análise das instituições políticas que estiveram no cerce desse movimento constitucional, em especial, o Senado da Câmara e a Junta provisória de Governo, sem deixar de lado a questão da experiência de formação de um pacto político que resolvesse a crise política que o Império Português atravessava.

### **2.1 A importância da Cidade da Bahia para os negócios da Coroa Portuguesa nas primeiras décadas do XIX**

A capitania geral da Bahia, posteriormente elevada à província, possuía órgãos públicos da administração portuguesa que lhe conferiam um *status* diferenciado em relação às outras unidades administrativas do ultramar português. Dentre esses órgãos, estavam o Tribunal da Relação, Chancelaria, Ouvidoria Geral do Cível, Alfândega, Mesa de Inspeção, Intendência Geral do Ouro, Senado da Câmara, Arcebispado e Forças de Defesa (SOUSA, 2008, p. 47).

Mesmo com esse sistema administrativo relevante, a Capitania Geral da Bahia não deixava de ser um território colonial subordinado a Portugal, lhe sendo inferior hierarquicamente no ordenamento fiscal (BORGES, 2015, p. 16). A capital Salvador havia sido o centro administrativo do Brasil Colonial até 1763, quando o Rio de Janeiro passou a ocupar esse posto; mas Salvador não deixou de ser um centro administrativo e econômico importante para a colonização portuguesa na América.

Em decorrência das Guerras Napoleônicas, D. João, então Príncipe Regente, foi para o Brasil e, em 22 de janeiro de 1808, aportou na Cidade da Bahia com sua Família Real, Corte e burocratas (BETHELL, 2004, p. 201). Grandes comerciantes e proprietários de terra da Bahia fizeram oferta para que D. João fixasse moradia e instalasse o aparato burocrático do Estado português em Salvador, porém, mesmo diante os apelos locais e as justificativas de que a Bahia possuía estrutura para abrigar o posto de capital naquele momento atípico, o

Regente Português seguiu rumo ao Rio de Janeiro, que era capital do Brasil desde 1763, chegando lá em sete de março de 1808 (BETHELL, 2004, p. 202).

No Rio de Janeiro, D. João instalou órgãos da administração metropolitana entre os meses de abril e outubro de 1808, dentre elas, o Conselho de Estado, o Desembargo do Paço (a Corte Suprema), a Casa de Suplicação, Erário Real, Conselho Real da Fazenda, a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, Banco do Brasil (BETHELL, 2004, p. 202). Nos órgãos do alto escalão, como o Conselho de Estado, os nascidos no Brasil não foram contemplados com obtenção de cargos (BETHELL, 2004, p. 202).

Mas antes mesmo de ir ao Rio de Janeiro, D. João tomou algumas medidas em solo baiano, como a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 que tornava os portos abertos às “nações amigas”, que àquele momento se resumia à Inglaterra (BETHELL, 2004, p. 203). O governante português havia sido orientado a realizar tais medidas por personalidades políticas, como por exemplo, o Conde da Ponte, então Governador da Capitania da Bahia, além do intelectual baiano José da Silva Lisboa, que era um renomado economista político (BETHELL, 2004, p. 203).

Naquele momento, devido ao bloqueio continental promovido por Napoleão na Europa, os armazéns baianos estavam lotados de fumo e açúcar, e além da ameaça francesa, os ingleses também bloquearam portos portugueses durante a guerra contra Napoleão (BETHELL, 2004, p. 203). Com a abertura dos portos, D. João acabava legalizando o contrabando entre negociantes ingleses e comerciantes estabelecidos no Brasil, podendo até mesmo tributá-lo (BETHELL, 2004, p. 203).

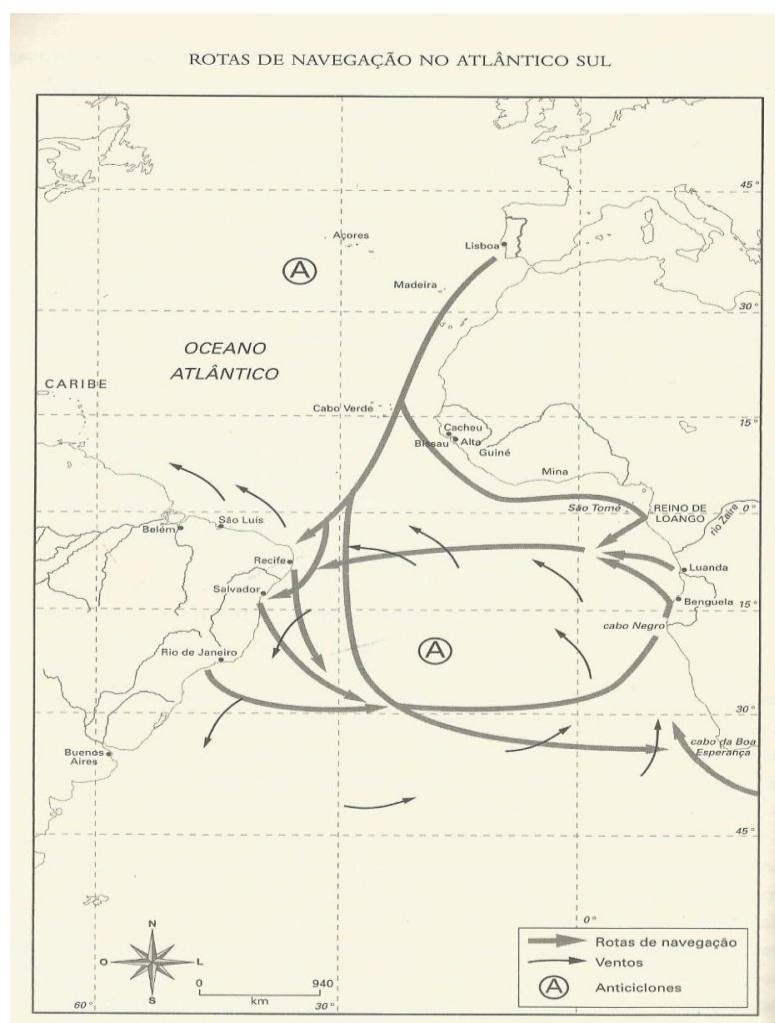
No Rio de Janeiro, no mês de Abril, D. João decretou mais medidas que passaram a mudar o *status* do Brasil dentro do Império Português, dentre elas, revogação de decretos proibitivos, passando a permitir abertura de manufaturas, principalmente, de tecidos, além de isentar tarifas de importação para matérias-primas usadas em indústrias (BETHELL, 2004, p. 203). O Regente Português também implementou políticas de incentivo a invenções de máquinas, sem esquecer de mencionar os subsídios aplicados para as fábricas de tecido de algodão, lã e seda, além de favorecer fiscalmente a indústria do ferro (BETHELL, 2004, p. 203).

Mesmo com a Corte no Rio de Janeiro, a elite econômica da Bahia esperava ser beneficiada pelas políticas de D. João que alteravam o *status* administrativo e econômico do Brasil, tendo na força econômica da Inglaterra uma interessante alternativa de negócios. Por ter uma situação portuária importante para o lado americano do Império, a Cidade da Bahia

foi selecionada, junto com Belém, São Luís, Recife e Rio de Janeiro para serem entrepostos do comércio estrangeiro com o Brasil (BETHELL, 2004, p. 204).

Salvador e seu Recôncavo formavam uma importante zona de produção açucareira e fumageira, onde a mão de obra escrava e a monocultura formavam a sustentação de um modelo de sociedade colonial relevante para os negócios da Coroa, para a irradiação da colonização do norte da colônia e na administração desta, sendo que, quando a Cidade da Bahia foi capital do Brasil de 1549 até 1763, também possuiu papel estratégico na administração conjunta com as possessões portuguesas no litoral oeste da África (ALENCASTRO, 2000).

O mapa abaixo representa as rotas marítimas no mercado atlântico ultramarino português e como o porto de Salvador tinha conexões com rotas marítimas que entrelaçavam Lisboa, portos da América Portuguesa, como Recife e Rio de Janeiro, portos da costa oeste da África e o Cabo da Boa Esperança que ligava o Oceano Atlântico ao Índico.



**Fonte:** ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

O Império português era ultramarino na acepção da palavra, pois o mesmo foi formado a partir dos interesses comerciais dos portugueses que encontraram na produção e exportação do açúcar uma atividade econômica de rentabilidade estável, algo que a extração de produtos naturais como o pau-brasil, drogas do sertão e metais preciosos não poderiam oferecer em longo prazo; além do tráfico de prisioneiros vindos da África para serem aqui escravizados e a produção de tabaco que também construíram um mercado rentável (ALENCASTRO, 2000).

No que tange ao tráfico de africanos escravizados, esta era uma das atividades que mais acentuavam a importância do Brasil nos negócios do Império Português no Atlântico Sul, pois o comércio do tabaco baiano com reinos africanos, como o Daomé, e com os entrepostos holandeses na costa da Mina, formava um circuito comercial em que, no caso específico da Bahia, Portugal ficava excluído. Dessa forma, o tráfico fechou uma conexão em que o porto da cidade da Bahia tinha um importante papel de elo junto ao Castelo de São Jorge da Mina na costa oeste da África e demais praças do comércio português no continente africano (VERGER, 1987, p. 12).

Com as restrições legais ao tráfico Atlântico promovidas pela Santa Aliança e negociações bilaterais com a diplomacia inglesa, D. João legalizou um corredor para o tráfico negreiro, contribuindo para o aumento de escravizados e do comércio de tabaco e cachaça (PARRON, 2011, p. 50).

É bem sugestivo conceber o Império Ultramarino de Portugal como sendo baseado em Portos conectados a uma rede no Atlântico, mesmo os portos portugueses no Oceano Índico, mais precisamente em Goa e na costa leste da África, pareciam estar voltados para uma teia de entrepostos comerciais e portuários que tinham no Atlântico Sul uma zona de comunicação que cada vez mais integrava o litoral do Brasil às outras possessões do Império Português (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 187-250).

Em 1763 a capital da colônia havia sido transferida para o Rio de Janeiro, cidade portuária que também estava se destacando na produção açucareira e, principalmente, na escoação do ouro que vinha das Minas Gerais. A Bahia, mesmo não deixando de ter importância econômica no cenário da política administrativa colonial, perdeu um importante *status*.

Por outro lado, a capital da Capitania Geral da Bahia se consolidou política, social e economicamente no século XVIII em vários aspectos (LAPA, 1968). Naquele século houve um desenvolvimento mercantil e político, além do fato de que a cidade teve um crescimento de seu território e de sua população (LAPA, 1968).

Apesar de ter deixado de ser a capital da colônia, Salvador ainda continuava sendo uma cidade estratégica para a monarquia portuguesa no que dizia respeito à administração colonial e de seu controle territorial, sem esquecer a importância econômica, pois Salvador continuava exercendo liderança nesse quesito em comparação com as outras cidades do Brasil (LAPA, 1968).

Ao final do século XVIII, a Cidade da Bahia mantinha o posto de porto mais importante do Império Português, permanecendo como um privilegiado entreposto comercial da economia mundial da época (LAPA, 1968). No início do século seguinte é que o Rio de Janeiro pareou com a capital baiana o *status* de proeminência portuária do Império (FLORENTINO, 1993).

A importância econômica da Capitania da Bahia na crescente relevância que o Brasil passou a exercer na centralidade dos negócios do Reino Português no Atlântico Sul foi confirmada pelo aumento produtivo do seu artigo carro-chefe na pauta de exportações: o açúcar. Isso se deu entre o final do século XVIII e início do século XIX até o início da década de 1820 (REIS, 1976, p. 373-374).

Em 1818, haviam 469 engenhos de açúcar na Capitania Geral da Bahia, em conjunto à comarca de Sergipe d'el Rey, que havia sido incorporada à capitania em 1773. Esse número representava um aumento na produção agrícola da Bahia em relação ao ano de 1790, em que a região contava com 353 engenhos. Infelizmente, não foi possível perceber, através da bibliografia, em que medida a emancipação da Capitania do Espírito Santo em 1810, afetou o número de engenhos contabilizados (BARICKMAN, 2003, p. 74; NUNES, 1989, p. 125).

As exportações de Sergipe, assim como as do Recôncavo, eram realizadas através do porto de Salvador (ANTONIO, 2011, p. 120-121). Isso sugere certa complementação econômica entre o principal núcleo de produção da capitania, o Recôncavo, e a comarca de Sergipe d'el Rey através da navegação de cabotagem e da ligação com o comércio no Atlântico Sul através da Cidade da Bahia.

As regiões do Recôncavo e Sergipe possuíam uma dinâmica econômica muito semelhante, possuíam portos fluviais, como era o caso de Cachoeira e Maragogipe no primeiro, e Laranjeiras e Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba no segundo. Salvador era uma única barra para os dois núcleos de produção.

A economia açucareira estava, na Capitania da Bahia, interligada a uma rede produtiva e comercial que incluía a agricultura e o comércio de mantimentos, o fumo, a cachaça e o tráfico negreiro (REIS, 1976). Se a economia do açúcar ia bem, poderia também

servir de alavanca para os indicadores das outras atividades produtivas mencionadas, assim como podemos pensar o inverso dessa equação.

Em 1808, com a chegada da família Real e elevação de *status* político da América Portuguesa, há um incremento do tráfico de escravos. Na Bahia, a demanda por essa mão-de-obra foi preenchida, em grande medida, pelas guerras santas que ocorreram naquele momento na região ao redor do golfo do Benin na África. Para Salvador e Recôncavo vieram grupos africanos trazidos pelos navios negreiros, escravizados pertencentes a vários povos, entre eles, os oriundos dos reinos islâmicos e da Iorubalândia<sup>14</sup>. (REIS, 2003, p. 159-175).

O Conde da Ponte, governador da capitania geral da Bahia na primeira década do século XIX, em correspondência enviada ao rei D. João VI, indicou dados populacionais sobre a capital Salvador. Segundo o mesmo, a população da Cidade da Bahia totalizava 51.112 habitantes, sendo que desses, 25.502 eram negros, 14.260 eram brancos e 11.350 eram pardos (ACCIOLI, 1931, p. 228).

Sobre o Recôncavo Baiano, principal zona açucareira da Bahia, Stuart Schwartz estima que a região contava, em conjunto com Salvador, com 150 mil habitantes no final do século XVIII, saltando para 400 mil na primeira década do século XIX (SCHWARTZ, 1996, p. 374). Segundo o historiador norte-americano, um terço dessa população era composta por escravos (SCHWARTZ, 1996, p. 374).

Entre os portugueses havia tropas de 1700 militares, além dos civis que viviam na província e formavam o grupo que controlava o comércio (REIS, 1989, p. 81-82). Os baianos eram mais heterogêneos e constituíam diversos segmentos, dentre eles, uma parte dos soldados, a população pobre de Salvador, médios e pequenos proprietários, além de senhores de engenho e de comerciantes baianos que tinham algum trânsito nos negócios portuários dominados pelos portugueses (REIS, 1989, p. 81-82).

Além desses segmentos, os escravos e libertos formavam um grupo heterogêneo que contribuía para a desestabilização da ordem social na região, acendendo o “Haitianismo” na consciência das lideranças políticas da Província da Bahia, ou seja, o imaginário influenciado pelos acontecimentos ocorridos na Revolução do Haiti, em que os negros destruíram a sociedade colonial naquela possessão francesa<sup>15</sup>. No entanto, no caso da Província da Bahia, o

---

<sup>14</sup> Região banhada pelo Golfo do Benin, na costa oeste da África, em que residia uma diversidade de grupos, aldeamentos e reinos que partilhavam a crença nos orixás, que são divindades ainda cultuadas pelas religiões afro brasileiras.

<sup>15</sup> O medo de que o que aconteceu no Haiti pudesse se repetir era reforçado pelas sucessivas revoltas de negros africanos escravizados e libertos das etnias Nagô e Haussá que desafiaram a ordem na Bahia entre os anos de 1807 e 1835, sendo a maior expressão delas a Revolta dos Malês (1835) que conseguiu reunir o maior número de grupos étnicos africanos presentes na Bahia.

medo dos grandes proprietários baianos era de que, no caso da Guerra de Independência, os portugueses mobilizassem os escravos para realizar, na região, o que havia acontecido no Haiti (REIS, 1989, p. 81-82).

Essa euforia econômica, não necessariamente se traduzia em ganhos fiscais e econômicos para a Bahia, a ponto de deixá-la em pé de igualdade com Lisboa. A população da capitania cresceu entre o último quartel do século XVIII e primeiros anos do século XIX. Nesse mesmo período, como vimos, a economia cresceu impulsionada pelo aumento dos preços de produtos que, naquela época, eram produzidos em colônias, como era o caso do açúcar, do algodão e do tabaco, além de ter havido mais possibilidades de importação de mão de obra cativa, porém, a euforia econômica não se traduziu em superação do *status* colonial (ALEXANDRE, 1993, p. 81).

Apesar de ter havido em 1798 uma das mais importantes conspirações contra o regime absolutista português no Brasil, que foi a Conjuração Baiana, assim como na Inconfidência Mineira 1789, não houve um ataque frontal ao exclusivismo metropolitano, pois a prosperidade econômica acomodou, até então, os fazendeiros, que eram o único grupo social em condições de ter forças para um movimento mais incisivo contra a metrópole (ALEXANDRE, 1993, p. 81-82).

Porém, isso não significava que já não houvesse, no último quartel do século XVIII, uma crise política no Império Português que, além de ter propiciado as inconfidências, também influenciou a abertura de Portugal para as ideias administrativas da Ilustração, como foi o caso das Reformas Pombalinas de meados daquele século, que fizeram o Conselheiro de Estado, Marquês de Pombal, ter um lugar na lista dos chamados “déspotas esclarecidos”, ao ter procurado, inclusive, aperfeiçoar a máquina administrativa do Império.

No que diz respeito às questões administrativas e fiscais, as Reformas Pombalinas se caracterizaram por uma “ação política uniformizadora” (SLEMIAN, 2006, p. 41). Ao mesmo tempo, elas procuraram ter como pilares da divisão administrativa do Brasil “três principais níveis políticos-administrativos distintos: o do Vice-Reino, o das Capitanias e o das Vilas” (SLEMIAN, 2006, p. 42)

Outra realização da Reforma foram os fundos das finanças do Império Português serem divididos em dois com “a instalação do Erário Régio em Portugal (1761), criaram-se nas capitanias as Juntas de Fazenda que, ao longo da mesma década, substituíram e aprimorariam a atuação das antigas provedorias” (SLEMIAN, 2006, p. 43).

No caso da Bahia, episódios como o conflito da Dízima da Alfândega nas primeiras décadas do século XVIII, por exemplo, mostravam o quanto era perceptível aos homens de

negócio da colônia as desvantagens fiscais em relação aos agentes da colonização portuguesa, como era o caso dos contratadores, que eram agentes privados, que conseguiam da coroa a concessão da exploração das Alfândegas tendo acesso a um vantajoso quinhão da arrecadação do Erário Público (BORGES, 2015, p. 50).

As mudanças de Pauta dos gêneros da Alfândega eram pontos de conflito entre contratadores, negociantes e fazendeiros locais na Capitania da Bahia (BORGES, 2015, p. 50). Em meados da década de 1720 houve uma mudança de Pauta, em que os produtos exportados em Lisboa passaram a referenciar não somente a pauta da capital metropolitana, mas, também, a da Bahia (BORGES, 2015, p. 50).

Essa situação atingiu a todos envolvidos nos negócios coloniais, inclusive, o contratador Vasco Lourenço Velloso “que ao arrematar pela segunda vez o contrato da Alfândega reclamou dos prejuízos que viria a ter pelo uso da nova pauta” (BORGES, 2015, p. 50).

A solicitação de Velloso foi atendida e ele obteve abatimento do contrato, compensando a diferença entre as duas pautas (BORGES, 2015, p. 50). Já os comerciantes não tiveram seus pedidos deferidos, pois a Coroa portuguesa procurou não se intrometer diretamente, deixando a cargo dos desembargadores resolverem os pleitos (BORGES, 2015, p. 50).

Essas tensões eram aliviadas, até quando a organização administrativa e fiscal Pombalina não era efetiva, seja por uma concessão do rei atendendo solicitação do Senado da Câmara, no entanto, dentro dos limites que o *status* colonial impunha aos homens de negócio da Capitania, seja por um ciclo de valorização dos produtos tropicais. Além disso, as reformas pombalinas também contribuíram para que as tensões envolvendo o fisco metropolitano não gerassem tantos dissabores entre comerciantes e fazendeiros das colônias. Porém, a necessidade de reformas e a dependência de ciclos de valorização dos produtos tipicamente coloniais evidenciavam a situação de crise que, por mais que não se manifestasse economicamente até 1808, já demonstrava seus desafios sobre a estrutura fiscal e administrativa (ALEXANDRE, 1993, p. 78).

O dinamismo econômico e urbano que colocava a Capitania da Bahia enquanto um território chave na dinâmica econômica do Império Português no Atlântico, em conjunto com a relativa autonomia proporcionada pela abertura dos portos em 1808 e a elevação do Brasil a Reino Unido em 1815, conduziram uma tomada de consciência por parte das lideranças político-econômicas locais em relação ao seu papel de capitanear os seus negócios junto ao Reino.



Essa consciência da proeminência econômica da região também influenciou a possibilidade das lideranças baianas e portuguesas ali instaladas de se insurgirem contra a situação de serem preteridos pela Corte do Rio de Janeiro na distribuição de benesses, por parte do monarca D. João VI, que pudessem atender os interesses do senhorio agrário baiano e dos comerciantes portugueses da praia da capital baiana.

A esperança em torno da função de provedor que as elites política e econômica da Bahia projetavam sobre o monarca, era justamente para que elas tivessem acesso a um maior quinhão sobre a riqueza produzida pelos negócios do Reino.

Mesmo sem o exclusivo metropolitano, a “economia da mercê” ainda era a lógica que baseava a relação do Rei com os seus súditos fidalgos. Tratava-se do “exercício do poder político [que] se dava pela capacidade de dispensar benefícios” (BORGES, 2015, p. 26). Havia a expectativa de que o Rei D. João VI, em terras americanas, assim como todo monarca inserido na lógica das mercês, tivesse mais “disponibilidade para o serviço, pedir, dar, receber e manifestar agradecimento, num verdadeiro círculo vicioso” (OLIVAL, 2001, p. 18).

Essa lógica de Antigo Regime não teve sua operacionalidade esperada pela fidalguia baiana enquanto D. João VI esteve no Brasil. Essa situação acabou gerando, não somente na Bahia, mas também, nas demais províncias do Norte do Brasil, insatisfações que conduziram a levantes, como foi o caso da Revolução Pernambucana e da Revolução Constitucionalista na Bahia.

## **2.2 A Revolução Constitucionalista na Bahia**

Segundo o historiador português Valentim Alexandre, em Portugal o cenário histórico da Revolução do Porto era semelhante ao de uma tragédia grega, pois havia uma expectativa, por parte dos portugueses, de notícias acerca do posicionamento do seu monarca em relação ao seu regresso à Lisboa ou permanência no Rio de Janeiro (1993, p. 490). Nesse sentido a subjetividade do jogo político que envolvia os conselheiros e o próprio D. João VI fazia com que, diante dos mesmos, o monarca se encontrasse em meio a uma teia de argumentos e intrigas que tornavam mais complexas suas decisões (1993, p. 490).

Alexandre afirmava que fazia parte da própria personalidade de D. João VI procrastinar as decisões que lhes fossem mais difíceis de serem tomadas (1993, p. 490). Entretanto, acredito que essa impressão sobre as atitudes do monarca do Império português seja, no fundo, creditada pelo fato de que a sobrevivência da monarquia portuguesa diante da

Revolução Constitucionalista que o Império passava se tornava um desafio pelo de que houve uma série de episódios que colocaram D. João VI em impasses, pois, como observaremos ao longo do capítulo, o liberalismo lusitano propunha um pacto político que alteraria o *status* do contrato entre o Rei e a sociedade portuguesa.

Antes da Revolução do Porto, a tensão já ocupava o Marechal Beresford, militar inglês que se destacou na Guerra Napoleônica em Portugal e que, naquele momento, também lutava contra o avanço do constitucionalismo, chegando ao ponto do comandante militar britânico, ao chegar ao Brasil no mês de maio de 1820, ter tentado convencer D. João VI a regressar à antiga metrópole ou enviar o príncipe Real para conter os ânimos dos focos de tensão lá existentes (ALEXANDRE, 1993, p. 490).

No entanto, o impasse não era fácil para o monarca, pois o Brasil também possuía tensões políticas; vide o que aconteceu nas províncias do norte em 1817 durante a Revolução Pernambucana que chegou a romper com a corte do Rio de Janeiro e formar um governo provisoriamente republicano. Diante disso, D. João VI recusou o regresso e também não orientou seu filho, o príncipe D. Pedro a partir para Portugal (ALEXANDRE, 1993, p. 492).

Porém, com o estouro do levante militar no Porto em 24 de agosto de 1820 e a notícia chegando aos ouvidos do monarca em outubro, a incerteza voltou a fazer parte do horizonte de D. João VI (ALEXANDRE, 1993, p. 494). Havia, inclusive, facções na corte do Rio de Janeiro que procuravam convencer o monarca a ficar em solo americano, argumentando da suposta irrelevância do movimento do Porto (ALEXANDRE, 1993, p. 494-495).

Interessante a análise que Valentim Alexandre realizou sobre as orientações dos conselheiros que tinham mais acesso a D. João VI, dentre eles, Tomás António Vilanova Portugal e o Conde da Palmela. O autor percebeu que, apesar da visão de Vilanova Portugal não ter representado a maioria dos cortesãos de D. João VI, foi a que, em situações pontuais, coadunava com os interesses daqueles que preferiam a permanência da Casa Real no Brasil; por outro lado, o Conde da Palmela foi um dos principais argumentadores no sentido de tentar convencer, pelo menos a Casa Real, a ter um representante legítimo em Portugal (1993, p. 496-497).

Se de um lado Tomás António argumentava que era necessário para o rei D. João VI defender a ordem política na Bahia, onde o foco revolucionário já aparecia aos olhos do conselheiro como sendo desafiante para o funcionamento do Império, ainda mais pelo fato de ser uma região importante econômica e administrativamente, inclusive, aconselhando o monarca a nomear um destacado mantenedor da ordem monárquica na província do Pará que

era o Conde de Vila Flor para o governo da Bahia, por outro lado, o Conde da Palmela entendia que era necessário manter a ordem em Portugal, pois a onda revolucionária colocaria em risco até mesmo a situação política nas províncias de maior liderança econômica do Brasil, como era o caso da Bahia (ALEXANDRE, 1993, p. 500-501).

Ao menos na Bahia haviam lideranças militares, como Felisberto Caldeira Brant Pontes, que defendiam a monarquia constitucional e que, em correspondência endereçada ao Conde da Palmela em 21 de dezembro de 1820, expressavam a ideia de que a constituição e as conquistas que ela poderia trazer aos homens ilustres da política na América Portuguesa seriam colocadas como benesses concedidas pelo rei em que “qualquer favor concedido antes da Revolução será recebido com alegria e entusiasmo, [de forma que] todos os bons [cidadãos] se deitarão nos braços de Sua Magestade”<sup>16</sup>.

Porém, o mesmo Brant Pontes frisava a necessidade de o rei se antecipar, pois, após uma Revolução Constitucional qualquer atitude do monarca “se mostrará como necessidade imposta pelas circunstâncias”<sup>17</sup>. Militares baianos como ele defendiam a monarquia constitucional e não simpatizavam com a experiência republicana de Pernambuco.

Entretanto, o historiador português frisou que, apesar de representarem visões díspares sobre a onda revolucionária constitucionalista que ameaçava o *status quo* absolutista, Tomás António e Conde da Palmela tinham ciência da importância econômica que o Brasil possuía para os negócios do Reino a ponto de o próprio Conde representar, na realidade, uma fração moderada do liberalismo português que estaria disposta a colaborar com a corte do Rio de Janeiro (ALEXANDRE, 1993, p. 501).

Tanto o monarca quanto os seus conselheiros, apesar de estes certamente perceberem o quanto o constitucionalismo havia gerado uma nova consciência na população livre no que se refere ao seu peso na constituição da nação, sabiam da necessidade de manutenção da dinastia. Mantê-la significava proteger a soberania do Estado português (LYRA, 1994).

É muito provável que a adesão da elite econômica, política, burocrática e militar da Bahia à Revolução Constitucionalista de 1821, que reverberou a Revolução do Porto no Brasil, tenha origem numa crise política em relação à monarquia absolutista sediada no Rio de Janeiro.

A chegada da Família Real à capital fluminense em 1808 culminou com ajustes no aparato fiscal do Império Colonial Português. Segundo Maria Aparecida Sousa, o Rio de

---

<sup>16</sup> Carta de Felisberto Caldeira Brant Pontes endereçada ao Conde da Palmela. Agradeço a Marcelo Siquara pela indicação do documento.

<sup>17</sup> Ibid.

Janeiro, agora como metrópole, recebia a máquina administrativa metropolitana e, dessa forma, o monarca procurou se estabelecer ali. Mesmo após a abertura comercial e a elevação do Brasil a Reino em 1815, o Rio de Janeiro se impôs administrativa e fiscalmente sobre as outras províncias da colônia (2008, p. 132).

Logo no primeiro ano de instalação da Corte foi determinado que fossem cobrados 600\$00 de impostos sobre a arroba do algodão e 400\$00 do tabaco que fossem exportados, e na Bahia e Pernambuco esses produtos também seriam taxados no seu consumo interno (SOUSA, 2008, p. 132).

Outra demonstração de imposição fiscal do Rio de Janeiro para com as unidades administrativas do Norte do Brasil foi a Carta Régia de 17 de outubro de 1812, que estabelecia a remessa de dinheiro que deveria ser enviada por mês pelas capitanias da Bahia, Pernambuco e Maranhão à Corte (SOUSA, 2008, p. 132). Essa medida entraria em vigor em janeiro de 1813 e abasteceria o Real Erário. As quantias eram de 35:000\$000 a serem pagos pelas capitanias de Bahia e Pernambuco, sendo que o Maranhão pagaria 25:000\$000 (SOUSA, 2008, p. 132).

Mesmo possuindo uma filial do Banco do Brasil, a Capitania da Bahia não era favorecida com políticas financeiras que ajudassem no desenvolvimento local, o Banco apenas contribuía para a robustez do Erário que em 1808 era de 2.258:172\$499 e em 1820 a quantia era a de 9.715:628\$699 (FAORO, 1979, p. 251-252).

Enquanto isso, em Portugal, com a saída de D. João juntamente a sua família e comitiva, Lisboa passou a ser governada por um Conselho de Regência escolhido pelo próprio Príncipe Regente. Apenas nobres compunham o quadro de representantes do Conselho; estes aristocratas tiveram a incumbência de manter a ordem pública, mesmo que tivessem que colaborar com as tropas de Napoleão (ARAUJO, 1992, p. 236). Porém, em fevereiro de 1808, o comando francês, na figura do General Junot, pôs fim ao Conselho e passou a governar Portugal como uma possessão francesa (ARAUJO, 1992, p. 236). Apenas em 1810, as tropas francesas foram expulsas pela resistência comandada pelo General Beresford que, representando a Inglaterra, estreitou cada vez mais as relações desta com Portugal (ARAUJO, 1992, p. 236).

Porém, os maiores beneficiários dos acordos econômicos e fiscais entre a Coroa Portuguesa e a diplomacia inglesa, além dos negociantes e manufatureiros ingleses, foram justamente aqueles que tinham negócios de *grosso trato* no Brasil, deixando Portugal em segundo plano. A perda de *status* proporcionou o crescimento do mercado informal através do contrabando, a diminuição do fluxo comercial nos principais portos de Portugal sem esquecer

dos prejuízos vividos pelas manufaturas; todo esse quadro favoreceu que a balança de arrecadação pendesse mais para o Brasil (ARAUJO, 1992, p. 246).

Essa situação instigou cada vez mais a população que vivia em Portugal a se manifestar contrária à manutenção da Família Real em solo americano (VARGUES, 1993, p. 39-46). Inclusive, a nobreza portuguesa começou a reivindicar a convocação das Cortes, não no modelo constitucionalista, mas, sim, no modelo tradicional de três Estados: nobreza, clero e povo (VARGUES, 1993, p. 39-46). Desde 1698 que elas não eram convocadas.

Em 1815, essa situação se agravou, pois, mesmo com a derrota definitiva de Napoleão na Europa, o Príncipe Regente optou por ficar em solo americano e elevar o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. A aristocracia que residia em Portugal manifestou cada vez mais descontentamentos enviando correspondências ao monarca (SORIANO, 1890, p. 158). Já os liberais não se concentravam na questão da realeza, mas, sim, na questão nacional que, consequentemente, não incluía o Brasil, ou, ao menos, as províncias articuladas com o Rio de Janeiro (ARAUJO, 1992, p. 251).

Na segunda metade da década de 1810 já havia uma atuante imprensa liberal portuguesa encabeçada por aqueles que haviam sido exilados durante as agitações decorrentes da resistência contra Napoleão e os ingleses. Os mais destacados foram “O Português” e “O Campeão Português”. Estes perpetraram campanha feroz contra o *status* de Reino Unido ao qual Portugal e Brasil passaram a juntos ostentar. Essa imprensa liberal expressava um discurso nacionalista contra as intervenções da França e da Inglaterra, bem como a situação de manutenção da Família Real no Brasil, buscando valorizar as tradições da nação portuguesa, sem esquecer a defesa do liberalismo (ARAUJO, 1992, p. 255).

A primeira resposta incisiva das capitanias do Norte foi a Revolução Pernambucana em 1817 que, em consonância com as rebeliões em Portugal, era de caráter Republicano e, além de Pernambuco, teve ressonância na Paraíba e no Rio Grande do Norte, obtendo a adesão do Ceará. Estas capitanias unidas formaram um governo rebelde exercendo autonomia em relação ao Rio de Janeiro (BERBEL, 1999, p. 40-43).

Os rebeldes tentaram angariar a adesão das outras capitanias do Norte. O propósito do governo republicano era a emancipação dessas capitanias reunidas numa confederação comandada pelo senhorio rural que ansiava se constituir em uma aristocracia agrária, dessa forma, a República do Norte seria uma afirmação da força dessa classe dominante (MOTA, 1972, p. 21).

Sobre a situação da Bahia no movimento de 1817, para Márcia Berbel, havia uma ligação do movimento para com a Revolução Constitucionalista na província, por conta da

primeira Junta Provisória ter libertado os presos que cumpriam pena pela rebeldia republicana (1999, p. 58). Para a autora, em 1817, a Revolução Pernambucana teve extensão sobre a então capitania baiana que, desde então, tornou-se uma região delicada no que diz respeito a movimentos federalistas, sem esquecer de mencionar as convulsões sociais que tiveram sua primeira grande expressão na região em 1798 na Conjuração Baiana (BERBEL, 1999, p. 58).

Segundo Maria Aparecida Sousa, antes mesmo que houvesse uma adesão definitiva da Bahia ao movimento originado em Pernambuco em 1817, o governo da Capitania da Bahia em conjunto com as forças de defesa instaladas na região conseguiu abortar qualquer forma de conexão com o governo republicano (2008, p. 140).

O movimento foi duramente desbaratado pelas tropas do Rio de Janeiro. E, justamente, da Bahia que saíram as tropas em direção a Pernambuco, onde vários integrantes do governo republicano foram presos e exilados. Além disso, os capitães-gerais das capitanias envolvidas foram substituídos por cortesãos aliados ao Príncipe Regente. Sem esquecer que a turbulência causada pela Revolução obrigou o monarca a modificar seus ministros, reorientando as pastas de seu governo (BERBEL, 1999, p. 42-43).

A Revolução Pernambucana precipitou um movimento federalista que, para as autoridades baianas, ficou mais viável em 1820. Os acontecimentos que culminaram com a eclosão da Revolução do Porto em 24 de agosto de 1820 levaram o governo, que representava os interesses do monarca D. João VI, a convocar Cortes Gerais. Naquele momento, após a experiência dos espanhóis ao jurarem a Constituição de Cádiz, os portugueses revoltosos ansiavam a conquista de um regime constitucional (CARVALHO, 2003, p. 22-24).

Ao receber a notícia, o governante do Império Português enviou uma resposta, que chegava à Lisboa em 16 de dezembro de 1820, avisando que voltaria à metrópole ou mandaria um de seus filhos para representá-lo (CARVALHO, 2003, p. 24). Havia por parte dos “portuenses” que aderiram à Revolução expectativa sobre a adesão ou não das capitanias do Brasil aos propósitos constitucionais dos revolucionários. No dia 10 de janeiro de 1821 as autoridades do Pará juraram fidelidade às Cortes e à Constituição que estas viessem a promulgar (CARVALHO, 2003, p. 24-28).

Nessa mesma época eram correntes os boatos sobre a adesão da Bahia, até que em 15 de abril de 1821 os regentes tiveram a notícia confirmada de que esta capitania havia se filiado ao movimento constitucional (CARVALHO, 2003, p. 32). Em 18 de abril foi promulgado o decreto que reconheceu as juntas, como a da Bahia, organizadas nas capitanias para estabelecer o regime constitucional (CARVALHO, 2003, p. 36). A Revolução do Porto teve repercussões fortes naquela província do norte do Brasil.

Segundo Marcus de Carvalho, “O federalismo”, que podemos situar tanto em 1817, em Pernambuco, quanto em 1821, na Bahia, “era uma bandeira extremamente atraente para vários setores das elites locais, que ficaram encantadas com a autorização das Cortes revolucionárias em Portugal para que elegessem suas próprias juntas governativas” (CARVALHO, 1998, s/p).

Segundo Ubiratan Araujo, as notícias de que o Conde da Palma havia recuado na intensão de manter seu *status* de governador da província da Bahia foram recebidas com festas pelos Portugueses comerciantes em Salvador (ARAUJO, 2001, p. 14-15). Portugueses e baianos haviam reivindicado Salvador como capital da Revolução Constitucionalista no lado português da América (ARAUJO, 2001, p. 20-23). Dessa forma, as lideranças políticas da capital baiana e do seu Recôncavo sinalizavam a importância que elas próprias enxergavam, na capitania, enquanto tendo um papel importante nas Cortes.

A adesão ao Movimento Vintista na Bahia sinalizava a desconfiança das elites da região para com centro americano de poder político que era o Rio de Janeiro (CARVALHO, 1998, s/p). Segundo Raymundo Faoro, “A dualidade de poder, instaurada pela Revolução de 1820 – Cortes e Rei – agrava-se numa dualidade de centros – Lisboa e Rio de Janeiro” (FAORO, 1979, p. 264).

A liberação do Movimento Vintista, para que as províncias formassem Juntas de Governo que passariam a exercer o poder executivo local e realizar as eleições para o Congresso das Cortes Gerais de Lisboa, foi um aceno positivo para a vontade dos negociantes, proprietários rurais e demais elites das possessões portuguesas na América de exercerem um maior controle das rendas e da política regional (CARVALHO, 1998, s/p).

Mesmo com a volta de D. João VI à Lisboa, o Rio de Janeiro continuava na percepção das elites provinciais do lado americano do Reino Unido como “sede do governo absolutista, onde estavam os principais áulicos do sistema, muitos dos quais permaneciam após a volta de D. João VI a Portugal” (CARVALHO, 1998, s/p).

Já Portugal aparecia como o polo irradiador do Movimento Constitucional que limitava o poder do Rei, alterando o pacto político até então absolutista para garantir um contrato que favorecesse a elite política em seus negócios. E foi assim que “Uma a uma as províncias escolheram ficar do lado das Cortes e não da Coroa” (CARVALHO, 1998, s/p).

Na província da Bahia, a Revolução do Porto teve uma forte repercussão a ponto de inspirar os moradores portugueses da sua capital, sendo que muitos eram oriundos do norte de Portugal (BANDEIRA, 2000, p. 373), região onde fica a Cidade do Porto. Logo, a

conspiração em torno dos ideais da Revolução ganhou a adesão dos “da terra”, englobando frações da sociedade como os comerciantes e os militares (BANDEIRA, 2000, p. 374).

Apesar dessa aparente harmonia de interesses entre os da terra e os da Europa, o conflito gerado em torno do reconhecimento da Junta de Governo começava a desenhar fissuras dentro dessa aliança entre os portugueses e os baianos. O que gerou uma postura bélica por parte dos lusos na tentativa de garantir seu projeto por meio da força militar (COELHO, 2004, p. 24).

A conspiração se transformou em ato de rebeldia com a criação da Junta Provisória de Governo na Província da Bahia que substituiu o governador colonial, o Conde da Palma. Esse conselho foi formado após a revolta de 10 de fevereiro de 1821, momento em que soldados de Portugal e da Bahia se enfrentaram e tiveram em torno de vinte mortos (TAVARES, 1977).

O levante aconteceu justamente na madrugada daquele dia 10. Naquele momento, o tenente-coronel Manuel Pedro Freitas Guimarães, representante dos “da terra”, tomou o comando da artilharia e, mesmo com a resistência do regimento de infantaria e da legião de caçadores que eram fieis ao Conde da Palma, conseguiu o triunfo (BANDEIRA, 2000, p. 374).

Após esse acontecimento, o Conde da Palma, então governador da região entrou em acordo com oficiais baianos, senhores de engenho e comerciantes para sair do governo e haver a formação de um conselho formado por sete integrantes (TAVARES, 1977). O periódico *Idade d'Ouro do Brazil*, primeira gazeta a circular na Bahia e de relevante recepção por parte da população letrada da província, noticiava no dia 13 de fevereiro que:

Os Comandantes, e oficiais da Tropa de Linha da Guarnição da Cidade da Bahia, reunidos da Praça de Palácio [...] em presença do Governador [...] Conde da Palma, desejado de todos de comum acordo evitar uma difusão de sangue que infelizmente podia resultar de motins, originados do receio do Povo de que sejam frustrados os desejos que tem manifestado de aderir aos votos de seus irmãos de Portugal, a quem desejam estar perpetuamente unidos<sup>18</sup>.

A formação do conselho era prevista como um dos itens listados no periódico *Idade d'Ouro* como medidas para a instalação de um regime constitucional que respeitasse a autoridade do rei D. João VI e da Igreja Católica, solicitando que se jurasse “obediência ao

---

<sup>18</sup> IDADE D'OURO DO BRAZIL. N. 13, Salvador, 13 de fevereiro, 1821.



[...] poderoso D. João VI, e adesão à sua Real Dinastia, conservar a Santa Religião, que preservamos”<sup>19</sup>.

Os membros do conselho juraram obediência ao monarca D. João VI e à Constituição que as Cortes iriam confeccionar, assim, também, como juraram à Constituição espanhola que estava vigente em Portugal naquela época (BANDEIRA, 2000, p. 375).

Esse conselho deu origem à Junta Provisória de Governo que se colocava enquanto representante das classes sociais da província. Encontravam-se entre os membros escolhidos: José Fernandes da Silva, clérigo, Francisco de Paulo e Oliveira e José Ferreira, tenentes-coronéis, Francisco Gomes Filgueiras e José Antonio Rodrigues Vianna, comerciantes, Paulo José de Melo, proprietário agrícola, Luís Manoel de Moura Cabral e José Caetano de Paiva, desembargadores e Lino Coutinho, médico (BANDEIRA, 2000, p. 374-375).

Na data de 31 de janeiro de 1822, uma nova formação foi eleita para a Junta Provisória onde havia um representante de Portugal e os demais eram membros dos segmentos mais altos da sociedade baiana: senhores de engenho, clero, magistrados e oficiais das tropas (TAVARES, 1977).

No mês seguinte, no dia 15, as expectativas de a autonomia local da província através da Junta foram frustradas quando uma carta do Rei D. João VI ordenou a promoção do português Ignácio Madeira de Melo de coronel para brigadeiro e, conseqüentemente, tornando-o comandante das armas na Província da Bahia (TAVARES, 1977).

Tal ordem não passou sequer por parecer da Junta, nem ao menos teve seu consentimento. Como veremos mais adiante, no próximo capítulo, Madeira de Melo, mesmo sofrendo resistências, substituiu a liderança do Movimento Constitucionalista na Bahia: Freitas Guimarães. Uma parte significativa dos proprietários rurais da província encarou a ordem como uma arbitrariedade diante da autonomia obtida com o afastamento do Conde da Palma (TAVARES, 1977).

O desenrolar da Revolta Constitucionalista na Bahia foi marcado pela indefinição, pois, na província, ainda era desconhecida a posição que D. João VI estaria adotando na sua volta a Portugal (BERBEL, 1999, p. 58). A adesão do governo dos revoltosos às Cortes de Lisboa foi interpretada pela realza e seus partidários como uma desobediência (BERBEL, 1999, p. 58).

A adesão de uma província estratégica para os negócios ultramarinos, como a da Bahia, repercutiu de forma significativa nas outras regiões do Brasil, inclusive, junto ao Rio

---

<sup>19</sup> Ibid.

de Janeiro (BERBEL, 1999, p. 58). O Movimento Constitucional da Bahia foi irradiado para as outras províncias do Norte e teve como inspiração ideológica a apropriação do liberalismo português para a sua realidade local (BERBEL, 1999, p. 58), em especial, no tocante à reivindicação – por parte das lideranças políticas e econômicas nortistas – de autonomia administrativa para que assim, possivelmente, pudessem melhor usufruir do comércio no Atlântico, como, também, ter uma Fazenda Provincial voltada, não mais, para o abastecimento do Real Erário.

Ainda na data de 20 de fevereiro de 1821, em meio à situação de indecisão de D. João VI quanto à volta para Portugal e ao juramento ao texto base da Constituição, tropas instaladas no Rio de Janeiro se manifestaram publicamente forçando D. João VI a se comprometer com a Constituição que as Cortes lisboetas viessem a elaborar (ARAÚJO, 2001, p. 11).

No entanto, ao longo dos meses que sucederam o movimento constitucionalista e as eleições para representantes da Bahia, houveram novos conflitos bélicos que tornaram o ambiente governado pela primeira Junta conturbado. Exemplo disso foi a repressão de civis portugueses contra o movimento, encabeçado por oficiais do Brasil, que visava derrubar a Junta Provisória que era acusada pelos partidários de D. Pedro e D. João VI, na Bahia, de não estar de acordo com os ideais constitucionais. Esse acontecimento foi em três de novembro de 1821, ainda no calor da adesão da província ao movimento constitucionalista luso, sendo que o clima de tensão já havia tomado conta de Salvador desde o mês de julho daquele ano (AMARAL, 1957, p. 36).

O levante gerou 16 prisioneiros que foram encarcerados na prisão denominada “Castello” que, geralmente, abrigava rebeldes, como foi o caso dos condenados por participarem da Revolução Pernambucana de 1817<sup>20</sup>.

### **2.3 O movimento constitucionalista através do Senado da Câmara da Cidade da Bahia, das câmaras das vilas do interior e da Junta Provisória de Governo**

A coalizão formada pela Junta Provisória de Governo e Senado da Câmara da Cidade da Bahia procurou se corresponder com as câmaras das vilas do interior, desde as mais próximas situadas no Recôncavo, como era o caso de Cachoeira, passando por aquelas em direção ao sul da província, como Valença e Camamu, até as mais distantes situadas no

---

<sup>20</sup>PORTUGAL. *Diário das Cortes Gerais*. Oito de Fevereiro de 1822, p. 128.

sertão, como era o caso de Rio de Contas, e até mesmo aquelas que, naquela época, faziam parte da comarca de Sergipe d'el Rey, dentre elas, Inhambupe e Itapicuru<sup>21</sup>.

Assim, a Junta provisória de Governo da Bahia procurava estender seus tentáculos oferecendo um canal aberto para as lideranças políticas das vilas, para que assim pudessem expressar suas demandas. Dessa forma, a Junta tentava se colocar de vez como maior instância de representação política na província.

A liberação, por parte das Cortes de Lisboa, para a formação de Juntas Governativas, veio a calhar para as elites locais, pois estas estavam interessadas em se organizarem administrativamente em uma instância de poder que representasse um governo provincial (FAORO, 1979, p. 266).

Se de um lado havia o amparo do Senado da Câmara da capital, por outro, a negociação com as câmaras das vilas do interior por apoio institucional buscava constituir laços mais amplos na consolidação da esfera local de poder nas mãos dos proprietários agrícolas locais.

O caso de Itapicuru e Inhambupe trazia à tona a situação dos territórios anexos que eram as comarcas de Sergipe, São Jorge dos Ilhéus e Porto Seguro. Cito as duas vilas pertencentes a Sergipe, pois, diferentemente do caso das outras duas, a então comarca da Vila de Sergipe se tratava ainda de um caso problemático para a Junta Provisória de Governo.

Mesmo tendo a emancipação concedida por decreto de D. João VI de 08 de Julho de 1820, para as Cortes de Lisboa Sergipe era considerado como comarca da Bahia, e sua capital, São Cristóvão, como distrito de votação para escolha de representantes da Bahia naquela experiência constitucional.

O processo emancipatório da província de Sergipe de El Rey foi conflituoso e não aceito pacificamente pelas autoridades políticas da província da Bahia, cuja Junta de Governo estendeu sua influência política sobre Sergipe, além disso, haviam facções locais que eram a favor da anexação de Sergipe à Bahia. Inclusive, a segunda Junta Provisória de Governo da Bahia nomeou, interinamente, o brigadeiro Pedro Vieira de Melo em 20 de março de 1821, negociando, junto ao mesmo, o alinhamento da região ao constitucionalismo lusitano (ANTONIO, 2011, p. 189-231)<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Ver as correspondências das vilas com a Junta Provisória de Governo na Bahia em: APEB. Seção Colonial. Maços 247 e 637.

<sup>22</sup> É preciso frisar que a análise apresentada aqui sobre o movimento constitucionalista e emancipacionista em Sergipe, incluindo as forças em contrário, é tangencial ao processo que houve na Bahia, e por isso, superficial, não dando conta da complexidade que envolveu a formação da cultura política e dos projetos gestados no processo de emancipação daquela região. Sobre isso ver: ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do**

O caso de Sergipe é ilustrativo no tocante ao papel que a Junta Provisória de Governo tentava possuir em costurar a lealdade política das autoridades da localidade às Cortes de Lisboa, sendo que a Junta tinha que disputar com a fidelidade anteriormente firmada pelo decreto de emancipação de D. João VI.

As demais vilas e comarcas que a Junta Provisória de Governo procurava ter sob sua jurisdição ou influência traziam outras problemáticas a serem frisadas. É interessante destacar uma correspondência da câmara da vila de Camamu endereçada ao ouvidor Antonio da Silva Telles em 12 de março de 1821. Nela há uma descrição de como foi a recepção e o ritual de convocação para a realização do ato político que foi a aclamação às Cortes de Lisboa, além das oposições à mesma por parte de pardos, escravos e brancos, sendo que os opositores utilizaram pasquins para divulgar suas ideias à população da vila.

Além disso, a Câmara de Camamu, por exemplo, não via com bons olhos a apropriação, por parte da população de cor, dos ideais constitucionais, inclusive, devido às palavras de ordem proferidas pelo grupo tido como “subversivo”, e houve até a prisão de um escravo. Porém, mesmo assim, o grupo não se intimidou com a prisão exemplar, modo de operar punições caro ao regime absolutista colonial, e continuou com seus gritos de ordem.

Tendo a Câmara recebido, o officio de V(ossa) S(enhori)a de data de 24 de Fever(eir)o, no dia 3 de Março acompanhado por ordendos Superiores, afim de se prestar o juramento de obediencia ao Governo Provincial a El Rei, e Santa Relegião e daremos-se os Vivas ao Mesmo Senhor El Rei Dom João Sexto, a Santa Religião e a Constituição [...] indivíduos pardos, por este convocados, e acho somente se pintaram seis homens branco, e saindo todos, uma bandeira de Lanxa a toque de Caixa deu, esse procedimento, motivo ao Capitão Mor, mandar prender o pardo Bras, Escravo do Padre Mestre Manoel Ro(dr)i(gue)z, foi ser quem tocava a dita caixa, por evitar qualquer desordem, que podesse acontecer visto que de notável novidade semelhantes pasquins, e ajuntamento de tais individuos, porem sempre continuaram a toque de caixa pela rua gritando Viva El Rei, Viva a Religião, Viva a Constituição<sup>23</sup>.

Essa articulação com o interior ainda estava em fase de construção e, ao que parece, para ter suas primeiras iniciativas na composição da primeira e da segunda Junta Provisória de Governo da Bahia, precisou de uma negociação em que a Junta precisava apresentar para as câmaras do interior da província da Bahia que era capaz de ter um diálogo mais próximo e representativo com elas.

---

**solo que habitamos: autonomia, poder e cultura política na construção do império brasileiro. Sergipe (1750-1831).** Tese de Doutorado, UNESP, 2011.

<sup>23</sup> APEB. Seção Colonial. Maço 247. 12 de Março de 1821.

A Junta acabaria tentando funcionar como uma intermediária das municipalidades para com os poderes da monarquia constitucional, ainda a terem seu funcionamento definido pelas Cortes. Enquanto poder representativo, a Junta seria um canal das câmaras para com os centros de poder, sendo que, no aparato estatal do colonialismo absolutista, as câmaras tinham que se valer do seu nível de influência para ter esse diálogo com o monarca, o que as tornavam desiguais na organização do poder local. A Junta Provisória de Governo procurava ser uma representação da soberania do Império Português que, com a Revolução do Porto, passava a ser dividida entre as Cortes e o Rei.

Em 22 de março de 1822, a bancada que representava a Bahia nas Cortes de Lisboa encaminhou uma consulta que foi registrada no Senado da Câmara de Salvador e, através da Junta Provisória de Governo, foi encaminhada às vilas do Recôncavo (TAVARES, 1977, p. 74-75). Esse documento foi elaborado no âmbito da Comissão Especial dos Negócios Políticos do Brasil. Coincidentemente, a situação política da província não estava das mais estáveis, principalmente após a chegada do Brigadeiro Madeira de Melo para ocupar o cargo de Governador das Armas da Bahia.

Os deputados confiaram a emissários o papel de transportarem essas consultas. Vale destacar que o responsável para levar a consulta a Santo Amaro da Purificação, uma das vilas que mais concentravam engenhos no Recôncavo da Bahia, foi um jovem de recentes estudos concluídos em direito na Universidade de Coimbra: Miguel Calmon Du Pin e Almeida (CALMON, 1923, p. 10). Sua atuação política será pontuada nos próximos capítulos.

Em São Bartolomeu de Maragogipe, vila situada no encontro entre a foz do Rio Paraguaçu e a Baía de Todos os Santos, região privilegiada do Recôncavo Baiano por ser uma importante ligação marítima fluvial entre essa área e a capital da Bahia, além de ser escoadouro de açúcar e, principalmente, produtor de fumo e gêneros alimentícios, a câmara do termo daquela vila se reuniu em 26 de junho de 1822 para discutir e produzir uma ata com pontos a serem encaminhados à Junta Provisória de Governo da província.

A Junta havia solicitado, um mês antes, à vereação daquela vila que houvesse uma consulta à população livre daquela localidade “sobre os quesitos relativos à questão da delegação do poder executivo de que se trata no Congresso Nacional”.<sup>24</sup> A ata deixa claro que foram consultados “os Povos, e Pessoas mais aderentes à causa Constitucional mais

---

<sup>24</sup> Ata de Vereação da Vila de São Bartolomeu de Maragogipe. 26 de Junho de 1822. Publicada por: TAVARES, Luis Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1977, p. 175-176.

iluminadas, e de melhores conhecimentos deste Distrito”<sup>25</sup>. Foram, assim, recolhidas 92 assinaturas para a ata que encaminhava artigos aprovados pela vereação e pelos consultados por ela. Além disso, o documento também continha um requerimento com pedidos da câmara à Junta provisória em relação a assuntos que iam desde as demandas locais da vila até a sugestões de pautas a serem defendidas pelos representantes da Bahia nas Cortes de Lisboa.

Os vereadores de Maragogipe defendiam que “convém que o Poder Executivo se conserve só em EL-Rei, Delegando este na Junta Governativa desta Província [...] para por em execução as Leis feitas no Congresso Nacional, como em outro tempo acontecia com os Capitães Gerais”,<sup>26</sup> que eram nomeados pelo rei.

Os edis maragogipanos também pediam, no seu requerimento, “Que a Tropa de Portugal seja logo e sem demora retirada”<sup>27</sup>. A “liberdade, e franqueza de comércio [...] a extinção de todos os impostos instituídos desde a vinda de El-Rei para o Brasil [...] que esta Província tenha o seu tesouro privativo”<sup>28</sup>, eram alguns dos pedidos colocados no requerimento da vereação.

A data de assinatura desta ata, 26 de Junho de 1822, ainda hoje simboliza uma celebração pela independência no atual município de Maragogipe. Igualmente acontece com o 25 de Junho em Cachoeira. Datas que são celebradas como mitos de fundação locais que remetem às suas relevâncias para o processo de Independência do Brasil na Bahia.

Atitudes de adesão das municipalidades do Recôncavo e demais regiões do interior da Bahia ao constitucionalismo e, em especial, à monarquia constitucional Luso brasileira na figura da Casa Real dos Bragança, chegando ao ponto do apoio a um governo executivo chefiado por D. Pedro no Rio de Janeiro, foram semelhantes nas vilas de São Francisco do Conde e em Santo Amaro da Purificação.

Assim, como na experiência de Cádiz, com a representação Hispano-americana, a deputação luso-americana defendia os interesses de lideranças políticas que ocupavam a municipalidade em portos importantes da América Portuguesa, e no caso específico da Bahia, sua capital, enquanto porto estratégico, estava conectada aos interesses das municipalidades do recôncavo.

Apesar de representar um elemento novo dentro da organização política das unidades administrativas que compunham o Brasil, as Juntas Provisórias se ampararam numa certa

---

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> Ibid., p. 176.

<sup>27</sup> Ibid., p. 177.

<sup>28</sup> Ibid., p. 178.

legitimidade que os conselhos municipais e de vilas já possuíam desde os tempos da colonização.

Segundo Charles Boxer, a conquista dos territórios que viriam a formar a América Portuguesa e, conseqüentemente, o Brasil, construiu especificidades locais tanto nas estruturas de povoamento, quanto na organização das atividades produtivas (BOXER, 1981). No além-mar, os conselhos das vilas e dos municípios foram um importante meio de interlocução dos interesses locais com o poder sediado em Lisboa. Além disso, essas instituições foram instrumentos da intervenção do poder Real na sociedade da colônia (BOXER, 1981).

De acordo com Maria Aparecida de Sousa, no processo de emancipação política do Brasil as câmaras municipais e das vilas ressoaram de forma privilegiada os conflitos políticos (2005, p. 115). Elas foram os espaços onde as negociações políticas tiveram mais impactos (SOUSA, 2005, p. 115).

Fenômeno análogo aconteceu no processo de Independência dos países da Bacia do Rio da Prata. Para José Carlos Chiaramonte, as instituições camarárias responsáveis pelas municipalidades foram importantes catalizadoras das identidades políticas, dentre elas, a de “Espanhol da América” que, em seu bojo, era possível articular conceitos que davam sentido aos projetos políticos das lideranças nascidas nas unidades administrativas das colônias espanholas da Bacia do Prata (CHIARAMONTE, 1989).

A Câmara Municipal da Cidade da Bahia não passou ao largo desse fenômeno. Foi justamente no seu cabedal político que se abrigou a Junta Provisória de Governo da Bahia, e para realizar uma análise de como esta instituição serviu de espaço para projetar politicamente a província no quadro das Cortes de Lisboa, é preciso entendê-la em conjunto com a instituição camarária que representava a província junto ao poder central.

A Câmara Municipal da Cidade da Bahia, instituição que abrigou a Junta Provisória de Governo no seu palácio e na constituição de lideranças políticas, teve papel importante na organização de ideias que compunham as visões das frações dominantes da província nas experiências constituintes. No entanto, a Câmara, enquanto representante dos interesses das lideranças locais, no momento do Movimento Constitucional dividia espaço e rivalizava com os batalhões que reuniam oficiais e demais militares nascidos em Portugal.

De acordo com Hilton Coelho, “Entre os principais organismos definidos para o exercício do poder de Estado, e para além dos dirigentes das diversas instituições que os representavam, os corpos militares de composição lusa colocavam-se com destaque” (2004, p. 21).

A organização administrativa da Junta, em conjunto com o Movimento Constitucionalista, criou novos meios para que as elites da província da Bahia pudessem pôr em pauta reivindicações políticas que tivessem algum canal de ressonância junto aos centros administrativos.

Os canais para expressões de descontentamento não necessariamente se traduziam em instituições formais, até porque estas excluía a participação popular, mas também se expressaram em gritos de ordem, violências e demais subversões da ordem.

Segundo Hendrik Kraay, no regime colonial, as tensões sociais e raciais não tinham saídas que pudessem colocá-las de forma ampla para a sociedade baiana (1995, p. 19). A própria organização institucional do regime não abarcava meios de expressão dos descontentamentos dos grupos da sociedade que se sentissem prejudicados por alguma prática ou política (KRAAY, 1995, p. 19).

O horizonte de possibilidades que se abria com o constitucionalismo e que tinha na Câmara e na Junta Provisória de Governo espaços privilegiados de projeção das ideias das lideranças locais da Província da Bahia, concorria com os interesses e lealdades costuradas no interior da organização militar portuguesa instalada em Salvador.

Diante a necessidade de dialogar com o elemento novo que era ter cada vez mais a presença da população pobre livre buscando, nos espaços públicos, inteirar-se sobre os direitos constitucionais, justamente, para ter uma base de como poderiam colocar suas reivindicações em pauta, as lideranças políticas baianas tinham que, ao mesmo tempo, se apoiar numa antiga estrutura de poder representante do absolutismo na colônia que era o Senado da Câmara.

Quando a ampliação da presença militar portuguesa gerou uma crise entre proprietários baianos e portugueses, passou a haver o interesse de militares lusitanos instalados na Bahia em tirar a Junta Provisória de Governo da influência da Câmara da Cidade da Bahia, ligando aquela, não ao cabedal político local dos senhores de engenho e demais representantes do senhorio agrário baiano, mas sim, à organização constituída pelas Cortes de Lisboa que estava em atrito com as autoridades instaladas no Rio de Janeiro. O historiador Hilton Coelho pôde observar que:

É preciso destacar que desde os primórdios do movimento esteve evidente a íntima ligação entre militares e comerciantes portugueses. Os últimos participavam com grande expressão das reuniões conspirativas que prepararam a destituição das autoridades civis e militares ligadas ao poder instalado no Rio de Janeiro e a subida da Junta Provisória para a direção do Governo da Bahia (COELHO, 2004, p. 23).



A Junta Provisória de Governo, no momento em que a Bahia estava alinhada às Cortes de Lisboa, tanto para os baianos quanto para os portugueses, era a instituição que se colocava como o poder executivo, exercendo, ou ao menos, buscando exercer a função que os governadores nomeados pelo poder metropolitano desempenhavam.

Sendo assim, a separação entre o Governo das Armas, que passaria a ser ocupado por Madeira de Melo, um comandante militar português, nomeado por D. João VI, e a Junta Provisória de Governo, representava a diminuição do poder político da elite da região (CARVALHO, 1998, s/p).

As situações de guerra na província e de embate nas Cortes de Lisboa são tão concomitantes, que a guerra e a experiência constitucional concorrem em paralelo no entendimento do processo de Independência do Brasil na Bahia.

Um ponto chave para se compreender a articulação da identidade política das lideranças baianas e seus projetos políticos é o Reino Unido. Foi a partir deste que a conceituação da aliança entre os da terra e os de Portugal foi possível de ser organizada enquanto uma forma de ordenação do Império Português, pois assim, os baianos se viam em direitos iguais aos da Europa no que diz respeito aos princípios constitucionalistas que os colocavam como membros de uma mesma comunidade; ambos eram anti-absolutistas e a constituição os conferiam o *status* de identidade política portuguesa.

Coelho salienta que “mais do que nunca, os ‘portugueses da terra’ sentiam-se irmanados com os da Europa num mesmo ‘reino unido’ e, em projeção, no sonho de uma pátria monarquista sim, mas decididamente anti-absolutista” (2004, p. 23).

De acordo com Thomas Wisiak, na província da Bahia, as notícias de que a Regência que governava Portugal tinha sido derrotada e as Cortes Gerais convocadas, foram captadas com atenção pelos diferentes segmentos da população (2001, p. 447-474). Os espaços públicos da cidade passaram a ser disputados por reuniões (WISIAK, 2001, p. 447-474). A população local procurou interpretar o liberalismo português, procurando se apropriar dos acontecimentos em Portugal e na Bahia para que fosse possível definir os direitos defendidos pelos liberais lusitanos numa forma mais adequada à realidade local, mas entendendo os direitos como extensos para toda a comunidade do Império Português (WISIAK, 2001, p. 447-474). Dentre esses direitos estava o de representação política que este regularia os poderes do Rei (WISIAK, 2001, p. 447-474). A população baiana também se interessava em ter notícias sobre os demais direitos inalienáveis que os colocassem em igualdade com os demais membros do Reino Unido (WISIAK, 2001, p. 447-474).

A abertura política que a Revolução do Porto representou para a sociedade baiana, por outro lado, suscitou o caráter contra revolucionário das suas forças políticas que demonstravam que a aliança com os europeus também tinha um significado de manutenção da ordem social e coletiva diante as reuniões públicas e privadas que poderiam descambar para um movimento popular generalizado que poria em risco a manutenção do *status quo* das elites e das atividades produtivas.

Por isso, o princípio da “representatividade política” teve que ganhar uma apropriação em terras baianas por parte das camadas mais abastadas, sendo para estas um conceito-chave para abarcar a regulamentação da participação da população livre de baixa extração social no Movimento Constitucionalista. Assim observou Argemiro Ribeiro Souza que:

[...] as primeiras proposições para a superação do poder absoluto na Bahia denunciam a existência de fissuras internas, exigindo dos novos dirigentes posições firmes com vistas a controlar os anseios da população. Além do mais, dado o caráter compósito dos envolvidos com o movimento, os mecanismos que visaram regulamentar a participação dos segmentos de baixa condição tornaram-se essenciais para assegurar a supremacia da classe senhorial, ainda em fase de organização (SOUZA, 2008, s/p).

Porém, a ruptura política propiciada pelo movimento constitucionalista, que havia tomado todo Império Português, colocava para as camadas dominantes da Bahia o desafio de serem inventivos na modelagem de uma estrutura política que continuasse excluindo a participação mais ampla da população, fazendo da Junta Provisória de Governo uma instituição de poder local legítima para representar os anseios da fidalguia do lugar, ocupando um espaço político que, até a Revolução Constitucionalista, era prerrogativa do governador indicado pela Majestade Portuguesa.

O espaço privilegiado que poderia oferecer *status* político para essa classe senhorial se organizar e, principalmente, elaborar suas ideias a serviço da projeção da província no Reino Unido, era justamente a Câmara da Cidade da Bahia. Sua estrutura de poder era conservadora, baseada num sistema em que eram representadas as autoridades civis, militares e eclesiásticas da Cidade.

Esta instituição era de grande relevância na organização dos interesses dos grupos dominantes locais da Bahia desde os tempos da colônia. Segundo Avanete Pereira Sousa (2005, p. 317), o Senado da Câmara da Cidade da Bahia possuía uma determinada “autonomia de ação” na administração e controle do território da Bahia.

A historiadora Avanete Sousa apresenta elementos fundamentais para se entender a importância do Senado da Câmara da Cidade da Bahia, não somente na política local, mas, também, junto aos interesses da Coroa Portuguesa nos negócios do Atlântico. Elencando as considerações da autora, é possível compreender o porquê de as lideranças políticas da Bahia reunidas na Câmara terem consciência de seu papel proeminente na composição de qualquer pacto político que envolvesse reformar o Império português, inclusive, não aceitando outro tipo de liderança legítima no território baiano que pudesse constituir projetos políticos para o pacto constitucional das Cortes.

Na Salvador colonial, corregedores e provedores eram os burocratas régios que conseguiam algum nível de intransigência no funcionamento da Câmara, pois escolhiam oficiais e fiscalizavam a contabilidade da instituição (SOUSA, 2005, p. 314). Entretanto, corregedores e provedores não eram burocratas desconectados da administração local exercida pelo Senado da Câmara, eles acabavam cuidando do cumprimento de formalidades que garantiam o funcionamento da instituição (SOUSA, 2005, p. 315).

Havia certa autonomia do poder municipal através da Câmara, além de esta realizar o pagamento das “terças régias”<sup>29</sup>, também conduzia, com certa margem de ação em relação às instituições do centro de poder do Império, o gerenciamento dos recursos arrecadados na localidade (SOUSA, 2005, p. 316).

O Senado da Câmara da Cidade da Bahia também atuava, junto aos magistrados nomeados pela Coroa, atendendo à comarca sob jurisdição de Salvador, inclusive, agindo politicamente sobre as câmaras das vilas da Capitania. Entretanto, quando se tratava delas, o Senado da Câmara tinha a dificuldade de dar conta das atividades da comarca e exercer influência sobre as vilas ao mesmo tempo (SOUSA, 2005, p. 316).

Russell-Wood também destaca que a indefinição precisa das tarefas do Senado da Câmara, e, conseqüentemente, a realização de múltiplas atividades, criava uma complexa superposição de autoridades, em que os magistrados régios acabavam se conformando às lógicas do aparato estatal da sociedade colonial, contribuindo para uma maior autonomia das elites locais (1998, p. 35-62).

E ainda de acordo com Avanete Sousa, as instituições municipais, principalmente as câmaras, possibilitaram que as elites locais nelas representadas pudessem ter um poder de negociação frente ao absolutismo monárquico (2005, p. 317). Através das câmaras, as elites das capitanias mantiveram privilégios, regalias e proeminências, mesmo o governo

---

<sup>29</sup> Imposto pago pelas capitanias e que era destinado ao Erário Régio.

monárquico procurado limitar a esfera de poder dos Senados para que os notáveis de cada capitania não ameaçassem o monopólio político e econômico do Estado Absolutista português (SOUSA, 2005, p. 317).

Os edis que ocupavam acento no Senado da Câmara da Cidade da Bahia pertenciam a famílias tradicionais e que buscavam manter uma linhagem, além disso, agrupavam-se como um grupo de origem pretensamente nobiliárquico e com riqueza herdada, na maior parte das vezes, de linhagem familiar (SOUSA, 2003, p. 348).

A elite camarária era heterogênea no que dizia respeito às posses de atividades produtivas, porém, havia uma liderança dos grandes proprietários de terra que se aliavam a mercadores e burocratas (SOUSA, 2005, p. 319).

Para essa oligarquia local, possuir acento no Senado da Câmara era um *status* de nobreza, entretanto, havia dentro de seus quadros uma diferenciação hierárquica complexa e que não se enquadrava em tipologias (SOUSA, 2003, p. 348).

Porém, apesar de possuir essas características, as reformas pombalinas reduziram a abrangência administrativa dos Senados das Câmaras, mesmo os das capitais (BETHELL, 2004, p. 189). No último quartel do século XVIII várias funções que outrora eram exercidas por esses conselhos, que eram eleitos, passaram a ser realizadas por ouvidores e juizes de fora (BETHELL, 2004, p. 189).

A dualidade de poder soberano da nação portuguesa representada pelo Rei e pelas Cortes mantinha a Junta Provisória de Governo como interlocutora desta última e o Senado da Câmara do primeiro. Essa situação tornava posto que, “às vésperas da Independência, as elites brasileiras, em cada uma das províncias, tinham escolhas a fazer” (CARVALHO, 1998, s/p).

A análise das correspondências do Senado da Câmara para D. João nos traz situações e discursos que demonstram o esforço por reconhecimento institucional diante a ameaça militar portuguesa e o esboço dos projetos para o melhoramento das atividades produtivas da província e de sua inserção dentro de uma lógica de relações econômicas que reivindicava a importância do papel da província para os negócios do Reino. Ao mesmo tempo, as autoridades baianas procuravam convencer o monarca de que se esforçavam e eram capazes de manter a ordem social e política da Província sem a necessidade de tropas portuguesas.

Além disso, a correspondência mostrava que os edis se apropriavam de prerrogativas legais do Senado da Câmara já existentes desde a colônia para se colocarem enquanto instituição fundamental para modelar o poder local na província, colocando-se como intermediária entre o monarca e a Junta Provisória de Governo.

Uma das correspondências mais ricas de informações a esse respeito é a de 16 de março de 1822, assinada pelo escrivão da câmara, Joaquim Antonio de Athaide Seixas, e pelos vereadores Francisco Antonio de Sousa Usel, Francisco Gomes Brandão Montezuma e Francisco José Lisboa.

Os vereadores, no início do texto, colocaram em questão o fato de o documento apresentado por Madeira de Melo para tomar posse do Governo das Armas não ter seguido os trâmites tradicionalmente estabelecidos no caminho da burocracia da província para os casos de Carta Régia. Seguiu a correspondência avisando que:

Chegasse o correio “Leopoldina” no dia 15, e veio nele, dizem-nos a carta régia já mencionada (documento nº 1), sem que todavia a tivessem acompanhado as devidas participações à junta do governo, à fazenda provincial e a esta câmara, como é praxe e direito usado em iguais casos<sup>30</sup>.

A Junta de Governo já apareceu no texto como sendo parte legítima do corpo burocrático da província e que não foi participada sobre a Carta Régia. A Junta de Governo passou a ocupar um lugar de governança que as lideranças políticas baianas em prol do Reino Unido imaginava ter uma legitimidade na comunicação acessível ao monarca através da Câmara.

A instituição camarária, em conjunto com a Junta de Governo também procurou convencer D. João de que o poder militar português instalado na capital da província era uma ameaça à ordem social da mesma, e sendo assim, não cumprindo com suas obrigações para com a manutenção da província ao corpo político do Império.

O discurso de tentativa de convencimento perpetrado pela Câmara colocou Madeira de Melo como sendo uma liderança negativa que, entretanto, não estava sozinha, mas acompanhada pelo furor dos militares e marujos, sendo que estes últimos eram portugueses. A correspondência foi expressa da seguinte maneira:

Estava esta câmara em palácio quando o brigadeiro Madeira, eram cinco horas da tarde, passava por ali estadeando-se cercado de ajudantes de ordens, com uma guarda de honra de cavalaria adiante, e fora visitar os aquartelamentos dos corpos que lhe obedeciam, dando-se vivas a si próprio pelas ruas por onde passava, o que tal impressão de furor excitou nos ânimos da plebe marujal que o acompanhava e se demorava na praça, que romperam em insultos e dizeres contra quem supunham causa da demora da posse do governo das armas, e nesta ocasião até foi insultado este corpo da câmara

---

<sup>30</sup> BAHIA. **Correspondência Oficial das Províncias**. Câmara municipal da Cidade da Bahia. 16 de março de 1822, p. 311.

com gritos “fora câmara”; assim como “morra brigadeiro Manuel Pedro”<sup>31</sup>.

É importante destacar a participação da correspondência no tocante à tentativa de desmoralização da câmara por parte de Madeira de Melo. A Junta Provisória de Governo também teria sofrido tentativa de desmoralização ao ter sua principal liderança, um militar baiano, Brigadeiro Manuel Pedro Freitas Guimarães, sido alvo de gritos pedindo sua morte – seja física ou política.

Os vereadores baianos seguiram a tentativa de convencimento do monarca português quanto à reprovação da liderança de Madeira de Melo. Prosseguiram os políticos representantes do senhorio local apelando para um ponto chave: a manutenção da autoridade Real na província. Os vereadores se pautaram na defesa de serem legítimos representantes da pessoa do rei na província.

A autonomia do poder local através da Câmara e da Junta tinha um elemento norteador: a figura do rei. Ou seja, os vereadores baianos direcionavam o discurso como se considerassem mais próximos do monarca no que diz respeito a serem tentáculos do Estado na unidade administrativa. Com a elevação do *status* de província de um Reino Unido, as lideranças baianas almejavam se tornar uma classe senhorial ostentando uma posição de corte representante dos interesses do monarca na Província da Bahia; eram ciosos em constituírem um poder local autônomo. A posição de sociedade de corte era uma noção importante na concepção de que, através desse poder local forte numa província economicamente importante, conseguisse estabelecer um diálogo horizontal com a sede do Império. Seguiu a correspondência argumentando que:

Não lembramos isto, senhor, instigados por amor de nós ou por qualquer outro particular motivo; o desejo de ver dignamente sustentada a autoridade de Vossa Majestade, na partícula que representamos, nos obriga a fazer esta declaração, e mais porque conheço Vossa Magestade, de modo aproximado, até que ponto chegou neste dia verdadeiramente fúnebre, o menoscabo das leis<sup>32</sup>.

Os vereadores baianos queriam convencer o monarca de que as formações militares instaladas na Bahia, além de não serem necessárias, se tornavam inimigos do rei, da lei e da ordem. Assim colocaram as lideranças baianas: “Haja Vossa Majestade, dignando-se ouvir os

---

<sup>31</sup> Ibid., p. 314-315.

<sup>32</sup> Ibid., p. 315.

nossos clamores, de mandar atirar daqui quanto antes toda a tropa destacada, como único meio de gozarmos a paz e promover a prosperidade da província”<sup>33</sup>.

Essa “paz” no discurso das elites baianas somente era possível com a estruturação das atividades produtivas que eram afetadas com o clima de tensão pós Revolta Constitucionalista.

A presença do brigadeiro Madeira de Melo comandando os corpos militares portugueses em Salvador, e buscando ser alguém que iria garantir, mesmo que por meio da força das armas, a adesão da província da Bahia às Cortes e a D. João VI, preocupava os vereadores. Para estes, foi se tornando necessário colocar na correspondência com o monarca o que seriam demandas não apenas dos senhores de engenho baianos, mas também, dos comerciantes portugueses e, dessa forma, se colocarem enquanto interlocutores das demandas locais cujos interesses conectavam os da terra e os da Europa.

O discurso da correspondência dos edis baianos buscava convencer o monarca de que era dispendioso aos cofres do Estado manter as tropas destacadas na capital da província, justificando a necessidade de pagar dívidas e utilizar recursos para tocar as atividades produtivas. Assim os edis montaram seus argumentos:

Dissemos, senhor, promover-se a prosperidade da província; e certamente, pois além de que opondo-se à seguridade pública o existir aqui tropa destacada, como fica demonstrado, seja opor-se já à prosperidade da província, mas se opõe a ela em consequência do muito que carrega o erário provincial, o qual, exausto com estas e outras despesas e com o pagamento de uma grande dívida, não pode entrar no fazimento do muito que é mister<sup>34</sup>.

A possibilidade de estabelecer autonomia sobre o poder político da província abria uma pauta econômica para os edis baianos, dentre os pontos a serem destacados: a construção de vias para o escoamento da produção, o desenvolvimento de uma marinha mercante, a edificação de produção fabril e o estabelecimento de um ensino regular que instrua a elite letrada local na própria província.

Tratava-se de vislumbrar a formação de recursos e mecanismos que possibilitavam esse senhorio agrário baiano em constituir-se em classe dominante na província, tendo nela a organização necessária para que seus negócios pudessem ser competitivos em melhores condições do que na situação colonial em que a região se encontrava em termos econômicos no que dizia respeito aos produtos manufatureiros, à navegação mercante e à instrução

---

<sup>33</sup> Ibid., p. 318

<sup>34</sup> BAHIA. **Correspondência Oficial das Províncias**. Câmara municipal da Cidade da Bahia. 16 de março de 1822, p. 318.

educacional das elites. O interessante é que são pautas que interessariam também aos portugueses com negócios em Salvador.

Se para as lideranças locais do Rio de Janeiro e províncias adjacentes foi vantajosa a manutenção dessa cidade como capital do Reino Unido, para o senhorio Baiano, não foi encarada dessa forma.

Os portugueses também tinham uma percepção da situação colonial em relação ao Rio de Janeiro, e o projeto de rompimento com a mesma tinha nas províncias do Norte do Brasil um caráter estratégico. Provavelmente, o senhorio baiano também percebia isso e, além disso, viam no domínio da situação política local e, consequentemente, na autonomia política e econômica, a superação da situação colonial, porém, colocando o Reino Unido como eixo integrador de sua política econômica. Assim colocava a correspondência:

Precisamos abrir estradas, encanar rios, promover e facilitar o comércio e comunicações do interior; precisamos de uma marinha respeitável que possa garantir a nossa navegação e fazer respeitar os nossos portos e bandeira nacional; precisamos de promover sem estabelecimentos a indústria e as artes, portanto, não é dignos que sejamos para sempre escravos das manufaturas estrangeiras; precisamos de colégios de instrução, que não temos um só dignamente organizado, e pelo que não podem quanto podem vicejar as letras nesta província, em forma que em vez de radicar-se a árvore da liberdade a tanto custo plantada, sem letras que a nutram, murchará de todo<sup>35</sup>.

A ênfase na retirada das tropas foi reiterada no discurso como sendo de fundamental relevância para o andamento da ordem: “Portanto, fica evidentíssimo que a remoção das tropas europeias desta província é de absoluta necessidade para conseguirmos tranquilidade e prosperidade”<sup>36</sup>. E assim prosseguiram os edis baianos na expectativa da atitude do monarca português para que pudessem exercer a tão almejada autoridade local, administrando os recursos da Fazenda Provincial sem um agente do Rei.

Além disso, o Senado da Câmara reivindicava junto ao Rei D. João VI que o mesmo aplicasse em território baiano políticas econômicas e financeiras semelhantes as que o monarca beneficiou o Rio de Janeiro quando lá havia se fixado. O atendimento dos edis baianos representaria a formação de uma lealdade destes para com o Monarca, até porque o mesmo poderia ter o apoio dos conselheiros da Câmara, caso necessitasse se impor diante a representatividade das Cortes entre os baianos e portugueses residentes na Bahia.

---

<sup>35</sup> Ibid., p. 318-319.

<sup>36</sup> Ibid., p. 319.



A situação de tensão se acirrou mais com a eleição de uma nova composição da Junta Provisória de Governo em fins de fevereiro de 1822. Esse momento coincidiu com a discussão em torno da posse do General Brigadeiro Madeira de Melo, que tentou ocupar o Comando das Armas, com resistência, principalmente da Câmara de Salvador, e com perseguições de Madeira e das tropas portuguesas a seus opositores, em que uma de suas buscas resultou na morte da Abadessa Joana Angélica que, supostamente, estaria abrigando conspiradores contra o Governo das Armas do comandante português.

Ainda em meio essa tensão, ocorreram as eleições para essa formação da Junta Provisória de Governo na Bahia. As lideranças baianas procuraram exercer um papel majoritário na Junta, haviam 490 eleitores aptos que eram proprietários e possuíam bens e renda o suficiente para ocuparem o pleito das eleições em fins de janeiro de 1822, destes compareceram 259, segundo dados apresentados pelo pesquisador Marcelo Siquara (2012, p. 51-52). Um pouco mais da metade dos eleitores compareceram e, segundo Siquara, a grande possibilidade para esse resultado numérico foi o clima de insegurança que a virada dos anos de 1821 e 1822 imprimiu sobre as abstenções (2012, p. 51-52).

Os eleitores, certamente, estavam preocupados em proteger suas propriedades, sua integridade física e a de suas famílias, mesmo a atmosfera da circulação dos ideais constitucionais tendo sido penetrante na população baiana (SIQUARA, 2012, p. 51-52).

Mas, além disso, apesar da difusão dos ideais constitucionais, as representações camarárias do interior da província ainda estavam em fase de articulação com o modelo de organização política constitucional local a partir de uma Junta de Governo formada por grandes proprietários e setores da burocracia e do alto clero da terra, formando um conselho que fosse uma instância administrativa superior hierarquicamente às câmaras, e que exercesse o poder delegado pela Coroa.

Segundo o decreto 124 das Cortes Gerais de Lisboa, além da instituição das Juntas de Governo, as províncias seriam governadas também pelo Comando das Armas que se constituiria enquanto poder independente da Junta, ambas teriam que colaborar mutuamente com a governabilidade das províncias<sup>37</sup>. Esse decreto gerou desconfiças por parte de determinadas lideranças políticas da província pelo fato de instituir um poder civil e um poder militar agindo em conjunto, sendo que uma das conquistas do senhorio e do oficialato locais com a Revolução Constitucionalista foi a institucionalização de um governo que havia se comprometido com o movimento.

---

<sup>37</sup> PORTUGAL. **Diários das Cortes Gerais**. Ata 188, sessão de 29 de setembro de 1821.

No exercício de se impor enquanto poder legítimo, inclusive com um Governo das Armas que lhe era favorável, comandado pelo brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, a segunda Junta teve uma postura que pode ser até mesmo considerada autoritária para com uma parte da imprensa representada pelo periódico *Diário Constitucional*, este teve suas atividades suspensas entre 15 de dezembro de 1821 e 8 de fevereiro de 1822, período que compreendeu a transição entre as duas juntas e que foi marcado pela disputa entre portugueses e baianos acerca da legitimidade constitucional da Junta. Segundo o memorialista Ignácio Accioli, que foi combatente na Guerra de Independência, sem o *Diário Constitucional*, não houve, na imprensa local, vozes contrárias à reeleição dos membros da Junta anterior (ACCIOLI, 1931, p. 293).

A Junta havia constituído uma Comissão de Censura que procurou direcionar a veiculação das ideias políticas na capital da Província da Bahia, e a última Junta, observando a ruim recepção desta instituição perante a opinião pública, aboliu-a logo no início de sua gestão (SIQUARA, 2012, p. 54). A Comissão de Censura era encarada pela população da Cidade da Bahia como um empecilho ao conhecimento dos princípios liberais constitucionais e um limite ao exercício político da população local perante a Revolução do Porto (SIQUARA, 2012, p. 54).

Ao analisarmos os discursos da última Junta Provisória de Governo presentes em ofício datado em oito de março de 1822 e assinado por seus integrantes – Filipe Ferreira de Araujo e Castro, Francisco Vicente Vianna (presidente da Junta), Francisco Carneiro de Campos, Francisco Martins da Costa Guimarães, Francisco Elesbão Pires de Carvalho Albuquerque, Manuel Ignacio da Cunha Menezes, José Cardoso Pereira de Mello, Antonio da Silva Telles – percebe-se a dificuldade da Junta, composta por grandes proprietários nascidos na terra em disputar apoio político da população baiana para com o Governo das Armas.

No ofício endereçado ao monarca, assim como fizera os edis da Câmara, os conselheiros da Junta reforçaram a campanha dos proprietários nascidos na província da Bahia contra o poder militar comandado por Madeira de Melo, inclusive, argumentando sobre a falta de necessidade de tal aparato militar que, segundo as lideranças baianas continuava causando desestabilizações da ordem pública. A distinção das identidades políticas que abarcava os da terra *versus* os da Europa se acentuava e, desta vez, com a Junta culpabilizando os corpos militares; isso era usado como recurso retórico pela instituição da seguinte forma:

Havendo finalmente desde longo tempo também pequenas rivalidades e antipatias entre os paisanos brasileiros e europeus das classes menos inteligentes, assim como acontece ainda entre os naturais das diversas províncias do reino, eram estes antes da chegada das tropas quase nulas e perfeitamente neutralizadas pelos laços da amizade, casamento e relações de comércio, de sua natureza amigáveis e pacíficas<sup>38</sup>.

A preocupação com as “classes menos inteligentes” tanto oriundos da Bahia quanto da Europa apareceu como argumento chave, pois se tratavam de paisanos, ou seja, civis, e que para a Junta, eram influenciados pela onda de violência surgida com a crise institucional causada pela independência entre os poderes civil e militar. Tal argumento expressava o receio, por parte da Junta, de perder legitimidade enquanto instituição local perante, inclusive, à população mais pobre que poderia reforçar a campanha de Madeira de Melo contra a Junta ocupada pelo senhorio agrário baiano.

Com a instituição de um poder militar que passou a exercer o comando das tropas, anteriormente nas mãos de um brigadeiro colaborador com a Junta, o senhorio agrário da província perdeu capacidade de mobilização armada na capital. A própria Junta passou a reconhecer a perda de controle para com a população, entretanto, sem deixar de culpa o poder militar independente: “A Junta inerte tem de ser mera espectadora dos atos daquele poder os mais violentos e irregulares, e achando-se reduzida a um simples fantasma, torna-se incapaz de sustentar sua autoridade nas ocasiões de maior crise e no meio de castas as mais heterogêneas”<sup>39</sup>.

Na mesma época, nas Cortes de Lisboa, havia uma discussão sobre a presença de tropas portuguesas em algumas províncias, dentre elas, a Bahia, em que o deputado identificado nos Diários como “Bastos” argumentou que era preciso enfatizar a união entre Brasil e Portugal, não medindo esforços para “dissipar os obstáculos, que possam impedir a dita união”, dentre esses obstáculos, o deputado se refere às “tropas de Portugal nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, por isso que esta tropa longe de apaziguar os ânimos pelo contrário serve de fomentar a discórdia”.<sup>40</sup>

A Junta também participou a preocupação com uma possível manipulação sobre a opinião das classes sociais menos desprovidas de recursos. As lideranças senhoriais da Bahia apelaram mais uma vez para o estereótipo que classificava as classes subalternas como

---

<sup>38</sup> BAHIA. **Correspondência Oficial das Províncias**. Junta Provisória de Governo do Governo da Bahia. 08 de março de 1822, p. 284.

<sup>39</sup> Ibid., p. 285.

<sup>40</sup> PORTUGAL. **Diário das Cortes de Lisboa**. Oito de Março de 1822, p. 420.

incapazes de formularem suas próprias opiniões e organizarem suas demandas e aspirações para com os princípios liberais e constitucionais.

Os membros da Junta Provisória de Governo também procuraram solicitar ao Rei medidas que, segundo seus membros, eram importantes para satisfazer os anseios dos pequenos proprietários e lavradores. As propostas em questão consistiam em: isenção de impostos sobre mantimentos e perdão de dívidas sobre a produção agrícola, compensando a arrecadação através da taxaço de bebidas e produtos consumidos pelas classes mais abastadas:

O povo da província, que com tanta alacridade tem abraçado a causa da constituição, pouco apto, principalmente nas classes inferiores, a apreciar convenientemente os sublimes princípios de direito público, que a seu favor se têm já estabelecido nas bases da constituição, e na parte desta que se acha constituída, reclama talvez, para que se se firme e fortifique na sua adesão, por alguns regulamentos de imediato e sensível conforto; a absoluta franqueza e a isenção dos impostos nas carnes verdes e nas farinhas, que constituem o pão ordinário do país, assim como o perdão da décima ao proprietário pobre, que só tem uma casa em que mora, produziriam talvez o melhor efeito moral em toda a província, podendo aliás a fazenda indenizar-se talvez destes valores sobre as aguardentes e outros objetos de luxo<sup>41</sup>.

Essa instrução, como veremos, também foi encaminhada à bancada através do ex-secretário da primeira Junta, José Lino Coutinho.

Era evidente a busca da deputação da Bahia em atender os conflitos em que a Junta de Governo local estava envolvida. Em texto assinado por Cipriano Barata e Domingos Borges, havia a defesa de que era preciso extinguir “impostos gravosos que as Juntas prometiam extinguir, mas não cumpriam”<sup>42</sup>.

Em documento presente no ofício aqui discutido, agora se tratando de uma correspondência para com o Senado da Câmara da capital baiana, os membros da Junta enfatizaram a adesão à causa constitucional das cortes através da instituição do Reino Unido a Portugal e Algarves. As lideranças baianas, apesar da crise conciliatória com os portugueses residentes na província, ainda guardavam na instituição do Reino Unido o conceito que apoiava a busca por um consenso entre as diversas identidades políticas que constituíam a população da Bahia:

---

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> PORTUGAL. *Diário das Cortes Gerais de Lisboa*. Sessão de nove de fevereiro de 1822, p. 172.

III. <sup>mo</sup> Senado da Câmara – Os habitantes desta cidade abaixo assinados, e por meio destes os habitantes de toda a província, cujos sentimentos patrióticos têm sido sobejamente declarados na presente época, tomando por base destes a sagrada causa da constituição e firmíssima união do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em uma só família, julgam do seu dever levar a V. S. <sup>a</sup> a seguinte. De ninguém foram desconhecidos os denotados esforços do muito digno sr. Brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, no memorando dia 10 de fevereiro, devendo-se-lhe com justiça atribuir inteiramente a regeneração desta província, da qual como que dependeu a das outras do reino do Brasil, a ponto de o premiar o povo com a patente que tem, conferindo-lhe ao mesmo tempo o Governo das Armas d'esta província<sup>43</sup>.

Ainda neste documento, a liderança do Brigadeiro Manuel Pedro foi evocada como positiva em relação à manutenção de um consenso entre as facções na província em contraposição ao que representava, na visão dos membros da Junta, a presença do Madeira de Melo.

Era também de interesse da Junta não apenas casar um discurso uníssono com o Senado da Câmara, mas também, convencer ao Reie aos proprietários da província de que a instituição buscava um consenso com todos os habitantes da Bahia, enfatizando a identidade do Reino Unido como um instrumento de conciliação. Assim segue a proclamação da Junta:

Proclamação da Junta Provisória de Governo da Província da Bahia aos seus habitantes. – Habitantes da Bahia: [...] levará à presença das soberanas Cortes e de El-Rei o senhor D. João VI a fiel exposição destes acontecimentos, e suplicará um remédio pronto e eficaz, para prevenir no futuro a reprodução de cenas tão lamentáveis e verdadeiramente monstruosas entre portugueses, em cujas veias gira o mesmo sangue, e que, apesar da extensão do atlântico, tem além das antigas e não interrompidas recordações de fraternidade, novos vínculos de união e simpatia em uma constituição protetora de nossos foros e liberdades comuns<sup>44</sup>.

Os membros da Junta falavam enquanto representantes da vontade do monarca na província, e assim, tentavam convencer de que era a instituição de governo que melhor representava os interesses e aspirações liberais e constitucionais de toda a elite política da Bahia, e em comum acordo com as aspirações das Cortes, do Monarca e dos ideais da Revolução do Porto. Assim continuou a Proclamação:

Repousae na energia, luzes e patriotismo de nossos representantes, que não deixarão de meter ombros vigorosos para apoiar o peso de nossas súplicas; esperae tudo da sabedoria do soberano congresso e das pias e paternais

---

<sup>43</sup>BAHIA. **Correspondência Oficial das Províncias**. Junta Provisória de Governo do Governo da Bahia. 08 de março de 1822, p. 292.

<sup>44</sup>Ibid., p. 306-307.

intenções de El-Rei; abraçae-vos desde já como irmãos e amigos, que sempre fostes; e procurando lançar o balsamo saudável do esquecimento sobre o passado, soe por toda parte o grito geral de conciliação. Viva a Religião! Viva a constituição! Vivam as Cortes! Viva El-Rei o senhor D. João VI e sua augusta dinastia! Viva a união dos três reinos<sup>45</sup>!

Os “vivas” à Igreja Católica, à monarquia, à constituição e sua constituinte, bem como ao Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves reiteravam a ideia de que a Junta se colocava enquanto portadora do consenso aqui referido e, para além disso, o argumento que clamava pelo esquecimento do passado demonstrava o quanto a Junta de Governo temia o rumo que a aliança ruída com os portugueses estava tomando.

Além disso, o discurso mostra o quanto a conciliação com os portugueses nunca foi perdido de vista pela Junta Provisória de Governo. Para os senhores de engenho da Província da Bahia no momento em que estavam estabelecidos na Junta, a autonomia do poder local e suas benesses resultantes de um diálogo horizontal com Lisboa deveria contar com a colaboração dos portugueses à medida que a constituição desse poder local fosse dirigida por uma elite da terra. Esse tom conciliatório veio à baila, principalmente, após os confrontos entre tropas baianas e batalhões portugueses no mês de fevereiro.

É interessante destacar a relação entre o Rei e a Constituição nesse discurso. A defesa por uma monarquia constitucional, elemento presente no discurso da Junta e das câmaras, continuando o movimento iniciado em 10 de fevereiro de 1821, era a tentativa de resolução de uma crise do absolutismo monárquico português, resultante das dificuldades fiscais colocadas pelo estabelecimento de uma Corte centralizada no Rio de Janeiro, que pesava a mão dos tributos sobre as províncias do norte.

A Junta Provisória de Governo procurava representar a soberania da nação portuguesa através de um tripé que situava em paridade o Rei e as Cortes, sem separá-los da Religião Católica, que na concepção da Junta, também era um pilar da organização do Estado.

O tom conciliatório coincidia, justamente, com pouco mais de uma semana do reconhecimento, por parte do Senado da Câmara, da posse de Madeira de Melo como Comandante das Armas da Bahia. O mesmo General não hesitou a um dia antes enviar uma correspondência dirigida às Cortes de Lisboa, em que elencava acusações ao movimento Constitucional da Bahia, inclusive, à Junta de Governo da província por “se oporem à execução da minha posse”<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> Ibid.

<sup>46</sup> Ofícios Dirigidos pelo General Madeira de Mello às Cortes de Lisboa. Publicado em: TAVARES, Luís Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977, p. 131.

O militar português reivindicava, no mesmo documento, junto às Cortes e ao rei D. João VI, a confiança no tocante a defender a união entre Portugal e Brasil, argumentando que todo aquele “que for verdadeiro constitucional há de apoiar esta minha deliberação e ser o primeiro em se unir a mim em requerer a V. Magestade e El-Rei forças da Europa para conservar o Brasil”<sup>47</sup>.

Lino Coutinho, temendo que o movimento constitucionalista na Bahia tomasse um rumo não desejado por aqueles que, como ele, havia composto a Junta Provisória, protestava, nas Cortes de Lisboa, contra a nomeação de Madeira para o Governo das Armas na Bahia, afirmando que o brigadeiro português era “um homem que foi contrário à Constituição no dia 10 de Fevereiro, que levou seu batalhão para a parte do despotismo, e que se mostrou o mais inconstitucional”<sup>48</sup>.

Continuava o protesto do deputado contra o Governo das Armas na Bahia, chancelado por D. João VI e pela direção das Cortes afirmando que “escandaliza muito à Província da Bahia, pois que se há alguma que tenha dado a Portugal mais provas da sua adesão, e lhe tenha feito mais serviços, é de certo a Província da Bahia”<sup>49</sup>.

Defendia-se, por parte dos deputados que eram contra Madeira de Melo, que tanto as Cortes quanto D. João VI confiassem no compromisso que o Senado da Câmara da Cidade da Bahia e a Junta Provisória de Governo da Província para com a lealdade política das lideranças da região, pois ter um Brigadeiro português exercendo o Governo das Armas significaria ter um intermediário que dificultaria a obtenção das mercês junto ao monarca.

## **2.4 D. Pedro e os movimentos políticos na Bahia**

Desde o regresso do pai a Portugal, D. Pedro passava a lhe escrever cartas dando conta ao monarca D. João VI dos acontecimentos e estado político do Brasil. Além das correspondências, o Príncipe Real e, posteriormente, Regente, encaminhava documentos, e, até mesmo, discursos políticos de terceiros que coligavam com a sua visão política dos fatos ocorridos no Brasil.

Desde a Revolução Constitucionalista de 10 de Fevereiro de 1821, D. Pedro passou a ter uma atenção às notícias que lhe chegavam sobre o estado político da Bahia e das demais

---

<sup>47</sup> Ibid., p. 135.

<sup>48</sup> PORTUGAL. **Diário das Cortes de Lisboa**. Sessão de 30 de Abril de 1821, p. 1014.

<sup>49</sup> Ibid.

províncias do Norte do Brasil que, em momentos como a própria Revolução Constitucionalista na Bahia, e a Revolução Pernambucana, que trouxe o assombro da república sobre a monarquia, sem esquecer os movimentos que sacudiam o Maranhão e os que ainda colocavam Pernambuco como território agitado politicamente, deixavam a Casa Real alerta a respeito de sedições e levantes militares.

Sobre a adesão constitucional da Bahia e do Maranhão às Cortes de Lisboa e de elas desejarem, ao mesmo tempo, um diálogo direto com o monarca português, D. Pedro explicou a D. João em 21 de setembro de 1821 que “Também mando todas as ordens que vieram para a Bahia e para o Maranhão. Também participei as mais províncias, porque conheço o fim do reconhecimento das duas províncias, que nem eu, nem o soberano congresso levaremos a mal que elas se lhes dirijam em direitura”<sup>50</sup>.

No mês seguinte, mais propriamente no dia quatro, D. Pedro se encarregou de acalmar D. João VI quanto à situação de Pernambuco, onde, na Vila de Goianna, havia se levantado uma rebelião que teria abalado a ordem política naquela província. D. Pedro noticiava ao pai que tropas da Bahia já estavam indo em socorro da ordem pública em Pernambuco, enfatizando que tanto os batalhões dos da terra quanto os portugueses haviam se juntado para debelar a sublevação em Goianna.

D. Pedro avisava que “Neste momento recebi uma fatal notícia, dada por um brigue americano, de que a vila de Goianna em Pernambuco se tinha sublevado, mas que o governo de Pernambuco já tinha tomado medidas acerca do acontecimento, e que da Bahia já tinha partido trezentos e quarenta homens, entre portugueses e baianos”<sup>51</sup>.

Naquela ocasião, o Governador das Armas de Pernambuco, Luís do Rego não hesitou em pedir reforços à Bahia para poder apoiá-lo contra a rebelião de Goianna (CARVALHO, 1998, s/p). Até mesmo a deputação portuguesa das Cortes de Lisboa apoiava a manutenção do Governo de Luís do Rego, pois temia que a Província de Pernambuco fosse tomada por outro levante semelhante ao de 1817 (CARVALHO, 1998, s/p).

A Bahia era uma província militarmente importante, pois concentrava muitas forças de defesa e continuava sendo um ponto de apoio militar de peso na resolução de insurgências contra a ordem política, principalmente, em Pernambuco. Entretanto, passando-se os meses, as tensões entre os batalhões portugueses e dos da terra se acirravam, até acontecerem os incidentes do mês de fevereiro, em que houve mortes tanto do lado baiano quanto do lado

---

<sup>50</sup>D. Pedro. **Carta de D. Pedro a D. João VI**. 21 de Setembro de 1821, p. 9.

<sup>51</sup> Ibid. 4 de outubro de 1821, p. 11.



português, além do assassinato da abadessa Joana Angélica, que, posteriormente, na construção da memória da Independência na Bahia, ficou conhecida como uma mártir.

É interessante destacar que, ainda durante o desenrolar dos conflitos militares na Bahia, D. Pedro passou a utilizar o exemplo da guerra naquela província para convencer as lideranças políticas de localidades que ainda ofereciam alguma resistência a sua Regência, ou que ao menos, apresentavam muitas divergências sobre a mesma, como era o caso das Minas Gerais, a acreditarem que o reconhecimento de sua Regência seria o melhor caminho político para todas as províncias do Brasil.

Em carta aos Mineiros, datada de 26 de Abril de 1822, D. Pedro já começava a usar desse artifício para argumentar que “Se me acreditares seremos felizes, quando não grandes males nos ameaçam. Sirva-nos de exemplo a Bahia”<sup>52</sup>. Sendo que esta província, volta e meia, em discursos do Príncipe Regente, posteriormente, Imperador, era colocada como sendo um exemplo do alinhamento político a não ser seguido, inclusive, quando o mesmo Príncipe queria convencer as sociedades políticas das províncias de que elas precisavam entrar num consenso sobre a adesão à sua Regência.

Retomando o fato de que o Príncipe também encaminhava a D. João VI documentos com discursos coligados as suas pretensões, e não deixava de explorar a comoção em relação às mortes ocorridas nos confrontos em Salvador no mês de fevereiro de 1822, foi encaminhado ao monarca português um discurso de José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, realizado no dia 23 de Maio de 1822, repleto de exclamações, em que a comoção em torno da situação vivida pela Cidade da Bahia também lhe mereceu tal ênfase.

É importante salientar que uma discussão interessante estava presente nessa fala de José Clemente Pereira: a ação militar portuguesa com aval de porção majoritária da deputação europeia. José Clemente, em seu discurso, enfatizava a suposta arbitrariedade de Madeira de Melo e lamentava a prisão e a não concessão do cargo de Governador das Armas ao baiano Freitas Guimarães.

Mas retiremos, senhor, retiremos para longe deste lugar de escândalo às vistas, que involuntárias nos apresentam um Madeira europeu, elevado a brigadeiro, com arbitrária declaração de estranha antiguidade, que não tinha, nem lhe podia competir, só a fim de roubar o governo das armas da Bahia, a um benemérito brasileiro, brigadeiro antigo! Dá-se maior arbitrariedade? Oh! Constituição! Oh! Justiça! Oh! Lei! Aonde estais que vos não vingais?

---

<sup>52</sup> Ibid. **Carta aos Mineiros**. 26 de Abril de 1822, p. 71.

[...] sacrossantos dos mártires da Bahia, nós vos saudamos! Aquelas ultrajadas, pisadas e aviltadas<sup>53</sup>.

O encaminhamento desse discurso deve ter tido um caráter estratégico, pois era um reforço à retórica de D. Pedro partido de um representante político da capital do Reino Unido do Brasil contra a presença militar portuguesa na Bahia. Deve-se lembrar de que, antes dos conflitos na província, D. Pedro já havia afastado o Comandante Militar responsável pela Guarda no Rio de Janeiro, semelhante ao posto ocupado por Madeira de Melo na Bahia, sendo que aquele comandante militar estava disposto a cumprir o regresso de D. Pedro a Portugal.

O encaminhamento do discurso de José Clemente era uma forma de justificar como a Corte Fluminense desejava a sua permanência e estava disposta a lhe apoiar, sendo que esse movimento político poderia se estender para outras províncias.

No mês seguinte, D. Pedro começou a, pessoalmente, argumentar ao pai que iria colocar Madeira de Melo para fora do Comando das Armas na Bahia, afastando a gerência direta das Cortes de Lisboa sobre a província. Outro ponto a ser destacado é a forma como D. Pedro passou a se dirigir à Bahia, referindo-se à Província como sendo “inocente”, ou seja, como uma sociedade política que precisava da sua Regência para ter um consenso político definido. Em 22 de Junho de 1822, o Príncipe Regente escreveu a D. João que “O Madeira na Bahia tem feito tiranias, mas eu vou já já pô-lo fora, ou por bem ou à força, de miséria e fome, e mortes feitas de todo o modo possível para salvar a inocente Bahia”<sup>54</sup>.

Antes disso, D. Pedro já havia expedido ordem, por meio de Carta Régia, exigindo a saída de Madeira de Melo do Governo das Armas da Bahia, o qualificando como “desobediente” perante a autoridade de D. João VI e dele “divinamente constituídas”, daí a presença de “Deus” como um dos responsáveis pelo Reino. No dia 15 de Junho D. Pedro havia explanado a Madeira de Melo: “Quando não ficareis responsáveis a Deus, a El-Rei, a mim, e ao antigo e novo mundo, pelos deploráveis resultados e funestíssimas consequências da vossa desobediência”<sup>55</sup>. É interessante destacar que o Príncipe Regente enxergava, àquela altura, sua Regência e o Reinado de D. João VI como sendo as referências do “antigo e novo mundo”, um Reino Unido em que D. Pedro passaria a exercer o poder executivo no lado brasileiro do Atlântico.

---

<sup>53</sup> D. Pedro. **Fala de José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro**. 23 de Maio de 1822, p. 80.

<sup>54</sup> D. Pedro. **Carta Régia a D. João VI**. 22 de Junho de 1822, p. 112.

<sup>55</sup> D. Pedro. **Carta Régia mandando retirar do Brasil a Ignacio Luiz Madeira de Melo, Governador das Armas da Província da Bahia**. 15 de Junho de 1822, p. 112.

Em proclamação aos baianos em 17 de Junho de 1822, D. Pedro passou a estabelecer um conceito para a situação política do Brasil diante todos os conflitos para com as atuações militares canceladas pelas forças que queriam seu regresso e consenso das províncias em relação à causa constitucional de Lisboa, em especial, a apregoada por forças majoritárias de Portugal.

Esse conceito era o de “independência moderada”, que ao observarmos o discurso e o contexto, sugeria a defesa de uma autonomia administrativa para o Brasil, tendo a Regência à frente, sendo que essa autonomia política seria garantida por uma Constituinte que estabeleceria o contrato político entre as províncias, a Regência e o monarca português.

A recorrência, por parte do Regente à metáfora da “escravidão” é interessante de ser destacada, porque o escravo era considerado um sujeito sem direitos políticos, justamente, por ser uma propriedade. A condição de subordinação administrativa à Lisboa, no discurso de D. Pedro, anulava o Brasil de ter direitos políticos, dessa forma, a Regência lhe garantiria, como território português na América, uma vida política através de um pacto com a Regência.

Em sua proclamação aos baianos, D. Pedro enfatizava que “Os honrados brasileiros preferem a morte à escravidão, vós não sois menos; também o deveis fazer para conosco entoardes vivas à independência moderada do Brasil, ao nosso bom e amável monarca El-Rei o senhor D. João VI, e à nossa Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Reino do Brasil”<sup>56</sup>.

Em meio às desconfiças em torno do posicionamento político da Junta de Governo da Bahia, D. Pedro também procurou estender a esta a sua proposta de pacto político, através de Carta Régia, poucos dias antes da proclamação aberta aos baianos.

Nessa Carta Régia de 15 de Junho, D. Pedro colocava para a Junta de Governo da Bahia a ideia de que o Brasil seria um “reino constitucional”, evidentemente, ligado à autoridade de D. João VI, entretanto, o Reino do Brasil teria seus direitos políticos resguardados por um contrato político. Assim, D. Pedro seguia exaltando a porção americana de Portugal que “tão grande e abençoado reino do Brasil [...] venha a ser em breve tempo um dos reinos constitucionais mais felizes do mundo”<sup>57</sup>. Um Reino Unido a Portugal, porém, com voz política através da Regência.

A Revolução Constitucionalista da Bahia foi uma rebeldia, inclusive, interpretada dessa forma Por D. João VI e D. Pedro, por isso, a conciliação com a Casa Real era tão

---

<sup>56</sup> D. Pedro. **Proclamação de Sua Alteza Real o Príncipe Regente aos habitantes da Bahia**. 17 de Junho de 1822, p. 113.

<sup>57</sup> D. Pedro. **Carta Régia dirigida ao Presidente e deputados da Junta Provisória da Bahia**. 15 de Junho de 1822, p. 114.

almejada, porém, sem perder de vista a defesa por um governo constitucional que igualasse institucionalmente todas as províncias do Império Português.

O próprio D. Pedro, no mês de junho de 1822, ao reprovar a adesão da Bahia ao movimento constitucional liberal, em proclamação, chamou os habitantes da província de “dóceis, cândidos e francos”<sup>58</sup>. E em outra proclamação do mesmo mês, ao também se referir aos baianos, diante os conflitos que já eram manifestados na província, o príncipe regente afirmou que “Quem diz – Brasileiros – diz Portugueses”<sup>59</sup>.

Em novembro de 1822, em publicação do Jornal *Correio Braziliense*, em meio à Guerra de Independência na Bahia, D. Pedro continuou não poupando a Junta Provisória de Governo da Província, acusando-a de promover discórdias entre os deputados do Brasil quanto ao seu governo, afirmando, inclusive, em manifesto publicado pelo *Correio Braziliense*, periódico editado em Londres por Hipólito da Costa que existia um “partido dominador” que se aproveitava dos “desvarios da Junta Governativa da Bahia (que ocultamente promovera) para despedaçar o sagrado nó, que ligava todas as províncias do Brasil à Minha Legítima e Paternal Regência”<sup>60</sup>.

Esse manifesto não era um ataque às Cortes e nem apoio a uma libertação do Brasil a Portugal, para D. Pedro, o que não tinha legitimidade era a campanha constitucionalista do movimento na Bahia, pois havia influenciado outras províncias a se desligarem do governo sediado no Rio de Janeiro, mesmo após D. João VI, seu pai e rei de Portugal, ter jurado as Bases da Constituição.

D. Pedro continuou questionando neste manifesto “Como ousou reconhecer o Congresso naquela Junta facciosa, legítima autoridade para cortar os vínculos políticos da sua Província, e apartar-se do centro do sistema a que estava ligada, e isto ainda depois do juramento de Meu Augusto Pai a Constituição prometida a toda Monarquia”<sup>61</sup>?

O discurso de D. Pedro voltado não apenas para os leitores do Brasil, mas também, de Portugal e de países que mantinham relações diplomáticas amigáveis com os dois, é um dos mais alusivos à interpretação da Realeza Portuguesa ao movimento constitucional na Bahia e, além disso, refletia como esse movimento e seus desdobramentos eram dotados de um protagonismo na questão da crise envolvendo o peso que a centralização política e

---

<sup>58</sup> Publicado em: AMARAL, Braz do. **História da Independência na Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1957, p. 166.

<sup>59</sup> Ibid.

<sup>60</sup> CORREIO BRAZILIENSE. **Manifesto do Príncipe Regente Regente do Brasil aos Governos e Nações Amigas**. Novembro de 1822, p. 519.

<sup>61</sup> Ibid.

administrativa do Estado Ultramarino Português no Rio de Janeiro havia colocado sobre as províncias do Norte do Brasil.

O movimento de 10 de fevereiro de 1821 pode não ter abraçado a proposta radical de 1817 em Pernambuco, pois este havia formado um governo republicano e aquele uma solução política mais moderada, que era a de uma monarquia constitucional que se amparava em um discurso de defesa do poder do Rei e da união com Portugal, porém, em termos de raio de influência sobre as demais províncias do Brasil, a Revolução na Bahia acabou sendo mais efetiva, até mesmo pelo fato de reverberar um movimento mais amplo que era o da Revolução do Porto de 1820, e ajudado, junto com a adesão inicial de Pará e Alagoas, a arrematar o lado americano do Império Português para sua primeira experiência constitucional.

Porém, como vimos ao longo dos debates acerca da ação militar portuguesa em Salvador e dos discursos de D. Pedro, houve uma dinâmica de acontecimentos que levaram a Junta Provisória de Governo da Bahia a não ter força política, conseqüentemente, os senhores de engenho e oficiais militares baianos conduziram a formação de um Conselho Interino de Governo que teve sua formação marcada pela Guerra de Independência.

Essas situações evidenciavam a inoperância do diálogo político entre as instituições de governo na província e os debates parlamentares. Entretanto, veremos nos discursos dos deputados da Bahia, dos membros da Junta e do Conselho Interino de Governo, e até mesmo da imprensa engajada nas causas constitucionais, a permanência da necessidade de resolução da crise política através de um pacto baseado em um alinhamento fiscal e administrativo igualitário entre as províncias.

O liberalismo da Revolução do Porto de 1820 e da Revolução Constitucionalista na Bahia de 1821 não rompiam com a monarquia, como a Pernambucana de 1817 fez temporariamente, porém, defendia a transformação do contrato social e político dela, que era do Antigo Regime para uma monarquia parlamentar e contratualista inspirada nas Revoluções do século XVIII que espalharam o ideário político iluminista pela Europa, passando pelo Atlântico, até alcançar as colônias, seja através das lojas maçônicas ou pelas mãos dos filhos de senhores de engenho e comerciantes que iam estudar em Coimbra.

Se no Antigo Regime Português “não é o pacto que fundamenta o direito, mas é antes este que funda a obrigatoriedade dos pactos” (XAVIER & HESPANHA, 1998, p. 114), o liberalismo passava a propor o inverso da equação, o pacto político fundamentando o direito, inclusive, o de governar. Para as elites coloniais, isso era sim revolucionário.

E no caso da Bahia, uma pauta em comum que mobilizou, ao menos, uma parte significativa das suas lideranças políticas, foi, justamente, a ideia de formar um pacto político

para o Reino Unido baseado numa igualdade entre as províncias, situação que poderia resolver o peso fiscal de uma administração centralizada.

### **3 “NÓS TRATAMOS DE NIVELAR AS PROVÍNCIAS DO BRASIL”: DEBATES DA DEPUTAÇÃO BAIANA NAS CORTES DE LISBOA**

Neste capítulo, analisaremos os discursos da deputação baiana em torno do debate do nivelamento das províncias, elemento que, para boa parte de sua representação, significaria o fundamento ideal para a associação política que seria formada com a Constituição Portuguesa. Além disso, discutiremos a crise para com o alinhamento da Bahia às Cortes de Lisboa instaurada após a ampliação do efetivo militar português na província.

#### **3.1 A deputação baiana**

O preparo intelectual e político da bancada eleita pela Bahia era um dos elementos que oferecia um peso singular às suas vozes. No conjunto de sua representação, a deputação baiana nas Cortes de Lisboa era formada por importantes intelectuais do pensamento liberal luso-brasileiro que possuíam diversas referências no entendimento dos negócios da política (JANCSÓ & PIMENTA, 2000, p. 165).

A Bahia era, nas primeiras décadas do século XIX, a terceira localidade com o maior número de bacharéis formados em Coimbra, em 1807 havia 131 baianos bacharéis oriundos da dita Universidade, um a menos que Minas Gerais, sendo que o Rio de Janeiro contava com 145 (SILVA, 2013, p. 44). Dentre esses diplomados, encontravam-se graduados em direito, medicina e filosofia.

Os deputados baianos foram escolhidos por 15 eleitores de comarca, cuja predominância de seguimento social era composta por senhores de engenho e grandes proprietários de terra, sendo que também havia comerciantes e eclesiásticos (CAVALCANTE, 2016, p. 96). É possível que houvesse uma concepção majoritária entre os homens de negócio e proprietários residentes na Bahia de que deveriam ser representados por deputados de formação acadêmica, ou talvez existisse uma cultura política local que fosse dirigida dessa forma.

Dentre os deputados da província da Bahia, encontrava-se uma tradicional categoria de grandes proprietários agrícolas com experiência na administração local: Ferrão Castelo Branco e Pedro Rodrigues Bandeira (JANCSÓ & PIMENTA, 2000, p. 165-166). Sendo o último um dos mais abastados fidalgos da colônia (BANDEIRA, 2000, p. 384-385).

Havia também, na deputação dessa província do Norte, um leitor aprofundado do pensamento liberal e que era um cosmopolita conhecedor, com alguma propriedade, do contexto político que a Europa vivia naquele momento: Domingos Borges de Carvalho (WISIAK, 2001).

Dentre as propostas apresentadas, que podemos considerar como progressistas para a época, encontraram-se as defendidas por Domingos Borges, em que se destaca, no dia 22 de março de 1822, a defesa pelo fim gradual da escravidão e extinção do tráfico negreiro (DEL PRIORE, 2006, p. 21).

Segundo Mary Del Priore, essas propostas ousadas para a época, ainda mais vindas de um senhor de engenho baiano, não tiveram muito apoio por parte dos outros deputados brasileiros, mas refletia a visão cosmopolita que Domingos Borges possuía acerca da organização da sociedade que tinha uma influência profunda de sua vivência na Europa e Estados Unidos e contato com o liberalismo econômico (2006, p. 21).

Outra pauta progressista defendida por Domingos Borges foi a emancipação política das mulheres (DEL PRIORE, 2006, p. 20). Esta era, ao lado da emancipação dos escravos e extinção do tráfico humano de africanos, questões que mostravam o quanto eram peculiares as experiências políticas dos representantes da Bahia nas Cortes. Domingos Borges era um exemplo dessa singularidade que cercava os deputados baianos e que os tornavam mais contraditórios e instigantes.

Já foi mencionado aqui o papel destacado de Luís Paulino como comandante militar leal ao monarca D. João VI, representando um setor legalista das tropas atuantes em Salvador. Além de militar, Luís Paulino também era proprietário de engenho de açúcar em Cachoeira (FRANÇA, 1971). Luís Paulino mediou os conflitos entre tropas do levante de 10 de fevereiro de 1821, que culminou com a saída do Conde da Palma do governo da Bahia e a adesão da província às Cortes de Lisboa (CAVALCANTE, 2016, p. 90).

Nas Cortes, Luís Paulino fez parte de comissões importantes, dentre elas, a Militar, a de Constituição, de Guerra e, vale destacar, a Comissão Especial para fixar as relações de comércio entre Portugal e Brasil (CAVALCANTE, 2016, p. 97). Luís Paulino confirmou sua posição de destaque ao ser eleito pelos seus pares como vice-presidente das Cortes entre 26 de março e 26 de abril de 1822 (CAVALCANTE, 2016, p. 97).

Ainda em dezembro de 1821, ao integrar a Comissão de Constituição, Luís Paulino era um dos deputados que examinava as correspondências entre as Cortes e a Casa Real Portuguesa (CAVALCANTE, 2016, p. 98). O Marechal baiano não retornou, em solo, ao



Brasil, e permaneceu como deputado em Portugal até maio de 1823 (CAVALCANTE, 2016, p. 107).

O clero baiano também era representado na figura de Marcos Antônio de Sousa, que além de clérigo, era bacharel em direito e profundo conhecedor da história da administração local e das ideias políticas da Ilustração (WISIAK, 2001).

Participantes da Conjuração Baiana de 1798 e simpatizantes da Revolução Pernambucana de 1817, Cipriano Barata e Agostinho Gomes levavam consigo a experiência dos ideais republicanos efervescentes nesses movimentos dotados de uma radicalidade e contestação em relação à ordem colonial (WISIAK, 2001). Mas é importante destacar que, apesar de terem uma relação com o republicanismo pernambucano, nas Cortes de Lisboa, eram fechados com o monarquismo constitucional.

Cipriano Barata, que estudou filosofia e era proprietário de rendas de cana, foi solidário para com os líderes da Revolução Pernambucana que estavam presos na Bahia, inclusive, lhes doando alimentos e remédios (TAVARES, 1986, p. 64). Junto com Antonio Carlos e Frei Caneca, fez parte do movimento, cuja ala mais radical, a qual faziam parte, foi escamoteada para que o monarquismo constitucional vigorasse no levante de 10 de fevereiro de 1822 (TAVARES, 1986, p. 64).

Barata era crítico ao centralismo político e às interferências da Santa Aliança nas experiências constitucionais de Portugal e do Brasil, tanto que foi contrário à atuação de José Bonifácio, enquanto este era ministro, e à presidência da Junta Provisória de Governo da Bahia, na pessoa de Francisco Paes Barreto, por os considerarem centralizadores e conservadores (TAVARES, 1986, p. 65-66).

No caso de Agostinho Gomes, que era diácono licenciado e negociante, apesar de não ter tido o mesmo sucesso nos negócios que o pai, era um leitor de obras sobre política e administração de Estado (NEVES, 2004, p. 2-3). O pai de Agostinho Gomes era um negociante de “grosso trato”, como eram chamados na época os grandes comerciantes. Após a morte do pai, Agostinho, que havia se dedicado aos estudos canônicos e se tornado diácono, retornou a Salvador para assumir os negócios (NEVES, 2004, p. 2-3). Ainda na juventude, envolveu-se, junto com Cipriano Barata, na Conjuração Baiana de 1798 (NEVES, 2004, p. 3). Essa experiência contestatória acompanhou os dois e, principalmente Barata, na sua postura crítica em relação à organização do Estado.

Houve também espaço nas Cortes para um jovem político que, de forma consideravelmente rápida, conseguia adquirir prestígio dentro do cenário da província, a

ponto de ser eleito para integrar a Junta Provisória de Governo, sendo indicado para a sua secretaria: José Lino Coutinho (WISIAK, 2001).

Lino Coutinho era proprietário de engenho de açúcar na Vila de Santo Amaro da Purificação, assim como Domingos Borges. Seu engenho possuía 113 escravos (JUNQUEIRA & MAGALHÃES, 2017, p. 209). Lino Coutinho também era médico de formação e possuía prestígio no meio acadêmico, inclusive, sendo sócio da Real Academia de Ciências de Lisboa (JUNQUEIRA & MAGALHÃES, 2017, p. 211).

Alguns discursos proferidos nas Cortes de Lisboa, por parte dos deputados baianos, mostravam as suas percepções em relação à organização do Estado, bem como de que maneira as suas concepções políticas em relação aos projetos eram possíveis aos interesses da comunidade local que representavam. Suas falas também evidenciam a maneira como as propostas podiam ser conciliadas com as bancadas de outras províncias, e como conduziam a direção de suas opiniões em relação aos projetos políticos que defendiam.

O refinamento intelectual, a importância econômica da província e a condição de ter exercido uma liderança no movimento de adesão ao constitucionalismo luso possibilitaram a uma parte da deputação baiana o poder de argumentar sobre a natureza do status político do Brasil dentro do quadro formado pelo Reino Unido que constituía o Império Português.

Na composição desse discurso, destacaram-se Lino Coutinho e Domingos Borges. Segundo Márcia Berbel, Lino Coutinho era seguidor da ideia de artificialidade do pacto político de Estado. Esta era uma teoria que havia sido fundamentada, principalmente, ao longo da formação da sociedade política nos Estados Unidos da América do Norte, e consistia na ideia de que o pacto político era maleável o suficiente para que pudesse ser moldado aos interesses e necessidades políticas que embasavam os projetos em jogo (1999, p. 124-125).

Nesse tipo de modelo, a carta constitucional tinha um papel importante enquanto documento fundador do pacto político (BERBEL, 1999, p. 124-125). Assim como os norte-americanos acreditavam estar formando um pacto político que desse continuidade à herança inglesa, analogamente pensavam os deputados cosmopolitas da Bahia em relação à Coroa Portuguesa (BERBEL, 1999, p. 124-125).

Dentro dessa concepção teórica, também podemos enquadrar o deputado Domingos Borges, que também era um conhecedor da experiência política da formação dos Estados Unidos da América do Norte através de leituras e da repercussão que esse movimento alcançou na Europa, lembrando que o deputado havia vivido grande parte da juventude, principalmente, na França (DEL PRIORE, 2006).

Além disso, segundo os historiadores Istvan Jancsó e João Paulo Pimenta, havia, dentre os consensos no seio da bancada baiana, a ideia de que o Brasil era uma formação política até então recente e que, nada mais era do que um conjunto de províncias portuguesas situadas no lado americano do Atlântico (JANCSÓ & PIMENTA, 2000, p. 166-167).

### 3.2 A Bahia e o nivelamento entre as províncias

Em 31 de Janeiro de 1822, Rodrigo Ferreira noticiou que a venda dos Diários das Cortes na Bahia não havia dado certo naquele momento, mesmo com principal órgão de imprensa local, o *Jornal Idade d'Ouro do Brazil*, também conhecido como *Gazeta da Bahia*, anunciando a venda das coleções que continham as falas e os debates parlamentares:

Havia mais de cinco meses que a Comissão se tinha ocupado deste objeto, e que por via do administrador da venda do Diário fez remeter doze coleções para a Bahia, as quais voltaram todas na mesma embarcação, apesar de ter sido a sua venda anunciada na *Gazeta da Bahia*: e que seria necessário ter correspondentes naquela província, para que se encarregassem da recepção e venda dos Diários, e a da remessa do produto<sup>62</sup>.

Na Bahia havia uma circulação de periódicos e publicações de textos sobre a situação política do Brasil e de Portugal naquele momento, com destaque para o *Idade d'Ouro*, que foi um veículo informativo importante para a repercussão daquilo que estava sendo debatido nas Cortes de Lisboa.

Apesar da venda ter sido requerida para apreciação da opinião pública na província, os Diários retornaram para Portugal no mesmo navio que as conduziu. Aqueles diários divulgariam alguns debates acalorados envolvendo a bancada baiana, inclusive, um dos que mais destacaram esses políticos: o pacto político e administrativo entre as províncias.

Algumas instituições que foram evocadas nos discursos de determinados deputados eram fundamentais, nas suas colocações, para o nivelamento entre as províncias tanto do Brasil quanto de Portugal, para que nenhuma delas gozasse de prerrogativas que as sobrepusesse a outras, como aconteceu com o Rio de Janeiro em relação às províncias do Norte na instalação da Família Real naquela cidade.

Dentre essas instituições encontrava-se o judiciário. No tocante à organização deste, estava em jogo tirar a centralização do poder das mãos da Corte no Rio de Janeiro, e, ao

---

<sup>62</sup> PORTUGAL. Diário das Cortes de Lisboa, sessão de 31 de Janeiro de 1822, p. 65.

mesmo tempo, deslocar essa centralização para Lisboa também não parecia um bom negócio para as lideranças políticas da Bahia. Uma parte significativa da deputação baiana desejava um judiciário que tivesse suas instâncias provinciais autônomas (BERBEL, 1999, p. 111-126).

Aqueles Diários retornados mostrariam que a representação da Bahia chegou à Lisboa com as atividades constituintes já em curso e com a agenda da bancada integracionista ganhando cada vez mais terreno (BERBEL, 1999, p. 111). Dentre os integracionistas, constava Fernandes Tomás, que era um dos principais líderes da Revolução do Porto.

Certamente, ao observarem os rumos das experiências constitucionais de Cádiz e Madrid, na vizinha Espanha, onde a pauta da autonomia provincial fomentava conflitos, a tal ponto de a independência delas e formação de Estados nacionais na América Hispânica levarem a um processo de dissolução do Império Espanhol, os integracionistas procuravam combater qualquer proposta federalista, mesmo que esse combate pusesse em risco uma melhor conciliação com as províncias americanas.

Os deputados da Bahia também não conheciam com propriedade o andamento da formação e discussão dos artigos que estavam sendo incluídos para a nova constituição, sendo assim, Cipriano Barata e Francisco Agostinho Gomes procuraram recorrer de forma a que pudessem retardar os trabalhos constituintes para que, não apenas os baianos, mas também, as demais representações do Brasil, pudessem conhecer melhor o andamento dos artigos e que estes passassem por novas discussões e revisões (BERBEL, 1999, p. 111-112).

Os dois deputados mencionados no parágrafo acima, prontamente, entraram com um recurso. A moção perpetrada por Barata e Agostinho Gomes tinha base legal assentada no regimento que regulava o funcionamento das Cortes, mais especificamente, no artigo 21 das *Bases das Cortes Gerais e Extraordinárias na Nação Portuguesa*. O texto assinado por Cipriano Barata e Francisco Agostinho Gomes, lido em plenário nas Cortes de Lisboa em 19 de dezembro de 1821, afirmava:

Devendo ser o artigo 21 das bases da Constituição religiosamente observado; sendo incontestável que o estabelecimento de leis orgânicas exige conhecimentos locais dos países que elas têm por fim organizar; sendo finalmente certo que alguns dos artigos do projeto de Constituição já discutidos por esta soberana Assembleia, não podem deixar de ser modificados para que possam ser úteis ao Brasil; proponho: que se declare na ata, que nós pelo fato de tomar assento neste augusto Congresso, não aprovamos alguns dos artigos já aprovados; e que toda a matéria da Constituição até agora vencida, e a que se for vencendo daqui em diante, não se julgue definitivamente sancionada para obrigar o Brasil, senão depois que se acharem reunidos a esta assembleia todos os representantes daquele

Reino; podendo em consequência submeter-se a nova discussão, alterar-se qualquer artigo, que se conhecer não convir àquele país<sup>63</sup>.

Os deputados questionavam, inclusive, o fato de o artigo 21 observar que a construção do pacto político deveria ter o entendimento de todos os Reinos que compõem a Nação Portuguesa e também das províncias africanas e asiáticas (BERBEL, 1999, p. 112). De acordo com Márcia Berbel, o artigo 21 concebia a ideia de “nação” como uma formação política a ser debatida, e não um conceito pronto e pré-estabelecido (1999, p. 112). Esse dispositivo das bases conferia às representações provinciais do Brasil o respaldo legal para não aceitarem as resoluções constituídas pelas Cortes.

Márcia Berbel destacou o uso dos termos utilizados por Barata e Agostinho Gomes em sua moção (1999, p. 113). A autora frisou que o uso das palavras “reino” e “país” e a ausência do termo “nação” tinha a estratégia de argumentar acerca da contradição que representava jurar um texto base que não definia o funcionamento da administração provincial (BERBEL, 1999, p. 113). “País”, segundo Berbel, poderia se referir às províncias, pois, no entendimento dos deputados da Bahia, não haveria nação ainda, que seria uma definição ainda a ser construída pelo pacto político (1999, p. 113).

O plenário, ocupado majoritariamente por deputados portugueses, recusou prontamente a moção, a recusa foi expressa tanto por deputados integracionistas, quanto por deputados portugueses de posição mais moderada, dentre eles, Borges Carneiro que solicitou a retirada da moção de Barata e Agostinho, argumentando que o recurso movido pelos deputados baianos atrasaria o trabalho das Cortes (BERBEL, 1999, p. 113).

Cipriano Barata procurou argumentar que não era seu objetivo atrasar os trabalhos constituintes. Ao ponderar sobre a moção que havia sustentado,

Barata ponderou [...] dizendo que era verdade que ele não tinha podido ver ainda todos os trabalhos que se têm feito sobre a Constituição; porém como tinha visto que, tratando-se dos direitos dos cidadãos, na Constituição se tinha feito diferença entre portugueses e cidadãos; por isso tinha assentado que lhe era preciso falar sobre este artigo, assim como em outros mais, e que ele não queria dizer que se suspendesse a marcha dos trabalhos<sup>64</sup>.

De certa forma, Barata deve ter se impressionado com a coesão da bancada portuguesa diante a apresentação de tal proposta, mas, mesmo assim, não deixou de colocar o problema da cidadania como tema importante no que dizia respeito às matérias relacionadas à

---

<sup>63</sup> Ibid. Sessão de 19 de Dezembro de 1821.

<sup>64</sup> Ibid.

questão da organização provincial, que poderia perpassar o *status* de cidadania que, objetivando a pauta da autonomia local, poderia fazer referência ao pertencimento à província, que no entendimento de Barata e Agostinho Gomes, deveria ter um papel de peso na formação do pacto político, inclusive, na definição dos direitos civis.

É preciso frisar que, no mundo lusitano que passava por aquela experiência constitucional, cidadania e pertencimento ao local de origem eram ideias associadas. O historiador Jônatas Roque Mendes Gomes pesquisou o conceito de cidadania no vocabulário formal do Império Português através dos dicionários de Rafael Bluteau e de Antonio Moraes Silva, sendo que o anterior foi publicado em vários tomos do ano de 1712 até 1728, já o último, publicado em 1789, atualizou e ampliou o de Rafael Bluteau (GOMES, 2017, p. 19).

Mendes Gomes observou que o dicionário de Antonio Moraes Silva diferenciou o conceito de cidadania apresentado por Bluteau. Enquanto este afirmava que cidadão era um “morador, habitador, filhote” (2017, p. 19), Moraes Silva explicava que cidadão era “o homem que goza dos direitos de alguma cidade, das isenções, e privilégios, que se contem no seu foral, posturas. Homem bom. Vizinho de alguma cidade. [...] cidadão do céu” (GOMES, 2017, p. 20).

Observa-se que, para um dos principais ícones da linguagem formal do português do último quartel do século XVIII, a ideia de cidadão estava ligada aos direitos adquiridos por alguém em sua comunidade de origem, tida como um “privilégio”, consequentemente, não extensivo a todos.

A experiência constitucional liberal passou a apresentar uma possibilidade no horizonte dos deputados, em especial, aos americanos, de relacionar a cidadania ao pertencimento à nação portuguesa, no entanto, a amplitude desse foro aos habitantes da nação, que passava a incluir a América Portuguesa, acabou vindo à tona nos debates.

E para deputados como Cipriano Barata e Agostinho Gomes, o foro de cidadão português deveria estar assentado no nivelamento do *status quo* das províncias. E poderemos ver que deputados da bancada baiana, como era o caso de Domingos Borges, que foi um representante que prestou apoio à moção de Barata e Agostinho, a Bahia, por ter estabelecido um compromisso com a causa constitucional portuguesa através do levante de 10 de Fevereiro de 1821, deveria ter um papel fundamental para garantir esse nivelamento.

Domingos Borges interviu na questão levantada pelos seus colegas de bancada. As lideranças políticas da Bahia se viam como protagonistas do pacto político, até porque haviam reverberado a Revolução do Porto em terras americanas, além disso, a capital da província

havia sido palco da celebração conflituosa, mas que era defendida como harmônica, entre os da terra e os portugueses no ideal de apoiar uma monarquia constitucionalista.

Domingos Borges, corroborando com Barata, argumentou que “A Bahia se julgava credora de alguma atenção particular à vista de sua decidida adesão pela causa da nossa regeneração nacional”<sup>65</sup>.

A Revolução era evocada, em momentos pontuais, justamente para legitimar a defesa, por parte do grupo federalista dos deputados da Bahia, de que esta fosse colocada como referência para a organização do pacto político entre as províncias do lado americano da monarquia constitucional portuguesa.

Assim como Barata, Domingos Borges também poderia ter entendido o clima causado pela moção que reivindicava a revisão dos artigos, entretanto, assim como o conterrâneo, mesmo em tom mais conciliador, apelava para o fato de que a deputação baiana via na “regeneração nacional”, princípio ideológico do nacionalismo português na propaganda em prol da Revolução do Porto, ponto chave para a organização da monarquia constitucional. Dessa forma, Domingos Borges reivindicava uma maior atenção da deputação portuguesa para que esta atendessem com mais abertura as questões defendidas pela deputação baiana.

A recusa em discutir a proposição de Barata e Agostinho, por parte dos deputados portugueses, teve apoio de um representante baiano, Luís Paulino (BERBEL, 1999, p. 114), este, como já foi referido antes, não fechava com os seus pares de província no que dizia respeito aos ideais autonomistas que já haviam ecoado na própria Revolução Pernambucana debelada por forças militares em que Luís Paulino havia dividido o comando, mostrando assim, seu grau de lealdade para com a monarquia portuguesa que não compactuava com o separatismo e o liberalismo radical que o fez, inclusive, a entrar em rota de colisão com Cipriano Barata em plenário.

Luís Paulino entendia que “como brasileiro, como baiano, e como português daquela parte do Reino Unido, devo também atalhar a questão. Os baianos assaz têm sempre testemunhado a maior adesão e amor a seus irmãos de Portugal”<sup>66</sup>.

O conceito de “Reino Unido”, que era constantemente operado pela Junta Provisória de Governo na Bahia, inclusive, nas suas tentativas de negociar uma conciliação com os portugueses residentes na província, no entender de Luís Paulino, era uma construção em que, apesar da diversidade que ele próprio expressava em seu discurso identitário, o “brasileiro”, o “baiano” e o “português” deveriam se enxergar dentro do amplo laço de lealdade com a

---

<sup>65</sup> Ibid.

<sup>66</sup> Ibid.

monarquia que era o “Reino Unido”. O pertencimento à condição de súdito era fundamental, na visão de Luís Paulino, para a constituição da identidade política.

Nos combates em torno da questão provincial e de seu *status* dentro do Império Português é que ressoavam discussões acerca da organização dos poderes do Estado, dentre as discussões mais acaloradas, encontrava-se uma das que boa parte da deputação baiana era mais combativa, que era a questão do judiciário.

A Casa de Suplicação, a mais importante instância apelativa do judiciário português naquela época, era um ponto importante no questionamento, por parte de deputados baianos, em relação à centralização dos poderes administrativos do Império Português.

Havia, naquele momento, uma Casa de Suplicação em cada Reino do Império. A ideia de Lino Coutinho, por exemplo, era descentralizar os caminhos realizados pelos recursos ao judiciário, pois o trâmite realizado pela burocracia judiciária limitava as esferas de poder da jurisdição local.

Sobre a organização do Judiciário, Lino Coutinho argumentou que “Nós tratamos de nivelar as províncias do Brasil com o Rio de Janeiro, e portanto devemos reduzir a Casa de Suplicação a uma relação provincial”<sup>67</sup>.

O judiciário, enquanto uma esfera de poder agregada à burocracia do Estado ultramarino português, não poderia ficar de fora do projeto de igualdade de *status* entre as províncias que tanto foi defendido por boa parte dos deputados baianos. E, porque não, os portugueses residentes na Bahia também poderiam usufruir do judiciário provincial autônomo.

Domingos Borges, apoiando o que propunha Lino Coutinho, também argumentava que “Nas províncias ultramarinas tratar-se-á das revistas pela mesma relação do país do modo que a lei determinar, ficando responsáveis os juizes ao Supremo Tribunal de Justiça”, e ainda entendia que “pode existir em cada província um Poder Judiciário independente”<sup>68</sup>.

O embate contra Fernandes Tomás seguia com o mesmo atacando a propriedade que as províncias brasileiras possuiriam para poder se constituir enquanto esferas administrativas autônomas e com a mesma estrutura administrativa do centro de poder político. Em relação a esse embate, Cipriano Barata argumentava, no que tangia à sustentabilidade financeira de um tribunal provincial, que:

---

<sup>67</sup> Ibid. Sessão de 29 de Dezembro de 1821.

<sup>68</sup> Ibid. Sessão de 31 de Janeiro de 1822.



Eu posso asseverar que os Brasileiros, quando se trata do seu cômodo, nada temem, e de certo querem que de todo o modo se estabeleça um tribunal supremo de justiça: e enquanto aos inconvenientes da paga pode muito bem a província que tiver mais dinheiro fazer a despesa: as mais ricas que paguem para as outras<sup>69</sup>.

Havia, obviamente, a consciência de que nem todas as províncias poderiam arcar com a manutenção de seus tribunais, e é aí que aparece, mais uma vez, a convergência de Barata para a defesa de um arranjo político entre as províncias, onde aquelas que tivessem mais rentabilidade financeira pudessem sustentar a descentralização política e, conseqüentemente, a Bahia era uma delas. Província que, tanto nos tempos em que era capitania geral quanto naquele momento, abrangia comarcas e abrigava órgãos administrativos e de defesa militar que estabelecia uma influência abrangente, principalmente, sobre o Norte.

Mesmo com as intervenções de Borges Carneiro, deputado português de ala mais moderada, e que estava, em certos aspectos, como na discussão sobre o judiciário, disposto a negociar com os deputados baianos e das demais deputações que apoiassem seus projetos, Fernandes Tomás, tributário do nacionalismo regenerador português, continuava na defesa intransigente de uma concepção “integracionista”, em que se concebia o pacto entre as províncias ordenado pelo centro de poder localizado em Lisboa e integrando-as a uma rede ultramarina dependente desse centro de poder.

Fernandes Tomás insistia na ideia de “união” em detrimento a de “federação”, sendo que, organizado como uma “união”, na sua concepção, caberia ao Estado português o papel de canalizador do sistema de produção do império e de seu escoamento (BERBEL, 1999). O próprio deputado português criticava as bancadas do Brasil da seguinte forma:

Um dos ilustres preopinantes disse ‘eu hei de morrer pela minha pátria’. Eu não sabia que dentro do Congresso, onde estão cento e tantos deputados, tinha cada um diversa pátria. Assentava que havia uma pátria comum para todos; uma vez que os ilustres deputados do Brasil considerem o Brasil sua pátria, como querem persuadir-nos que desejam a união? Estabelecido este princípio, desde logo está estabelecido no seu coração o gérmen e princípio indestrutível da desunião. Os Srs. Deputados do Brasil partem de um princípio falso absolutamente, e se não digam onde foram buscar essa propriedade do Brasil? Donde lhe vem o dizerem, o Brasil é nosso? Por que nasceram lá? Também lá nasceram os índios. Por que descendem de portugueses? Lá estão muitos europeus que não nasceram lá e que o habitam; será destes também o Brasil? Que direito têm os senhores brasileiros nascidos no Brasil para dizer aos europeus que se vão embora? O

---

<sup>69</sup> Ibid. Primeiro de Fevereiro de 1822.

mesmo direito têm os que lá estão. De quem é e de quem foi sempre o Brasil? Da nação inteira<sup>70</sup>.

É interessante destacar como Fernandes Tomás atacava a questão da diversidade presente na composição étnica e territorial do Brasil. É sugestivo lembrar os argumentos utilizados na representação proposta por Alcocer, deputado mexicano, nas Cortes de Cádiz, em que a diversidade presente nos territórios americanos legitimaria uma organização federativa do Estado ultramarino espanhol (BERBEL & MARQUESE, 2005, s/p).

Essas estratégias argumentativas mostravam a preocupação da ala formada, principalmente, pelos líderes da Revolução do Porto, em não perderem de vista a restauração de Portugal enquanto entreposto do império ultramarino, inclusive, desqualificando qualquer discussão que pudesse dar foco a uma “questão brasileira” no plenário.

Ao rebater as críticas do deputado português Fernandes Tomás, líder da Revolução do Porto, acerca da organização do Judiciário, Lino Coutinho usou o exemplo da reforma realizada no Estado Ultramarino Britânico, onde as colônias africanas e asiáticas, segundo ele, “tinham a maior liberdade e se uniam à Corte para aprovar as decisões locais”<sup>71</sup>. Cipriano Barata ainda complementou o argumento afirmando: “Pode-se estar unido com trezentos tribunais de justiça”<sup>72</sup>.

Além do Judiciário, o reforço do poder local era defendido pelos baianos também na questão de se compor instâncias administrativas nas províncias que tivessem suas autonomias respeitadas, e que pudessem atender a apelos locais que, na visão dos parlamentares da Bahia, seriam importantes para a construção da relação de lealdade local para com a constituição e a monarquia.

Além de Lino Coutinho, Agostinho Gomes, Cipriano Barata e Domingos Borges, outro deputado baiano também era defensor de um modelo administrativo baseado nas organizações locais, era Marcos Antônio que defendia que era preciso “uma comissão para cada porto do Brasil”<sup>73</sup>.

Marcos Antônio defendia que o judiciário, além de ter autonomia local, deveria estar sujeito à fiscalização do poder executivo. O projeto de Marcos Antônio mostra que, até mesmo em relação ao federalismo, haviam clivagens dentro da bancada baiana.

Se por um lado, para a maioria dos federalistas baianos a autonomia do judiciário seria peça chave para a constituição de um poder local autônomo, com sua independência

---

<sup>70</sup> Ibid. Sessão de 1º de julho de 1822.

<sup>71</sup> Ibid.

<sup>72</sup> Ibid.

<sup>73</sup> Ibid. Sessão de 10 de Janeiro de 1822.

provincial na revisão de processos e fiscalização das atividades, para Marcos Antônio, o executivo deveria ter papel de ingerência sobre o judiciário, inclusive, julgando suas práticas para com a população da comunidade local.

É possível imaginar que Marcos Antonio compreendesse o quanto decisões judiciais que eram deixadas, exclusivamente, nas mãos de desembargadores portugueses, haviam prejudicado negociantes e fazendeiros baianos, como foi o caso dos conflitos da Alfândega. Sendo assim, um conselho executivo local poderia garantir que o peso da balança da justiça fiscal, por exemplo, não pendesse tanto para o lado dos contratadores.

Além disso, na concepção de Marcos Antônio, cada porto do lado americano poderia exercer o papel de entreposto, até porque, portos como o de Salvador, Recife e Rio de Janeiro já possuíam uma conexão frequente com os portos africanos devido à dinâmica do tráfico negreiro onde também estava agregada a exportação de tabaco.

Sem esquecer que a colocação de Marcos Antônio possuía um nexos com a reivindicação, por parte do Senado da Câmara da Cidade da Bahia, no tocante ao melhoramento de suas atividades econômicas e vias de escoamento da produção, defendendo, inclusive, a superação do *status* colonial através desse tipo de medida que, de certa forma, constituiriam uma sustentação melhor para o funcionamento de estruturas locais que fortaleceriam a sua esfera de poder.

A questão da formação de uma elite letrada na província da Bahia que entendesse das questões relacionadas à economia política, também foi um tema explorado pela deputação baiana para poder se valer do seu capital simbólico junto às Cortes portuguesas. Na Comissão de Fazenda das Cortes de Lisboa, que era a responsável por analisar pedidos, por parte de parlamentares, relacionados às questões econômicas do Império, foi apresentada uma indicação de Marcos Antonio de Sousa solicitando:

[...] que na Bahia com a possível brevidade se estabeleça uma cadeira de ensino público desta importante ciência [economia política]. Não é novo este estabelecimento porque já em 1808 Sua Magestade criou uma cadeira na cidade do Rio de Janeiro, nomeando o Doutor José da Silva Lisboa, hoje conselheiro do Conselho da fazenda<sup>74</sup>.

Um interessante ponto sobre a proposta do deputado Marcos Antonio a ser destacado, foi que um decreto, transformado em lei na data de 12 de janeiro de 1822, quase um mês antes da leitura da indicação, tornou extintas as academias de Marinha e Belas Artes

---

<sup>74</sup>PORTUGAL. **Diário das Cortes Gerais**. Sessão de nove de fevereiro de 1822, p. 128.

instaladas no Rio de Janeiro (BANDEIRA, 2000, p. 385-386) que abrigavam cadeiras, como a pedida por Marcos Antonio Sousa à Bahia.

Vale ressaltar que, segundo o historiador Moniz Bandeira, o referido decreto também retirava outras instituições do Rio de Janeiro, dentre elas, os tribunais onde eram realizadas as análises de processos jurídicos (BANDEIRA, 2000, p. 385-386). Ainda segundo o historiador baiano, essa atitude das Cortes sinalizava a retirada de *status* emancipatório do Brasil (2000, p. 386). Entretanto, também é possível verificar que havia um movimento por parte dos deputados portugueses que, assim como os baianos, desejavam não ter um ambiente de Corte e uma centralização administrativa concentrada no Rio de Janeiro.

Dentre as expressões de federalismo, é possível destacar a defesa do deputado Marcos Antonio, na data de nove de fevereiro de 1822, acerca da autonomia de poderes de Estado, a serem constituídos localmente nas províncias do ultramar, para que “na Constituição seja autorizada à Junta Provincial, Senado Governativo, ou comissão de poder executivo para suspender os juízes, que delinquem em seus ofícios, ou oprimem os desvalidos”<sup>75</sup>.

E no caso do monarca, este seria apenas participado da decisão do executivo provincial “na primeira embarcação que sair do porto da província”<sup>76</sup>. A fala de Marcos Antonio também evidenciava que a situação portuária privilegiada para com as rotas no Oceano Atlântico era condição imprescindível, dentro do seu projeto de organização do executivo, para o exercício da autonomia; o que poderia ocasionar uma influência de províncias como a Bahia e Pernambuco sobre aquelas em que a navegação era de cabotagem, o que reforçaria o papel de províncias, como as mencionadas, na estruturação de um pacto político entre as unidades administrativas que pudesse sustentar uma igualdade de *status*. Porém, aquelas que não possuíam portos de relevância para o ultramar português acabariam se tornando dependentes.

Segundo José Carlos Chiaramonte, os textos constitucionais das Cortes espanholas e das províncias do Império, bem como das comunidades que reivindicaram independência e rompimento com os espanhóis europeus, expressavam embates que manifestaram identidades políticas como a de “espanhol da América” e a de “rio-platense” (CHIARAMONTE, 1989).

A constituição dessas identidades coletivas teve uma materialidade histórica nas discussões sobre o pacto federativo e reivindicação por parte dos *criollos*, que eram as lideranças locais nascidas em solo americano e que controlavam as municipalidades espanholas na América, de reforço e autonomia do poder local (CHIARAMONTE, 1989).

---

<sup>75</sup> Ibid. Sessão de nove de fevereiro de 1822, p. 172.

<sup>76</sup> Ibid.

Esse poder local *criollo* poderia significar mais liberdade econômica e de ação na gestão do poder financeiro e político nas localidades da América para as suas lideranças que desejavam se equiparar aos europeus no domínio dos negócios ultramarinos e do Estado.

Em 1810, quando se iniciaram os debates nas Cortes de Cádiz na Espanha, o tráfico negreiro e a instituição da escravidão já eram pautas da agenda internacional, e o questionamento às suas práticas, segundo Antonio Penalves Rocha, basearam o surgimento de um ideário que sustentou o estabelecimento do trabalho livre como sendo aceito de forma universal nos mundos europeus e americanos (2000, p. 38).

Mesmo tendo permanecido nas sociedades americanas ao longo do século XIX, a escravidão passou a sofrer críticas, e, na Europa, era identificada à servidão. Consequentemente, era um empecilho à universalização dos direitos sociais (ROCHA, 2000, p. 38).

Os deputados liberais espanhóis, por exemplo, imbuídos do ideário liberal econômico, acreditavam que a extinção do tráfico de africanos melhoraria de forma gradual a produção agrícola nos territórios americanos<sup>77</sup>. O exemplo recorrente que era usado como justificativa era a do Império Ultramarino Britânico<sup>78</sup>.

Para uma determinada ala dos deputados americanos em Cádiz, dentre eles, destacou-se o parlamentar mexicano Guridi y Alcocer, representante dos proprietários agrícolas da América Espanhola do Norte, havia uma relação entre reconhecer a diversidade constituída pela presença indígena e africana nos territórios americanos, no tocante a uma definição de cidadania que os incluísse, e o fortalecimento do poder provincial, pois este se basearia no fortalecimento dos laços de lealdade que constituiriam as comunidades espanholas na América<sup>79</sup>.

A proposta de Alcocer concebia que as costas marítimas do Império Espanhol deveriam ser integradas para que as províncias fossem unidas e tivessem suas autonomias respeitadas, inclusive, na composição de suas diversidades.<sup>80</sup> Para Alcocer, o pacto político que formaria a composição do Estado Ultramarino Espanhol deveria se basear em um modelo federalista<sup>81</sup>.

---

<sup>77</sup> ESPANHA. Documentos de que hasta ahora se compone el expediente que principiaron las Cortes Extraordinarias sobre el tráfico y esclavitud de los negros, p. 229-230.

<sup>78</sup> Ibid.

<sup>79</sup> Ibid. **Diários das Sessões das Cortes de Cádiz.** Sessões entre quatro e 14 de setembro de 1811. É preciso frisar que a indicação dos documentos referentes às Cortes de Cádiz se deve, em grande medida, aos estudos de Marcia Berbel e Bivar Marquese.

<sup>80</sup> Ibid.

<sup>81</sup> Ibid.

Por mais que não houvesse uma relação direta da bancada baiana com a experiência pioneira de Cádiz para com o constitucionalismo ibérico, a deputação da província compartilhava de um ideário em comum com as propostas colocadas acima, que representavam interesses de lideranças políticas do ultramar espanhol.

E no caso do projeto de Marcos Antonio, este visava uma ampliação da esfera de poder local, de tal forma, que até mesmo a fiscalização de juízes estaria a cargo das autoridades locais competentes que seriam reunidas em conselhos. Havia no entender do deputado baiano a ideia de que os conselhos não funcionariam enquanto instâncias locais do poder legislativo, mas sim, exerceriam o poder executivo no ultramar.

Marcos Antonio, inclusive, defendia que a própria Junta de Governo exercesse, de forma colegiada, naquele momento, as funções do executivo na província, e seu discurso ainda encontrava ancoragem no de Cipriano Barata que protestava em relação à promoção de oficiais realizada por iniciativa da Junta Provisória de Governo:

Eu admiro de ver neste congresso argumentar com questões de nomes, e jogo de palavras, como os estudantes nas aulas em sabatina; aqueles oficiais foram criados para defenderem esta Constituição e este Congresso, o qual já aprovou a promoção: e como é que pretende agora destruí-la?<sup>82</sup>

Marcos Antonio Sousa, ainda explorando esta discussão, procurou argumentar que não era uma afronta ao monarca o exercício do poder administrativo por parte de instâncias locais, pois elas teriam raízes nas Ordens Régias que orientavam a administração do Estado na Bahia, ainda sob o regime de Capitania Geral que colocava o comando da capitania como sendo representante do monarca:

No registro das ordens regias também se acha outra que comete aos generais da Bahia nomear ouvidores para as comarcas do seu respectivo distrito, quando vagas seja. Ninguém duvida que só o Monarca pode nomear magistrados, eis aqui não só o poder de agraciar, como também de nomear sujeitos para exercer as magistraturas, cometido aos governadores da Bahia. Assim fica dissolvida a dúvida proposta da indivisibilidade do poder executivo<sup>83</sup>.

Assim, o deputado baiano colocava que a descentralização administrativa não era uma realidade totalmente estranha ao Estado Português na América, mas que, com o governo constitucional, essa administração do executivo nas províncias seria realizada por órgãos colegiados.

---

<sup>82</sup> PORTUGAL. **Diário das Cortes de Lisboa**. Sessão de 12 de Março de 1822, p. 458.

<sup>83</sup> Ibid. Sessão de 13 de Fevereiro de 1822, p. 172.

Outra instituição importante para o pacto político era o Conselho de Estado. Órgão que, na visão de Domingos Borges, deveria ser representativo do *status* igualitário que as províncias deveriam gozar com a monarquia constitucional. Domingos Borges discursava que: “Tendo em consideração o que por este augusto Congresso foi deliberado a respeito dos Conselheiros de Estado, cumpre fazer a presente indicação, para que os membros do supremo tribunal de justiça sejam em igual número de Portugal, e do Brasil”<sup>84</sup>.

A colocação do deputado baiano logo sofreu respostas por parte de deputados portugueses que atacavam afirmando que, para eles, não era necessário existir uma representação provincial no Conselho de Estado. Leite Lobo, por exemplo, frisava que nem o Conselho e nem os magistrados deveriam representar localidades causando um excesso de magistrados.

Leite Lobo argumentou que “Sejam quais forem as atribuições do tribunal, é uma coisa inteiramente alheia da Constituição, que nela se determinem que os empregados pelo poder executivo sejam tantos da província de Traz dos Montes, tantos do Minho, tantos da Bahia, etc”<sup>85</sup>.

Um possível excesso e inchaço no número de membros do tribunal supremo também era colocado nessa discussão que, como pano de fundo, estava a possibilidade de tirar das mãos dos poderes centrais, seja Lisboa ou Rio de Janeiro, a condição de exercerem exclusivamente o comando e a ingerência do funcionamento fiscal, produtivo e administrativo de todas as províncias.

O deputado português Bastos também argumentava que, “quanto menos magistrados melhor; um tribunal supremo no Brasil, outro aqui não me parece admissível. Assento que deve haver um só tribunal supremo de justiça, e que este se componha metade de membros do Brasil e metade de Portugal”<sup>86</sup>.

Na fala desse deputado havia uma concepção baseada na ideia de “Reino Unido”, colocando ambos os hemisférios do ultramar como equivalentes na representação de magistrados. Essa concepção tanto possibilitou articulações entre bancadas, como também provocou divergências de concepções em torno do pacto político.

---

<sup>84</sup> Ibid.

<sup>85</sup> Ibid.

<sup>86</sup> Ibid.

### 3.3 Divergências na bancada

Havia também uma identificação da bancada baiana para com a maioria das demais do Norte do Brasil que ali estavam representadas. Segundo Márcia Berbel, a experiência acumulada nos acontecimentos de 1817 conferiu uma identidade que aproximou os deputados pernambucanos, cearenses, paraibanos e, no caso dos baianos, provocou um racha (1999, p. 81). Exemplo disso era a situação do Marechal Luís Paulino de Oliveira França que o singularizava em relação ao restante da bancada, em que o mesmo se colocou em oposição aos seus conterrâneos desde as primeiras discussões em plenário, fato este que evidenciava mais ainda a experiência da Revolução de 1817, pois o mesmo marechal baiano havia sido um dos líderes das tropas que reprimiram o governo republicano rebelde através de destacamentos que partiram da Bahia (BERBEL, 1999, p. 81).

Esse racha, onde o deputado Luís Paulino apareceu como protagonista, opondo-se aos projetos federalistas, expressou-se em discursos como o proferido em 31 de janeiro de 1822, em que o Marechal sustentou que “As províncias do Brasil não querem representar como confederação; o que querem é formar um Reino Unido”<sup>87</sup>.

A ideia de “confederação” que nos remete ao modelo aplicado no pacto político estadunidense, assim como na república norte americana, colocava as unidades territoriais, a exemplo das províncias do ultramar português, como sendo os pilares da formação do Estado.

A ideia de “Reino Unido”, no que podemos observar, assim como estava expresso nos discursos do Senado da Câmara da Bahia e da Junta de Governo, retratava a rejeição de qualquer proposta que pudesse se assemelhar a uma experiência republicana, mesmo que fosse aplicada a uma monarquia constitucional.

Para o Luís Paulino, a noção de lealdade à monarquia e à condição de súdito parece ter um lugar central em seu discurso, em especial, no que se refere à sua visão em relação ao pacto político a ser construído. Uma visão que nos parece divergente em relação a uma boa parte da bancada, dentre as vozes dissonantes a Luís Paulino, podemos destacar os já mencionados Lino Coutinho, Domingos Borges, Cipriano Barata, Agostinho Gomes e Marcos Antonio Sousa.

Inclusive, Luís Paulino negou a existência de diversidades nos territórios ultramarinos, argumento utilizado pelos federalistas baianos, e também por deputados do ultramar espanhol nas Cortes de Cádiz, na Espanha, para sustentarem projetos de organização

---

<sup>87</sup> Ibid. Sessão de 31 de janeiro de 1822, p. 63.



autonomista para as províncias americanas. Luís Paulino afirmava que “No Brasil há grandes distâncias, mas também não há a multiplicidade de pleitos que há em Portugal [...]. Que para o Brasil se busque toda a possível igualdade com este Reino”<sup>88</sup>.

Sendo assim, na concepção de Luís Paulino, podemos observar que as unidades administrativas que deveriam ser pilares na formação do pacto político são o Brasil e Portugal, a seu ver, o Brasil poderia ser considerado uma formação política suficientemente sólida para isso.

A historiadora Márcia Berbel também salienta que, mesmo havendo afinidade entre as bancadas do norte do Brasil, os baianos se opuseram às propostas “vintistas” aprovadas para a organização do Estado no Brasil, mesmo que tivesse apoio dos pernambucanos (1999, p. 81).

O deputado baiano Cipriano Barata, por exemplo, levantou várias contraposições que efetivavam uma concepção de organização de uma nação portuguesa assentada num pacto federalista (BERBEL, 1999, p. 81). Barata colidiu de forma direta com as concepções integracionistas que colocavam a nação portuguesa como sendo indivisível, que eram defendidas por deputados oriundos de Portugal (BERBEL, 1999, p. 81).

Havia certa conexão entre as propostas defendidas por Barata e a bancada paulista, que chegou às Cortes de Lisboa com um programa definido, em que o deputado Antonio Carlos Andrada e Silva foi o principal mentor (BERBEL, 1999, p. 81).

Os paulistas defendiam a organização de um império luso-brasileiro, permanecendo os *status* de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, proposta esta que colidia com o nacionalismo da deputação portuguesa (BERBEL, 1999, p. 81).

A delegação paulista viu a necessidade de dialogar com as bancadas do Norte e, a liderança exercida por Antônio Carlos Andrada e Silva, que havia participado da Revolução Pernambucana de 1817, era a mais adequada para estabelecer esse canal (BERBEL, 1999, p. 81).

Nessa articulação, a deputação baiana era uma peça chave, por conta de representarem uma das províncias economicamente mais importantes, que guardava relevância em seu porto para as relações comerciais no Atlântico, bem como influenciava o posicionamento das outras províncias, e não apenas as do norte do Brasil.

Essas identificações entre as bancadas, em oposição às propostas de centralização política dos deputados integracionistas portugueses, suscitavam discussões em torno da

---

<sup>88</sup> Ibid.

natureza política do Brasil, principalmente, no que dizia respeito à tradição de seu corpo político na formação do Império Ultramarino Português.

Havia certo consenso entre os deputados da Bahia de que o Brasil, em si, não formava uma unidade administrativa coesa que pudesse ser imaginada como sendo à parte de Portugal. Essa concepção era tão consensual para os federalistas, tributários da ideia de artificialidade do Estado, quanto para o Luís Paulino.

Para o deputado Lino Coutinho, o Brasil era uma entidade política constituída em tempo recente, “literalmente foi concebido pelo imortal D. João VI”<sup>89</sup>. Outro deputado baiano, Domingos Borges afirmou que o objetivo dos parlamentares ali reunidos era “fazer uma constituição para a nação portuguesa, esta que se acha espalhada mais que outra alguma em todo universo”<sup>90</sup>. Outra voz parlamentar baiana que coadunava com a ideia de um Brasil parte da nação portuguesa era a de Luís Paulino ao afirmar que as províncias americanas eram “verdadeiramente uma continuação de Portugal”<sup>91</sup>.

Jancsó e Pimenta observaram que, Lino Coutinho, uma das vozes mais eloquentes no parlamento, expressava a percepção de que o Brasil não possuía uma tradição política enquanto entidade para conferir uma uniformidade às províncias (JANCÓS & PIMENTA, 2000, p. 166).

O discurso de Coutinho colocava em plenário a ideia de que cada província deveria ter uma determinada autonomia respeitada, pois constituíam diversas realidades políticas e econômicas que embasavam diferentes projetos políticos gestados por seus representantes.

É interessante destacar como Lino Coutinho buscou uma conceituação para definir a soberania da diversidade entre as províncias. O deputado baiano ainda defendia a tese que as “Províncias são outros reinos que não tem ligação uns com os outros, não conhecem necessidades gerais, cada uma com suas leis particulares de municipalidades”<sup>92</sup>.

Ao conceituar as províncias como “reinos”, Coutinho enfatizava o elo do poder do monarca com as possessões na América que tradicionalmente as províncias exerceram, inclusive, quando eram capitanias. Ou seja, o argumento de Coutinho frisava que, enquanto instrumento de ordem política, as províncias gozavam de mais tradição que o próprio Brasil, sendo assim, o deputado baiano demarcava como, para ele, ex-integrante da Junta Provisória de Governo da Bahia, deveria se pautar a constituição dos laços de lealdade do Reino Unido: no poder local das instâncias administrativas das províncias.

---

<sup>89</sup> PORTUGAL. **Diário das Cortes Gerais**. Sessão de três de julho de 1822.

<sup>90</sup> Ibid. Sessão de 25 de Julho de 1822.

<sup>91</sup> Ibid. Sessão de primeiro de Julho de 1822.

<sup>92</sup> Ibid. Sessão de seis de março de 1822.

Dentro da sua lógica de argumentação, a subordinação das províncias americanas ao poder sediado no Rio de Janeiro também era questionada, além do fato de a mudança da sede do vice-reinado para o Rio de Janeiro em 1763 nunca ter agradado as elites da Bahia (JANCSÓ & PIMENTA, 2000, p. 167), para as províncias do norte, era como se a Corte do Rio de Janeiro constituísse uma centralização na relação de poder prejudicial ao seu *status* político e econômico, em que a autonomia provincial iria torná-los mais livres da intransigência fiscal e burocrática do governo centralizado no Rio de Janeiro. Lino Coutinho defendeu que era preciso “nivelar a antiga Corte do Rio de Janeiro com todas as mais províncias do Brasil”<sup>93</sup>.

Vê-se nas falas de Lino Coutinho, corroboradas pelas de Domingos Borges, que, para eles, havia uma diferença fundamental em relação a Luís Paulino no que dizia respeito ao laço entre Brasil e Portugal: o peso das províncias no pacto político.

Se para o Marechal, a ideia de união entre dois reinos era a base essencial do laço político entre a porção europeia e a americana da comunidade ultramarina, para Coutinho e Domingos, um arranjo igualitário entre as províncias, tanto no que dizia respeito à administração, quanto às finanças e à representatividade, é que deveria pautar a formação da monarquia constitucional. As províncias seriam representantes da lealdade com o rei e com o parlamento.

De acordo com Jancsó e Pimenta, por mais que não se enxergassem dessa forma, os representantes das províncias portuguesas na América eram denominados pela imprensa lisbonense e pelos parlamentares de Portugal como sendo “Brasileiros” (2000, p. 167).

Tanto a imprensa como os parlamentares europeus não identificava os deputados americanos como pertencentes ao Reino Unido do Brasil, mas sim, como representantes do ultramar português no Brasil (JANCSÓ & PIMENTA, 2000, p. 167). Jancsó e Pimenta explicam que, com o decorrer dos trabalhos parlamentares, as identidades provinciais dos deputados do Brasil foram dando lugar a horizontes mais amplos, à medida que os interesses entre as províncias americanas iam se conectando e chocando com os das representações portuguesas e embasando a construção concreta de uma identidade política brasileira (JANCSÓ & PIMENTA, 2000, p. 167).

Ao confrontar os deputados portugueses, Lino Coutinho colocou que “o Brasil é um reino bem como Portugal; ele é indivisível e, desgraçados daqueles que tentarem contra a sua categoria e grandeza, desmembrando suas províncias para aniquilá-lo”<sup>94</sup>.

---

<sup>93</sup> Ibid. Sessão de 29 de Dezembro de 1821.

<sup>94</sup> Ibid. Sessão de três de Julho de 1822.

Esse deslocamento em relação à identidade política dos deputados baianos se deu, principalmente, com a chegada da bancada paulista com seu projeto político que previa, na organização estatal do Império, uma orientação pela manutenção do sistema escravista em terras americanas (JANCSÓ & PIMENTA, 2000, p. 170).

A identificação entre os projetos políticos dos parlamentares do norte do Brasil, em especial os baianos, e de São Paulo reforçou a polarização entre a deputação do Brasil e de Portugal, dessa forma, uma aliança mais sólida entre as províncias do Brasil passou a ser considerada pelos representantes americanos (JANCSÓ & PIMENTA, 2000, p. 170).

Além dessa identificação com os negócios relacionados direta ou indiretamente com o tráfico negreiro, o Brasil passou a ser encarado pelo Lino Coutinho, por exemplo, como uma formação política capaz de agregar o arranjo igualitário do pacto político entre as províncias frente a um avanço das propostas portuguesas que acabavam sinalizando uma centralização política que subordinaria as Juntas de Governo do Brasil.

Duas instituições foram fundamentais para o assentamento das afinidades de projeto político entre as deputações americanas e o acirramento nos debates com a deputação portuguesa: A escravidão e o judiciário. Ambas eram sustentáculos da organização territorial, política e econômica do ultramar português.

A questão da escravidão, bem como do tráfico que a reproduzia, provocou discursos contraditórios por parte de deputados baianos, como o já mencionado projeto de extinção do tráfico negreiro que havia sido defendido por Domingos Borges.

Jancsó e Pimenta argumentam que, mesmo silenciando o fato, a deputação baiana estava limitada ao seu perfil escravocrata, pois representavam uma elite econômica que dependia diretamente do trabalho escravo e, além disso, pertenciam a uma comunidade onde a escravidão era uma instituição amplamente aceita como legítima, desde pelos estratos mais abastados da província, passando pelas camadas mais subalternas (JANCSÓ & PIMENTA, 2000, p. 170).

Essa situação contraditória entre defender princípios liberais, dentre eles, criticar a escravidão, e, ao mesmo tempo, sustentar um modelo de formação do Estado ultramarino em que a integração e autonomia de importantes zonas portuárias seriam sustentáculos dessa articulação estatal, gerava discursos como o de Lino Coutinho que, quanto à questão da escravidão, afirmou que era “preciso que eu faça um manifesto nesse Congresso, e vem a ser, que sempre tive horror à escravidão, apesar de ser Brasileiro”<sup>95</sup>.

---

<sup>95</sup> Ibid. Sessão de 17 de abril de 1822.

Assim como em Cádiz, no caso da deputação liberal representante do ultramar espanhol, os deputados liberais americanos em Lisboa, imbuídos do ideário liberal econômico, apesar de serem contra a escravidão e acreditarem no ideal da universalização do trabalho livre, sabiam que a realidade escravocrata do senhorio agrário do Brasil deveria ser contemplada.

As correspondências recebidas pela Junta Provisória de Governo davam conta da existência de fugas de “escravos [...], que vivem em quilombolas no centro destas Matas”<sup>96</sup>, como aconteceu na vila de Valença, importante passagem entre o Recôncavo Baiano e o sul da Província. As fugas também eram fatos reproduzidos pela escravaria de outras vilas no Recôncavo.

Dentre as instituições chave para a constituição do pacto social político do que seria a monarquia constitucionalista portuguesa no ultramar, a escravidão teve uma influência significativa na apropriação do pensamento liberal por parte das lideranças políticas das províncias do Brasil.

O que parecia contraditório diante a instituição do trabalho livre enquanto valor universal para o liberalismo econômico, para o intelectual Alfredo Bosi, não era, pois, segundo o autor, a liderança política e econômica das províncias brasileiras, formada por proprietários escravocratas, entendia o ser liberal enquanto um “conservador das liberdades” (1992, p. 199).

Dentre as liberdades a serem conservadas, estavam aquelas conquistadas pelas camadas dominantes locais das províncias portuguesas na América após o processo de emancipação política iniciado com a chegada da Família Real portuguesa em solo americano em 1808, dentre elas, a de “produzir, vender e comprar [...] representar-se politicamente [...] na categoria de cidadão qualificado” (BOSI, 1992, p. 199-200).

O direito inviolável à propriedade privada também era uma liberdade conquistada e que deveria, na concepção do senhorio agrário americano, ser defendido pela carta constitucional, para isso, o poder judiciário local forte e autônomo era fundamental, em especial, por conta dessa diversidade que a propriedade escrava, base das atividades produtivas garantidoras dos privilégios do senhorio agrário e dos comerciantes portugueses que usufruíam dos portos luso-americanos, representava para a organização social das províncias americanas. Diante disso, a coação jurídica sobre o trabalhador escravo era uma liberdade elitista a ser conservada (BOSI, 1992, p. 200).

---

<sup>96</sup> APEB. Seção Colonial. Maço 637. 25 de Dezembro de 1821.

Por serem desprovidos de liberdade, os escravos constituíam uma parcela considerável da população fora do pacto político que formava a nação portuguesa. Mas vale destacar que a escravidão assentava diferentes graus de liberdade e diferentes visões em relação a ela. Em especial, a condição de liberto, que era um ser que possuía uma situação intermediária entre a escravidão e a liberdade, tornava a definição desta última mais complexa. A mestiçagem e a diferença entre o negro nascido no Brasil e o nascido na África também eram elementos problematizadores na definição do estatuto da cidadania no Império Português.

De acordo com o deputado Cipriano Barata, “mulatos, cabras, e crioulos; os índios, mamelucos, e mestiços” eram “gente todas nossas são portugueses e cidadãos muito honrados e valorosos”, bem como, segundo o liberal radical, a Constituição deveria reconhecer os “filhos de portugueses, ou de brasileiros, ainda que ilegítimos, de qualquer cor ou qualidade, nascidos no reino do Brasil; e mesmo todos os crioulos e libertos”<sup>97</sup>.

Essa concepção democrática e radical de Cipriano Barata no que dizia respeito à inclusão negra e indígena à cidadania portuguesa sofreu oposição dentro da própria bancada baiana, especificamente, de Luís Paulino.

O marechal e senhor de engenho no Recôncavo havia deixado sua esposa, Dona Bárbara Garcez, cuidando da família e dos negócios na Bahia, ela sempre lhe mandava cartas que contavam os problemas vivenciados na capital baiana e no Recôncavo, dentre eles, as dificuldades em se tocar os negócios diante a crise financeira que a economia açucareira sofria na Bahia no início da década de 1820 e o momentâneo descontrole sobre a escravidão que deixava os senhores de engenho baianos em sinal de alerta (FRANÇA, 1971).

Dentre as subversões protagonizadas pela população escravizada na Bahia naquela época, figurava uma petição de escravos em Cachoeira que reivindicavam a liberdade, além disso, Dona Bárbara Garcez, assim como todos os senhores de engenho da Bahia, temia pela recepção dos ideais liberais radicais por parte dos negros (FRANÇA, 1971, p. 20-55).

Evidentemente, Luís Paulino não recebia essas notícias com naturalidade, e elas motivavam o reforço de sua posição ideologicamente senhorial no que dizia respeito à amplitude social e étnica dos critérios de cidadania.

Em contraposição à opinião de Barata, Luís Paulino argumentou que “pelo que disse um ilustre Deputado, que não sabe fazer distinções de cores; eu sei fazer essas distinções; o

---

<sup>97</sup> PORTUGAL. *Diários das Cortes de Lisboa*. Sessão de 13 de Agosto de 1822.

que não sei fazer é distinção do merecimento quando ele está em branco, no negro ou no pardo”<sup>98</sup>.

Essa situação, ao mesmo tempo que pressionava politicamente a Junta Provisória de Governo da Bahia quanto a atender aos interesses do senhorio agrário, também alertava as lideranças políticas da província o quanto os escravos, principalmente os nascidos no Brasil, haviam sido tocados pela experiência constitucional.

A deputação paulista se encontrava da mesma forma, não somente devido a se sentirem deslocados em relação aos portugueses, mas, sobretudo, pela possibilidade de encaixarem seus projetos de organização do Estado. Baianos e paulistas procuraram se articular em torno da ideia de convencerem o príncipe regente no Brasil a convocar uma Assembleia Constituinte em solo americano (BERBEL, 2008, p. 242).

A ideia sustentada pelos paulistas, em especial, Antonio Carlos Andrada, era a defesa de uma união das províncias através do poder executivo que, em terras americanas, seria delegado ao príncipe D. Pedro (BERBEL, 2008, p. 242). Esse projeto de Antonio Carlos Andrada consistia também em formar três assembleias legislativas instaladas, respectivamente em Portugal e outra no Brasil, sendo que a terceira ainda seria decidida a instalação e teria um papel de unificar os textos constitucionais (BERBEL, 2008, p. 242).

Antônio Carlos, ao procurar argumentar sobre seu projeto constitucional, também rebateu o conceito integracionista de “união”, procurando ressignificá-lo na sua proposta para resolver os impasses presentes entre a deputação portuguesa e as do Brasil:

O Brasil chamou antigamente de união à união de um só Poder Executivo, e Legislativo, não é hoje esta ideia que ele associa ao nome união: hoje chama união apenas aos que outros, chamam separação, isto é, união somente do Poder Executivo em ambos os Reinos. O que ele pretende é ser nação separada, sujeita porém ao mesmo executivo, isto é o que consta todos os atos públicos, e consta de todas as explicações dadas pelos procuradores.<sup>99</sup>

Não obtendo sucesso, alguns deputados de São Paulo e da Bahia romperam com as Cortes de Lisboa e foram para um exílio na Inglaterra. Lá procuraram, em articulação com o príncipe D. Pedro e o jornalista Hipólito da Costa, formular um discurso que justificasse, para as suas províncias, o rompimento com as Cortes de Lisboa.

---

<sup>98</sup> Ibid. Sessão de 13 de agosto de 1822.

<sup>99</sup> Ibid. Sessão de 19 de Setembro de 1822.

### 3.4 Rompimento com as Cortes de Lisboa

Em manifesto assinado pelos deputados Cipriano Barata de Almeida, Francisco Agostinho Gomes e José Lino Coutinho, representantes da Bahia, além de Antônio Manuel da Silva e Diogo Antonio Feijó, representantes de São Paulo, os então ex parlamentares justificaram o seu rompimento com as Cortes de Lisboa. No texto, os autores informaram as seguintes identidades políticas: “Desde que tomaram assento no Congresso de Portugal, lutando pela defesa dos direitos e interesses de sua pátria, do Brasil e da Nação em geral”<sup>100</sup>.

Segundo István Jancsó e João Paulo Pimenta, o pertencimento dos deputados era em relação às suas respectivas províncias, em especial, o termo “pátria”, que era o lugar de origem, era, segundo os historiadores, a província que havia lhes elegido (2000, p. 129-130). Os autores também frisam que o “Brasil” era uma referência muito mais ao continente americano em que estavam situadas as províncias que representavam (JANCSÓ & PIMENTA, 2000, p. 129-130).

Entretanto, é sugestivo que o “Brasil”, naquele discurso, já pudesse representar a viabilidade de um corpo político que unisse as províncias em um projeto constitucional que seria integrado à carta magna da nação portuguesa. Por mais que isso ainda fosse um projeto a ser realizado, o Brasil já poderia ser um corpo político com algum significado.

Segundo João Paulo Pimenta, a ideia de “Brasil” estava sendo reconfigurada nos discursos do *Correio Braziliense*, que tratava o Brasil como uma unidade política complementar a Portugal, concepção esta que tinha sua origem no reformismo monárquico português da segunda metade do século XVIII (2006, p. 76).

Além disso, o periódico veiculava textos que abordavam acontecimentos que se desenrolavam no Brasil e nas possessões espanholas na América, o que tornava o *Correio Braziliense* um meio de informação para os processos emancipatórios que aconteciam, inclusive, nas regiões da bacia do Rio da Prata.

Pode-se conceber, por exemplo, a maneira como o conceito de “braziliense” estava presente no título do jornal. O sufixo “ense”, assim como “rio-platense”, dentre outras designações, já estava sendo utilizado, naquele momento histórico, como terminologia para identidades políticas. Assim como o próprio Cipriano Barata já havia experimentado no ideário contestatário ao absolutismo monárquico em 1798 na Conjuração Baiana o termo

---

<sup>100</sup>CORREIO BRAZILIENSE. **Declaração de alguns deputados pelo Brasil, nas Cortes de Portugal, que de Lisboa passaram à Inglaterra.** Novembro de 1822, p. 531.



“bahienso” que designava, nos pasquins que divulgavam as ideias do movimento, a identidade dos que faziam parte da comunidade a qual os pasquins eram dirigidos.

No caso específico de Cipriano Barata, a sua trajetória política, mesmo como liderança parlamentar, não deixou de expressar o seu liberalismo radical, ainda que defendesse, como seus colegas de bancada, a monarquia constitucional. Porém, a sua experiência política de rebeldia, que remontava à Conjuração Baiana, foi mais uma vez colocada em prática ao romper com as Cortes de Lisboa que, na sua intransigência para com os representantes de províncias do Brasil, mostrava-se, à concepção radical de Barata, como uma experiência conservadora e que não satisfazia à ideia de um regime político contratualista.

É preciso salientar que, uma das principais razões para o acirramento entre as bancadas do Brasil e de Portugal foi a ampliação do efetivo militar português na Bahia, apoiada por forte contingente da deputação lusitana, e que representava, sobretudo, a tentativa de garantir o estabelecimento de Lisboa como único centro de poder administrativo, sem respeitar, inclusive, a possibilidade de existirem instâncias administrativas no Brasil.

Luís Paulino, na sessão de 21 de maio de 1822 ao defender a manutenção das forças de defesa portuguesas em Salvador, sem a necessidade de reforços, questionou seus colegas parlamentares: “E que mãos está a força?”, afirmando logo em seguida que “está nas mãos das tropas europeias”<sup>101</sup>.

Em seguida, Lino Coutinho argumentou que “nem são estas medidas duras, e nem a remessa de tropas as que hão de consolidar a união do Brasil”<sup>102</sup>. Entendendo que as Cortes deveriam respeitar os poderes civis constituídos nas províncias, em especial, a Bahia, não as forçando a aderir um projeto de Estado baseado numa união entre os dois reinos forçada com comandos militares que apenas se dirigiriam à Lisboa.

Domingos Borges, coadunando com a opinião de Lino Coutinho, alegava a “falta de naturalidade” das tropas portuguesas na Bahia, pois “nenhum laço os prende a este país”, sendo que as forças lusitanas “não vestem a mesma farda que os do país”<sup>103</sup>. Era mais uma fala que expressava a visão de incompatibilidade de projetos políticos entre àqueles que defendiam um pacto baseado num entrelaçamento entre as províncias e a deputação lusa que queria garantir Lisboa como o centro dominante de poder político.

---

<sup>101</sup> PORTUGAL. **Diário das Cortes de Lisboa**. Sessão de 21 de Maio de 1822.

<sup>102</sup> Ibid.

<sup>103</sup> Ibid.

No projeto federalista o Brasil teria um papel importante, por ser o reino unido que concentrava a maior parte das províncias, sendo a Bahia o principal centro de poder que garantiria o laço que interligaria administrativamente o lado americano do Império.

Em primeiro de julho de 1822, quem lançou voz para criticar a defesa do Governo Militar na Bahia na figura do Brigadeiro Madeira de Melo por parte dos deputados portugueses foi Cipriano Barata, que, naquele dia, em plenário, afirmou que os deputados da Bahia “representam um país debelado, e governado militarmente pelo despotismo do Brigadeiro Madeira, contra o sistema livre constitucional; e ninguém deve duvidar que depois das expedições militares para a Bahia, os clamores da representação brasileira são vozes que clamam no deserto”<sup>104</sup>. Naquele momento, já estava em curso a Guerra de Independência na província e, na guerra de discursos em plenário, o cenário era de difícil acordo entre deputados da Bahia e de Portugal, em especial àqueles baianos que defendiam um arranjo político baseado na igualdade entre os reinos e as províncias.

Ainda no mês de julho, porém, agora no dia 20, Cipriano Barata clamou que “Os povos não podem mais sofrer: ninguém sabe que coisa é um governador de armas independente do governo civil”.<sup>105</sup> Mesmo alegando não conseguir diálogo com os deputados portugueses, o deputado baiano ainda insistia em argumentar que o governo de Madeira de Melo não era capaz de garantir o exercício do governo constitucional na Bahia, alegando que os militares portugueses estavam sendo “déspotas, insubordinados, insolentes e cruéis”<sup>106</sup>.

Em 22 de Julho de 1822, Cipriano Barata também passou a apelar para a situação do Recôncavo que, segundo o deputado, estava cercado por “um cordão de guerrilhas desde o Morro de São Paulo, Jiquiriçá, Nazaré, Aldeia, Iguaripe, Maragogipe, Cachoeira, Iguape, Santo Amaro, etc.”.<sup>107</sup> E ao mesmo tempo, argumentava que esse cerco colocava “as Tropas Europeias perdidas, porque a fome as há de entregar”<sup>108</sup>.

Cipriano Barata foi a voz da bancada baiana que mais se lançou combativa no sentido de trazer à tona a situação bélica da Bahia em plenário como uma forma de enfatizar o papel da província no compromisso constitucional do lado americano para com as Cortes de Lisboa. Esse posicionamento acompanhou Barata após seu rompimento com aquele congresso, mesmo estando fora da Bahia.

---

<sup>104</sup> Ibid. Sessão de 01 de Julho de 1822.

<sup>105</sup> Ibid. Sessão de 20 de Julho de 1822.

<sup>106</sup> Ibid.

<sup>107</sup> Ibid. Sessão de 22 de Julho de 1822.

<sup>108</sup> Ibid.

Enquanto isso, após o rompimento de parte significativa dos congressistas, a questão brasileira obteve algum espaço dentro das Cortes de Lisboa, através da iniciativa dos discursos dos deputados portugueses, durante a segunda legislatura em 31 de dezembro de 1822. Isso foi na Comissão de Infrações, onde foi discutida a situação dos deputados das províncias que foram reconhecidas oficialmente como dissidentes e rebeladas, dentre elas, a Bahia. Em relatório formulado naquela comissão, constava:

Lágrimas para contar [...] bastará dizer [...] que até os fins de Junho aos de Agosto passado todas as comarcas de que se a província compõem ficaram separadas da capital, e tudo estaria perdido, se o valor do General Madeira a não defendesse e sustentasse, como nos bons tempos de Portugal Antonio da Silveira, ou D. João de Mascarenhas as Ruínas de Diu<sup>109</sup>.

Havia a esperança por parte da comissão em confiar no brigadeiro Madeira de Melo, que comandava as tropas portuguesas na Bahia, em conseguir tomar a província para as mãos portuguesas. Perder a Bahia e, conseqüentemente, outras províncias que poderiam segui-la, significaria, para os deputados portugueses, uma desestruturação nos negócios ultramarinos e na própria experiência constitucional. Portugal, que já vivia uma crise econômica, tenderia a agravar a dificuldade financeira e a crise política.

### **3.5 A formação do Conselho Interino de Governo ao longo da Guerra de Independência na Bahia**

No mês de fevereiro de 1822, D. Pedro já havia realizado uma ação contra as forças que tentavam o seu regresso a Portugal, justamente, expulsando o General Português Jorge de Avilez (BANDEIRA, 2000, p. 389). Isso motivou que o brigadeiro Madeira de Melo, ao temer que o mesmo acontecesse ao seu Comando das Armas, realizasse a convocação de um Conselho Militar formado por comandantes responsáveis pelos corpos de primeira e segunda linha (BANDEIRA, 2000, p. 389).

Esses comandantes eram portugueses e juraram fidelidade a Madeira de Melo, tendo apoio do Esquadrão de Cavalaria (BANDEIRA, 2000, p. 389). Mas nem todas as forças de defesa lhe asseguraram apoio, pois as tropas de nascidos no Brasil, alocadas no Primeiro Regimento de Infantaria, Artilharia e Legião de Caçadores, juraram lealdade ao Brigadeiro

---

<sup>109</sup> PORTUGAL. **Diário das Cortes de Lisboa**. Sessão de 31 de Dezembro de 1822.

Freitas Guimarães, líder do levante constitucionalista de 10 de fevereiro de 1821 (BANDEIRA, 2000, p. 389).

Nessa divisão entre as forças de defesa, já era possível se delinear um estado de guerra civil (BANDEIRA, 2000, p. 389). Além das forças de defesa portuguesas instaladas na Bahia, Madeira de Melo também contava com apoio dos comerciantes, caixeiros e marujos, que desde 16 de fevereiro de 1822 promoviam gritos de ordem contra moradores da cidade que apoiavam a Junta de Governo (BANDEIRA, 2000, p. 389). Dentre algumas das principais forças militares com as quais Madeira contava, estava a Legião Constitucional Lusitana (BANDEIRA, 2000, p. 389).

A Cidade da Bahia, no dia 18 de fevereiro, vivia um tenso clima de campanha militar, ainda sem confrontos abertos, porém, com sentinelas espalhados, vedetas e guardas avançadas que tomavam conta da cidade, sendo que, naquele dia, houve um destacamento que saiu do Forte de São Pedro e encontrou a tropa do quartel da Legião de Caçadores, na região de Santo Antônio da Mouraria, e se colocaram à frente do quartel do Regimento 12 em São Bento (BANDEIRA, 2000, p. 389).

A Junta Provisória de Governo, em vão, procurou evitar que o confronto viesse a acontecer, propondo uma conciliação através da formação de um Comando das Armas que integrasse a liderança de Madeira de Melo e de Freitas Guimarães, solicitando uma decisão de D. João VI no tocante a como ficaria a situação do Governo das Armas que, além dos dois brigadeiros, também seria formado por uma junta que integraria mais três membros (BANDEIRA, 2000, p. 389).

No dia seguinte, houveram disparos contra os soldados do Regimento 12, além de combates entre a Legião Constitucional Lusitana e o Quartel da Legião dos Caçadores, este acabou caindo para a Constitucional Lusitana (BANDEIRA, 2000, p. 389). O Regimento I, que havia se evadido do seu próprio quartel, foi abatido, no Campo da Pólvora pela tropa portuguesa, em conjunto com marujos, que após isso, percorreram Salvador alcoolizados e agredindo a população local (BANDEIRA, 2000, p. 389).

Na esperança de ter o apoio dos batalhões da Torre de Garcia d'Ávila e dos indígenas dos termos de Abrantes, o Forte de São Pedro permaneceu resistente até o dia 20, porém, o Forte estava cercado e não tinha meios para manter a resistência, além disso, o apoio que poderia chegar de Abrantes e do Recôncavo era precário, levando a fortaleza a se render (BANDEIRA, 2000, p. 390-394).

Após 60 brasileiros e 40 portugueses serem mortos nos combates que levaram à rendição do Forte de São Pedro, Madeira de Melo ordenou a prisão e envio a Portugal de Freitas Guimarães (BANDEIRA, 2000, p. 394).

A animosidade entre as tropas portuguesas e àqueles que eram contra a sua massiva presença e a ingerência de Madeira de Melo sobre a Junta Provisória de Governo teve um prosseguimento no reconhecimento do governo militar do Brigadeiro português por parte Senado da Câmara de Salvador em dois de março de 1822 (TAVARES, 1977, p. 56).

Anteriormente, em 27 de fevereiro daquele ano, Madeira de Melo havia realizado uma última tentativa de convencer a Câmara a reconhecê-lo, porém, os vereadores haviam protelado o quanto puderam, até que não houve como esticarem mais o reconhecimento do Comando das Armas do brigadeiro português que possuía uma carta régia datada de nove de dezembro do ano anterior (TAVARES, 1977, p. 56).

Àquela altura, havia uma posição majoritária na deputação portuguesa das Cortes de Lisboa, e até mesmo de alguns parlamentares luso-americanos que acreditavam na necessidade de manter uma ocupação militar portuguesa sobre suas províncias para garantir um governo das armas leal à monarquia, dentre eles, o baiano Luís Paulino (TAVARES, 1977, p. 56). Também haviam comandantes portugueses em algumas províncias: além da Bahia, Pará, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro (TAVARES, 1977, p. 57).

Em 18 de março de 1822 ancorou, em Salvador, a embarcação São José Americano, desembarcando dela reforços às tropas portuguesas, esse destacamento era comandado pelo Brigadeiro Francisco Joaquim Carreti (TAVARES, 1977, p. 61).

No dia seguinte, houve a procissão de São José e, naquela manifestação católica, soldados portugueses foram agredidos com pedras (TAVARES, 1977, p. 62). Três dias depois, era o momento em que a Junta Provisória de Governo deveria decidir sobre a situação das tropas portuguesas que haviam chegado no dia 18, porém, diante as tensões e à falta de força política que a Junta já apresentava, a mesma procurou entregar essa responsabilidade à Madeira de Melo (TAVARES, 1977, p. 62).

Em fins de março de 1822, a Junta procurava transmitir a ideia de que colaborava com Madeira de Melo em seu Governo das Armas, porém, a Junta não conseguia dialogar com o comandante português e, praticamente, apenas seguia as suas decisões e as dos demais chefes militares portugueses que comandavam destacamentos em Salvador (TAVARES, 1977, p. 62).

A cidade da Bahia estava tomada por destacamentos portugueses e, nesse cenário, uma quantidade razoável de famílias baianas deixou Salvador (TAVARES, 1977, p. 63).

Havia rumores de que a Junta seria destituída e que apenas existiria o Governo das Armas (TAVARES, 1977, p. 63).

Em abril, a saída dessas famílias passou a se intensificar em direção ao Recôncavo, elas iam de barco, saveiro e a cavalo ao encontro de parentes, conhecidos e de suas propriedades nas vilas de São Francisco, Santo Amaro da Purificação, Cachoeira, dentre outras (TAVARES, 1977, p. 63-64).

Em abril, durante o desbaratamento de uma conspiração no Rio de Janeiro, que visava a formação de uma Junta de Governo, e do reconhecimento de D. Pedro nas Minas Gerais como Regente do Brasil, houve a deportação de portugueses, por ordem de José Bonifácio, acusados de conspirarem contra a Regência de D. Pedro (TAVARES, 1977, p. 70).

Naquele momento, José Bonifácio começava a articular um movimento para firmar o rompimento da Regência de D. Pedro com as Cortes de Lisboa (TAVARES, 1977, p. 70). Nesse cenário, no Rio de Janeiro, começava a articulação para que D. Pedro intervisse diretamente contra a força militar apoiada pelas Cortes de Lisboa na Bahia (TAVARES, 1977, p. 71).

Em maio de 1822, já com o reconhecimento do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais em relação à Regência de D. Pedro, havia um impasse tomando algumas províncias, pois ainda não se sabia a posição de suas lideranças políticas no que dizia respeito à adesão do Governo do Príncipe Real (TAVARES, 1977, p. 71). Essas províncias eram a Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Pará (TAVARES, 1977, p. 71).

Enquanto isso, a Junta de Governo da Bahia, mantinha-se dúbia em relação ao seu posicionamento, pois, não estava em condições de ter autonomia diante o Governo das Armas (TAVARES, 1977, p. 71). Diante essas condições, a primeira manifestação coletiva de baianos ao reconhecimento de D. Pedro foi realizada por aqueles que eram naturais da Bahia, porém, residentes no Rio de Janeiro (TAVARES, 1977, p. 72). Havia por parte destes a expectativa de apoiar o Príncipe Regente na convocação de uma constituinte e na intervenção junto à retirada das tropas portuguesas de Salvador (TAVARES, 1977, p. 72-73).

Para celebrar o apoio dos baianos residentes no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1822, a família do Príncipe Regente celebrou um ato público e religioso, cercado de rituais fúnebres, para homenagear os baianos mortos nos confrontos de fevereiro daquele ano (TAVARES, 1977, p. 73-74).

No mês de junho, as vilas de São Francisco do Conde, Santo Amaro da Purificação, Cachoeira e Maragogipe, realizaram atos públicos que afirmaram D. Pedro como Regente e

Defensor Perpetuo (TAVARES, 1977, p. 93). E no dia 29 daquele mês, chegou a Cachoeira uma delegação formada por representantes das vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro da Purificação formada pelo Tenente-Coronel Felisberto Gomes Caldeira, do Major Antonio Maria da Silva Torres e do Bacharel em Direito Miguel Calmon du Pin e Almeida (TAVARES, 1977, p. 93).

Essa comissão propunha que a Junta Interina sediada em Cachoeira se transformasse num conselho que administraria um Caixa Militar que ocuparia tanto o governo civil quanto o militar do Recôncavo, além de reunir recursos para a luta contra os portugueses, já que, àquela altura, não era possível conciliação com aqueles que sitiavam Salvador (TAVARES, 1977, p. 93).

Em agosto, representantes de Santo Amaro da Purificação e São Francisco ainda reivindicavam a formação de um governo para o Recôncavo e que representasse todas as suas vilas, tanto na administração de Estado, quanto na liderança de uma guerra contra os Europeus que ainda continuavam mantendo tropas na capital da Bahia (TAVARES, 1977, p. 94).

Mas em Julho, a então Junta Interina já começava a tomar algumas medidas em prol da preparação de uma eventual guerra, em especial, com a criação dos Batalhões dos Voluntários do Príncipe D. Pedro, que vieram a ser conhecidos, posteriormente, como Batalhões dos Periquitos, criou-se também as Companhias do Belona e de Mavorte (TAVARES, 1977, p. 94).

Além disso, peças de artilharia que foram tomadas da escuna canhoneira que Madeira de Melo enviou para bombardear Cachoeira foram colocadas em posição de defesa no Engenho Tororó, no Fortinho do Paraguaçu e na Vila de São Francisco do Conde (TAVARES, 1977, p. 95).

Houve também a ocupação de Nazaré das Farinhas, vila do Recôncavo que era um grande abastecedor de mantimentos para Salvador, através do batalhão dos Voluntários do Príncipe (TAVARES, 1977, p. 95). A tropa saiu de Cachoeira, passou por Maragogipe, até alcançar a vila alvo da ocupação (TAVARES, 1977, p. 95). Em Nazaré das Farinhas, os principais comércios, engenhos, plantações de mandioca e casas de farinha pertenciam a portugueses (TAVARES, 1977, p. 95).

Após essa ocupação, viabilizou-se a formação de uma caixa militar, aclamação do príncipe D. Pedro em Nazaré em 30 de Julho de 1822 e confisco de bens de portugueses (TAVARES, 1977, p. 95). Assim, a cidade de Salvador ficou restrita ao abastecimento de

farinha, feijão e carne bovina, em quantidade racionada, vindos de Porto Seguro, Caravelas e Sergipe (TAVARES, 1977, p. 95).

A aclamação de D. Pedro, assim como aconteceu em Cachoeira, Maragogipe e São Francisco do Conde, não significava de imediato, para os baianos, a viabilização da independência do Brasil, a possibilidade disso somente veio a se concretizar na virada de agosto para setembro de 1822, durante as batalhas contra as tropas portuguesas que buscavam tomar as posições militares estabelecidas ao longo do Recôncavo, nas cidades mais próximas à capital (TAVARES, 1977, p. 97).

Em sua postura ainda dúbia, a Junta de Governo da Bahia, mesmo não concordando com o movimento do Recôncavo, procurava convencer Madeira de Melo a não investir tão violentamente contra as posições de guarda estabelecidas na região, porém, mesmo com os apelos da Junta, Madeira de Melo e os seus coronéis compatriotas Antonio de Gouveia Ozorio, Antonio Pedro de Britto, José Pimentel Jorge, José de Rosa e Sousa, José Júlio de Carvalho, Victorino José d'Almeida Serrão, Joaquim Antonio d'Almeida e Francisco de Paula Oliveira, buscaram manter o “abrir fogo” contra as posições do Recôncavo (TAVARES, 1977, p. 98-99). Sem esquecer que este comando não permitiu que, em 12 de junho de 1822, o Senado da Câmara de Salvador fizesse parte da consulta realizada pelos deputados baianos (BANDEIRA, 2000, p. 399).

No mês de agosto, o custo de vida em Salvador já havia se tornado cada vez mais oneroso, a ponto da carne ter que vir do Rio Grande do Sul e ser custeada a 12 patacas a arroba e a farinha, cada vez mais escassa, ter seu preço elevado a 120 réis a quarta (TAVARES, 1977, p. 100-101). Essa situação influenciava que mais pessoas, independentemente da ligação política, saísse de Salvador, mesmo com os apelos de Madeira de Melo e da Junta (TAVARES, 1977, p. 101). Ao mesmo tempo, temendo o esvaziamento da cidade, as forças leais a Madeira de Melo intensificaram a repressão e a busca por suspeitos de darem apoio ao movimento do Recôncavo (TAVARES, 1977, p. 101).

Em 17 de agosto começaram algumas ações para viabilizar um governo para a Bahia sediado em Cachoeira, tendo como marco a convocação, por parte do Coronel Miliciano José Garcia Pacheco de Moura Maciel e Aragão, dos proprietários para decidirem a composição desse governo, assim como uma nova representação das vilas de Santo Amaro da Purificação e São Francisco do Conde chegaram à Cachoeira e ratificaram a necessidade de realmente estabelecer esse governo (TAVARES, 1977, p. 102).

Mesmo em meio às divergências, inclusive em relação ao alinhamento com os propósitos da Regência de D. Pedro e da convocação da Constituinte, oficialmente, o



Conselho Interino de Governo se instalou na data de seis de setembro de 1822 (TAVARES, 1977, p. 103).

Naquele momento, o General Labatut, enviado por D. Pedro e José Bonifácio para comandar um exército que resolvesse os conflitos na Bahia estava para desembarcar na província, diante disso, os proprietários baianos procuraram formar um governo próprio que os fizesse representar perante a chegada do comandante francês (TAVARES, 1977, p. 104).

O conselho passou a contar com a seguinte representação de vilas: Santo Amaro com Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, Cachoeira com Francisco Gomes Brandão Montezuma, que era secretário, São Francisco com o Desembargador Antonio Jozé Duarte de Araújo Gondim, Jaguaripe com o Capitão Manoel Gonçalves Maia Bittencourt, Maragogipe com o Capitão-mor Manoel da Silva Souza Coimbra, Inhambupe com o Coronel Simão Gomes Ferreira Velozo, Pedra Branca com o Cônego Vigário Manoel Dendê Bus, Abrantes com Miguel Calmon du Pin e Almeida, que assim como Montezuma, foi secretário do Conselho, tendo sido um dos idealizadores da organização administrativa da província naquele momento, Itapicuru com João Dantas dos Reis Portatil, Valença com o Reverendo Theodozio Dias de Castro, Água Fria com o Vigário Francisco José de Miranda, Jacobina com o Corregedor Francisco Ayres de Almeida Freitas, Maraú com Manoel dos Santos Silva, Rio de Contas com o Capitão José Valentim de Souza, Camamu com o Reverendo Izidoro Manoel de Menezes, Santarém com o Capitão Pedro Jorge Vieira e, por fim, Cairú com o Padre José de Mello Varjão (TAVARES, 1977, p. 104-105).

O Conselho Interino passou a procurar exercer, a partir de então, a função de governo provincial, comunicando-se diretamente com o Ministro de Estado José Bonifácio, exigindo votos de fidelidade das vilas confederadas nos primeiros momentos de sua formação (TAVARES, 1977, p. 106). Quanto ao General Labatut, exigiu que este se apresentasse ao Conselho para que o informasse das pretensões para com o conflito na província, porém, Labatut não atendeu à exigência causando mal estar para com o Conselho (TAVARES, 1977, p. 106).

Voltando a tratar da criação do Conselho Interino de Governo da Bahia, este foi inaugurado com um discurso do seu primeiro secretário: Miguel Calmon (CALMON, 1923, p. 13). Calmon propôs, no momento do discurso, que as forças militares fossem concentradas nos campos de Acupe, protegendo Santo Amaro, São Francisco e Saubára, para que assim, fosse possível um assédio a uma das entradas de Salvador (CALMON, 1923, p. 13).

A proposta de Miguel Calmon foi recusada pelo Conselho, pelo fato de que os cachoeiranos temiam uma nova investida dos portugueses pelo Rio Paraguaçu, o caso de

Itaparica também foi lembrado, pelo fato da ilha, situada na Bahia de Todos os Santos, ter sofrido um ataque em 10 de Julho de 1822 (CALMON, 1923, p. 13).

Miguel Calmon concluiu em 18 de Junho de 1823, no período final da Guerra de Independência, ao Imperador D. Pedro I, um relatório lhe prestando contas das atividades administrativas realizadas pelo Conselho Interino de Governo da Província da Bahia.

No relatório, Miguel Calmon destacou que “A arte de governar foi sempre difícil” (1923, p. 17), já salientando o papel que o Conselho exerceu na província durante a crise política gerada pela guerra.

O relatório, praticamente, começou justificando a existência do Conselho Interino enquanto órgão de governo provincial, salientando a necessidade de haver uma administração local que pudesse dar conta da crise política que a guerra havia instalado. E tomando a dificuldade de governar como sendo o princípio que iniciou os trabalhos administrativos do Conselho, Calmon salientou que: “E se aquela dificuldade é notável em dias tranquilos, e serenos, na posse dos meios consentâneos à próspera conservação do Estado, ela deve ser insuperável em épocas de agitação, e alarmes, e na ausência de quando for mister à manutenção da Ordem Pública” (CALMON, 1923, p. 17).

A ideia de “manutenção da ordem pública” informava ao imperador que a instalação do Conselho Interino de Governo não era uma afronta à autoridade do Estado, mas sim, uma ação resultante da necessidade de mantê-lo. Miguel Calmon explicava que “Foi cercado desta última dificuldade [Ordem Pública], que o Conselho Interino de Governo, composto de Deputados das vilas do Recôncavo...” (CALMON, 1923, p. 17).

Interessante destacar o termo “Deputado” que, para o Miguel Calmon, era, antes de tudo, um representante político. As vilas eram, justamente, a base de um pacto político formado ali mesmo na província da Bahia. Esse contrato entre as vilas não era construído visando um Estado Constitucional ou independente da monarquia, e sim, um garantidor desta através do princípio que norteava a lealdade política a D. Pedro I: o pacto entre as vilas.

Tanto a experiência das Juntas Provisórias de Governo, que àquela altura, já não funcionava enquanto mecanismo de poder político, inclusive, sem gozar de representatividade entre as vilas, quanto a do Conselho Interino de Governo, formaram instituições baseadas em contratos políticos.

Para as experiências constitucionais aqui discutidas, esses conselhos provinciais baseavam o pacto através da lealdade política fundamentada no juramento das lideranças representativas das vilas à causa da Constituição. E no caso da Bahia, podemos verificar que isso se tornou um processo de profunda complexidade, justamente, porque a experiência da

guerra obrigou as lideranças políticas a reconstruírem a estrutura de poder que lhes propiciaram, apesar de tudo, participar de forma ativa tanto nas Cortes de Lisboa, quanto na Assembleia do Rio de Janeiro.

E de fato, o conselho interino assumiu para si a função de governo, tomando iniciativas de poder executivo local. Exemplo disso foi a instalação de um “Correio Terrestre” ligando o Extremo Sul da província ao Extremo Norte do seu Recôncavo. A instalação desse correio costeiro foi assim explicado por Miguel Calmon: “estabeleceu o Conselho um Correio terrestre, desde a Vila de São Jorge dos Ilhéus até a de São Francisco de Sergipe do Conde; facilitando d’esta arte a comunicação entre as Povoações do Recôncavo Marítimo, e a pronta execução das Ordens, que expedidas fossem a prol da defesa” (CALMON, 1923, p. 22).

Outro exemplo desse exercício de governo foi o recolhimento de doações, empréstimos, reunião de rendimentos e angariação de recursos junto às vilas, formando um Erário próprio e contabilizado para que o Conselho pudesse organizar o aparato administrativo de governo e financiar armas e munições. E assim o Secretário prestou contas que:

[...] desde o citado dia 25 de Setembro do ano passado até o último de Maio precedente, a receita de 108:780\$224 a saber, Rendimentos Nacionais 34:089\$566 – Empréstimo 55:205\$760 – Donativo voluntário 19:484\$898 – Não pareça (e cumpre adverti-lo) que o Patriotismo Baiano tenha apenas oferecido este pequeno Donativo voluntário. A excetuar-se a soma prenotada de 34 contos, e algumas outras de pouca monta, provenientes de rendimentos Nacionais, arrecadados pelas Comissões das diversas vilas, toda a maior despesa da guerra havia sido feita, e sustentada por donativos voluntários principalmente, e Empréstimos contraídos com os baianos (CALMON, 1923, p. 24-25).

Uma estrutura de defesa foi montada pelo Conselho a fim de garantir forças armadas e apoio para o Recôncavo durante a guerra, inclusive com imprensa e Casa da Moeda. O relatório informou que “Com efeito preparam-se as casas necessárias para o Comissariado, Trem de Guerra, aquartelamento da cavalaria, hospital com quatro enfermarias, Imprensa Nacional, e a Casa da Moeda” (CALMON, 1923, p. 29).

Nisso o Conselho Interino de Governo da Bahia foi mais efetivo que a Junta Provisória, pois esta não angariou fundos para a realização das suas pautas, nem mesmo o Senado da Câmara, que era mais explícito ao tratar diretamente da superação da estrutura econômica e administrativa da província, angariou e dispôs recursos para tais empreendimentos, pois ambos ainda confiaram de imediato na economia da mercê e no seu princípio de que o monarca era a figura provedora.

A experiência de crise política e institucional do contexto de guerra e falência da operacionalidade política da Junta Provisória de Governo forçou uma mudança de expectativa das lideranças senhoriais baianas para com a monarquia constitucional. Ao invés de pedir benesses, passava a se tornar necessidade do momento realizar um governo com os recursos disponíveis, esperando a recompensa que poderia vir das mãos do monarca, reconhecendo os esforços dispensados em prol da manutenção da ordem pública e estabelecimento da estabilidade política. Essa compensação, no horizonte de expectativas das elites baianas, viria com uma constituição favorável aos seus interesses econômicos e fiscais.

No relatório, Miguel Calmon defendeu a capacidade do Conselho Interino de Governo da Bahia em estabelecer contato e colaboração com outras províncias, mostrando que as lideranças políticas da Bahia eram capazes de fazer dessa província uma importante unidade territorial e administrativa na costura da lealdade entre os territórios que constituiriam o Brasil. E assim Miguel Calmon exaltou que “Muito se apraz o Conselho em declarar, quanto às suas relações externas, que entabuiu, manteve, e mereceu a urbana prestadia, e fraternal correspondência dos Governos das Províncias de Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais, e recentemente Sergipe d’El Rei” (CALMON, 1923, p. 47).

O relatório enfatizou que Pernambuco foi a que mais colaborou com a resolução da crise política, “Depois da Mão Poderosa do nosso Grande IMPERADOR, e Defensor, nenhuma outra tem colaborado tanto, quanto a Pernambucana, no majestoso edifício da Salvação da Bahia” (CALMON, 1923, p. 47).

No caso das comarcas, o Conselho Interino havia solicitado a José Bonifácio, Ministro de Estado com quem o Conselho se correspondia com frequência através de emissários, a nomeação de Ouvidores, pedindo ainda em 1823, “Nomear Ouvidores para as Comarcas de São Jorge dos Ilheos, Sergipe d(e) El Rey, e Porto Seguro”, ainda considerando Sergipe enquanto parte do território da Bahia<sup>110</sup>.

Em correspondência do mês de Abril de 1823 ao Ministro de Estado José Bonifácio, o Conselho Interino de Governo da Bahia, para justificar as críticas e pedidos de destituição do General Pierre Labatut<sup>111</sup> do comando do Exército Pacificador, citou Sergipe como local em que o comandante militar francês teria tido condutas reprováveis para com a população.

---

<sup>110</sup> APEB – Colonial. Maço 637-2. Cachoeira, sem data, 1823.

<sup>111</sup> Militar francês que se apresentou à Bahia, durante a Guerra de Independência, como oficial da confiança de D. Pedro I, tendo procurado organizar um exército libertador para fortalecer o cerco à Salvador pelo norte, enquanto as tropas baianas realizavam o cerco pelo Recôncavo.

E este um objecto que o Conselho Poe na presença de Sua Magestade Imperial para que de prompto salve a innocentear dos tormentos só próprios do crime. Este General pretendia fazer aqui o mesmo que fez em outrás Provincias desgraçadamente, e por outro lado vendo públicos seos crimes, e devarios pretende já arrastar com a sua queda a perda, e ruína de toda Provincia A de Sergipe d(e) El Rei ainda hoje se ressentido da conduta de Labatut, e talvez hoje esteja em [...] por officio tem sabido este Conselho e já a esta hora o saberá [...] General<sup>112</sup>.

É interessante notar que, neste caso, para justificar a reprovação das atitudes de Labatut, o Conselho Interino de Governo da Bahia considerava Sergipe como província. A diferença dos usos dos termos “comarca” e “província” parecem atender à conveniência do discurso político do Conselho em relação àquela localidade.

Labatut se tornou um desafio do Conselho Interino de Governo da Bahia, desta vez, mais organizados em relação à época em que se serviam da Junta provisória de Governo, os ricos proprietários baianos conseguiram se impor mais diante o comandante francês que não reconhecia a autoridade política do Conselho.

Assim como no caso do brigadeiro Madeira de Melo, a elite política baiana não queria a interferência de outro poder político que a intermediasse ou a anulasse diante a relação das camadas dominantes da província para com o monarca.

Dessa forma, o Conselho Interino de Governo buscou, de todas as formas possíveis, justificativas que tocassem a José Bonifácio em seu pedido de retirada do General do comando do exército pacificador.

Até mesmo uma rebelião de escravos, duramente reprimida por Labatut, foi utilizada como justificativa para o pedido de demissão. A justificativa não era o levante em si, mas justamente, a forma como o General francês castigou os escravos.

Esse levante de escravos africanos aconteceu durante os embates entre as tropas brasileiras e portuguesas em Pirajá, nas imediações de Mata Escura e Saboeiro, Cidade do Salvador, na data de 19 de novembro de 1822, no calor da guerra. Nesse confronto, “cerca de 200 africanos escravos atacaram as posições dos independentes” (AMARAL, 1957, p. 284-285), por volta de 50 escravos foram fuzilados e o general Labatut ordenou o açoitamento do restante.

Para o historiador Sérgio Guerra Filho, não se tratava de uma preocupação humanitária por parte da elite senhorial baiana, mas sim, uma preocupação material para com a produção açucareira que tinha nos escravos sua principal peça. Segue o autor afirmando que: “A guerra que queriam os grandes proprietários baianos deveria, além de expulsar os

---

<sup>112</sup>APEB – Colonial. Maço: 637-2. Caxoeira, 16 de Abril de 1823.

portugueses da cidade de Salvador, garantir as bases materiais e políticas de continuidade de seus privilégios sociais” (GUERRA FILHO, 2004, p. 90-91).

Essa preocupação com a ordem pública que, conseqüentemente, também estava ligada ao funcionamento da economia, serviu para criar, por parte do Conselho Interino de Governo, um mal estar entre Bonifácio e Labatut. Dessa vez, os proprietários baianos foram eficientes, pois conseguiram a destituição do General francês.

E assim, sob a liderança de Miguel Calmon e, posteriormente, de Montezuma, o Conselho Interino de Governo levou a cabo, até a expulsão dos portugueses de Salvador e posse dos deputados na Assembleia do Rio de Janeiro, a sua administração visando a recompensa pela abnegação durante a resolução da crise política que a Guerra instalou em Salvador.

### **3.6 A lealdade às Cortes de Lisboa e à Assembleia do Rio de Janeiro no discurso do *Idade d'Ouro* e do *Sentinela da Liberdade***

A razão para a presente discussão está justamente na abordagem que os periódicos *Idade d'Ouro* e *Sentinela da Liberdade* realizaram em torno da causa constitucional durante a Guerra de Independência. Os dois veículos aglutinaram conceitos caros a esse período conturbado em que a Província da Bahia foi um campo de guerra militar e de ideias.

Havia alguns pontos entre os dois periódicos: críticas contra a centralização administrativa da Regência no Rio de Janeiro, contra a influência ideológica do Rio de Janeiro sobre o alinhamento da Bahia à causa da Assembleia Geral Constituinte e, conseqüentemente, da Regência de D. Pedro. José Bonifácio, Ministro de Estado, também sofreu críticas. Os periódicos também realizaram uma defesa da Bahia como província basilar do pacto constitucional no Brasil.

Entretanto, é necessário destacar as diferenças e divergências entre os dois periódicos: foram escritos em províncias diferentes, o *Idade d'Ouro* na Bahia e o *Sentinela da Liberdade* em Pernambuco. O primeiro era defensor das Cortes de Lisboa e o segundo da Constituinte do Rio de Janeiro, o *Idade* exaltava D. João VI e o *Sentinela* D. Pedro, o *Idade* era defensor do Governo das Armas de Madeira de Melo e o *Sentinela* era contra.

O *Idade d'Ouro* começou a circular em 1811 e era redigido durante o período de envolvimento da Bahia nas causas constitucionais (1821-1823) por Diogo Soares da Silva

Bivar e pelo Padre Inácio José de Macedo. Durante a Guerra de Independência na Bahia, foi um dos principais órgãos de imprensa na defesa do Governo das Armas de Madeira de Melo.

Em 27 de setembro, após o “grito do Ypiranga” e da criação do Conselho Interino de Governo na Bahia, momento em que a Guerra de Independência chegava a um ponto de definição onde a reconciliação do governo no Recôncavo e o de Salvador já apareciam como irreconciliáveis, o *Idade d'Ouro* começou a realizar uma campanha contra o movimento político sediado em Cachoeira.

As câmaras confederadas na representação do Conselho Interino não foram poupadas dos xingamentos, acusadas pelo periódico de realizarem um jogo de cena para iludir o aceno de pacto político proposto por D. Pedro, bradando que “El-rei não quer reinar sobre cadáveres; mas também não quer reinar sobre facciosos. Malditas Câmaras! Malditos Patriotas, que fingem amar o Príncipe! Malditas doutorices revolucionárias!”<sup>113</sup>

O *Idade d'Ouro*, ao mesmo tempo que afirmou não ser a guerra o caminho para tornar o laço político com D. João VI vitorioso, frisou que era necessário combater aqueles que o jornal considerava como “facciosos”, estabelecendo assim uma campanha contra o movimento do Recôncavo, justificando a guerra contra ele.

A saída de pessoas para o Recôncavo também foi passível de crítica do *Idade d'Ouro*, acusando as medidas tomadas pelo governo no Rio de Janeiro de serem alimento para os argumentos que tinham como função convencerem as pessoas a deixarem Salvador.

O jornal baiano colocava, no mês de outubro de 1822, inclusive, o convencimento da partida das pessoas para o Recôncavo como uma conspiração dos fluminenses. Para a Gazeta, era como se o Conselho Interino estivesse sendo cúmplice dos movimentos originados no Rio de Janeiro que eram contrários à Madeira de Melo.

E o pior é que ainda se continua a iludir até crianças para fugirem da cidade, a fim de se provar, que isto é vontade geral. Os decretos do Rio têm aumentado o incêndio, e ninguém lhes acode. Nós sabemos, e quando for preciso o provaremos, quem plantou na Bahia a facção fluminense; quem organizou a revolução do Entrudo; e quem incendiou o Recôncavo<sup>114</sup>.

Era mais uma vez, a *Gazeta da Bahia*, como também era chamado, construindo um discurso de denúncia contra a oposição a Madeira de Melo e ao seu Governo das Armas. O discurso acintoso do jornal contra o território político do Recôncavo, dominado pelo Conselho Interino, também era uma forma de convencer as pessoas a não deixarem Salvador.

---

<sup>113</sup> *Idade d'Ouro* do Brasil. 27 de Setembro de 1822.

<sup>114</sup> *Ibid.* Outubro de 1822.

O *Idade d'Ouro*, ainda em outubro, buscava se colocar em seu discurso, como sendo representante do que, na sua argumentação, seria a “causa constitucional”. Expressavam que ir para o Recôncavo significava trair a causa que defendiam, e estarem contra a manutenção da Bahia como território subordinado à Lisboa.

A *Gazeta* rememorava o mito fundador da sua causa constitucional o levante de 10 de fevereiro de 1821, a qual foi apoiadora, como uma forma de aparentar solidez no seu argumento sobre o que deveria ser, na sua visão, o constitucionalismo. A entidade política do Reino Unido também era enfatizada, inclusive, como uma referência conceitual para edificar o compromisso político com as Cortes de Lisboa.

O que nos parecia mais prudente era, que os propagandistas ou se fossem para os insurgentes, ou andassem com mais modéstia a falar do Congresso, e dos marotos nessas ridículas súcias; eles são muito conhecidos, e apesar disso andam a insultar com sangue frio a causa constitucional! Olhem, que as paredes têm ouvidos eles falam com muita soltura, e nem sempre lhes dá de valer o pai alcaide. Quem é por nós, é contra nós. Nós queremos a integridade do Reino Unido, queremos manter o julgamento de 10 de fevereiro; e quem quer o contrário vá para o Recôncavo; ou meta um cadeado na boca porque ninguém é livre para ser traidor<sup>115</sup>.

Vê-se um discurso cada vez mais incisivo contra aqueles que se levantaram diante o Governo militar português, incitando a alcunha de “traidor” para os opositores, sem esquecer da visão do Recôncavo como um território de inimigos.

Os manifestos e demais textos vindo do Rio de Janeiro, e que comunicavam sobre a causa da assembleia convocada por D. Pedro, eram tidos como portadores de uma doutrina a ser refutada, onde, segundo o jornal, os habitantes da Bahia deveriam ser alertados sobre essa suposta doutrina.

Parece-nos, que as autoridades superiores deviam com manifestos, e muitas proclamações refutar a doutrina do Rio; e conciliar os espíritos: porque se as autoridades de fora, que são subalternas, têm feito tanto dano por sua força moral, deviam as autoridades da cidade lançar mão da mesma força moral para desabusar o povo<sup>116</sup>.

Nesse mesmo texto de outubro, o *Idade d'Ouro* continuava com sua campanha de difamação contra tudo aquilo que, segundo o periódico, fosse avesso ao seu compromisso político com as Cortes de Lisboa. Sendo cada vez mais enfático, o jornal baiano chegou a classificar como “inimigos” aqueles que aderissem a causa da Assembleia no Rio de Janeiro.

---

<sup>115</sup> Ibid.

<sup>116</sup> Ibid.



O próprio grito de “independência ou morte” também sofreu discurso de reprovação no texto, como símbolo da não reconciliação dos fluminenses com as Cortes e, na concepção transmitida pelo *Idade d’Ouro*, consequentemente, a não reconciliação com o próprio D. João VI.

A nossa catolicidade política consiste em reconhecer só o poder das Cortes, e d’el-rei: o sistema contrário é heterodoxo, e digno da nossa detestação. Quem o segue direta, ou indiretamente é nosso inimigo. A questão é bem simples; e nem é preciso ter uso de rabulices para a entender. Estamos certos que os fluminenses não querem reconciliação: querem independência, ou morte; e neste caso deixemo-nos de mais palavreados porque eles não querem reconciliação<sup>117</sup>.

Em novembro, mais precisamente, no dia oito, ainda durante o calor da batalha de Pirajá, quando as tropas do Recôncavo tentavam romper o cinturão das tropas portuguesas, o *Idade d’Ouro* enfatizava que “Os rebeldes não querem reconciliação”<sup>118</sup>.

Continuamos a observar nessa edição a manutenção da toada em torno da classificação das tropas do Recôncavo como sendo as rebeldes, como se representassem a não aceitação da ordem política estabelecida em Salvador. Como se as tropas do Recôncavo fossem as agressoras. E assim o jornal continuava argumentando que “O triunfo dos rebeldes seria o sepulcro da pátria. Mas eles são insensíveis a tudo com tanto, que morra a Constituição, e a tropa europeia, que foi a sua autora, e é a sua defensora”<sup>119</sup>.

Essa difamação contra o pacto estabelecido entre a sociedade política local formada no Recôncavo e contra as ideias vindas de manifestos que argumentavam sobre o pacto proposto pela Corte Fluminense continuou até a expulsão das tropas portuguesas de Salvador em dois de Julho de 1823, quando praticamente, o *Idade d’Ouro* perdeu a sua principal pauta e deixou de ter razão para existir.

Enquanto isso, após os discursos proferidos nas Cortes de Lisboa, em que se colocava numa campanha contra as forças militares portuguesas lideradas por Madeira de Melo na Bahia, Cipriano Barata se retirou de Lisboa, rompendo com a aquela experiência constitucional, e após o manifesto publicado no *Correio Braziliense*, editado em Londres, fixou-se em Pernambuco, onde nesta província também redigiu e distribuiu um manifesto solo, argumentando sobre sua retirada das Cortes, além de passar a redigir e editar o jornal *Sentinela da Liberdade*.

---

<sup>117</sup> Ibid.

<sup>118</sup> Ibid. 8 de Novembro.

<sup>119</sup> Ibid.

O jornal de Barata, além de trazer escritos políticos argumentativos, também apresentava notícias sobre os movimentos políticos na Bahia e em Pernambuco. Nele, a Guerra de Independência da Bahia e as causas políticas as quais ela estava relacionada tinham destaque fundamental.

Cipriano Barata havia se instalado em Recife em dezembro de 1822, seu jornal passou a circular em nove de abril de 1823 (MOREL, 2008, p. 161). Segundo Marco Morel (2008, p. 161), um de seus principais biógrafos, os primeiros escritos do *Sentinela da Liberdade* se encontram ou perdidos ou dispersos, dificultando o acesso, mas o historiador destacou um trecho de um dos primeiros números, cuja data não foi apresentada, mas que é interessante por apresentar uma síntese sobre suas ideias a respeito da Independência.

Para Barata, a Independência em relação a Portugal era condição fundamental para a garantia dos direitos políticos das províncias. Nesse trecho destacado por Morel, Barata clamava da seguinte forma:

Peço aos leitores que, ouvindo o meu bradar, acordem e, vigilantes, defendam a nossa Independência, nossa liberdade e Pátria. O Brasil está recheado de traições e intrigas: por mar e terra; em Portugal e entre nós mesmos se maquina a nossa perdição e cativeiro, por isso, mil vezes torno a girar para a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e todas as Províncias: Heróis, alerta! Alerta!<sup>120</sup>

Em três de Maio de 1823, data da inauguração dos trabalhos legislativos da Assembleia do Rio de Janeiro, saiu um número do *Sentinela da Liberdade*, mais uma vez, assim como no mês de abril, expressando um alerta para as províncias, para que defendessem os seus direitos políticos e não tomassem caminhos que as tornassem vítimas de uma centralização política. Barata exclamava que “Os povos não devem ser enganados. As Províncias são livres. Ninguém deve querer a escravidão. Ó das Províncias, Alerta!”<sup>121</sup>!

Essa luta argumentativa em torno de um pacto político baseado em um arranjo que tornasse as províncias representativamente fortes diante o poder central, ou diante outra província que quisesse ter um *status quo* superior às outras, foi uma marca do discurso contratualista de Cipriano Barata.

---

<sup>120</sup> BARATA, Cipriano. *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*. In: MOREL, Marco [Edição e Organização]. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 161.

<sup>121</sup> *Ibid.*, Três de Maio de 1823, p. 209.

O mesmo acusava as províncias do Sul do Brasil de não fecharem com essa ideia, e serem de acordo com um pacto centralizador que evidenciaria o quanto, na sua visão “O servilismo dos Povos do Sul cada vez se faz mais patente e escandaloso”<sup>122</sup>.

Suas críticas também se estendiam ao Conselho Interino de Governo da Bahia, principalmente, na pessoa de Francisco Brandão, o Montezuma, secretário do Conselho, a quem acusava de buscar se apropriar das lutas políticas na Província da Bahia para poder exercer um poder político aristocrático. E assim bradava Cipriano Barata: “nada de Fidalguia hereditária; nada de Morgados; nada de privilégios e isenções de classe etc. etc. Bahia, tu és a Rainha das Províncias, o baluarte constitucional, muralha diamantina da liberdade do Brasil! Bahia, abre os olhos! Fora com o despotismo, venha de onde vier. O Imperador é nosso”<sup>123</sup>.

Barata colocava em seu discurso, o seu temor em relação àquele movimento do Recôncavo, representado pelo Conselho Interino, tomar a direção de uma representação fidalga e deixar a ideia de uma relação aristocrática com o poder central se sobrepor a de uma monarquia constitucional.

Na visão de Barata, para que isso não acontecesse, era necessário que as províncias de unissem em torno de um ideal constitucional comum, pois, na concepção de Barata, somente dessa forma a monarquia constitucional poderia ser garantida. Esse ideário baseou a crítica às ações do General Labatut, quando este buscava reforçar seu exército passando por províncias do Norte, como Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Barata afirmava que “Até o General Labatut, esquecido de que sua jurisdição é só enquanto dura a guerra do Madeira, tece intrigas e rivalidades entre as Províncias, o que certamente não pode ser vantajoso nestes lances perigosos e tempos de revoluções, quando é preciso mais harmonia e fraternidade”<sup>124</sup>.

Esse discurso, inclusive, mostra o quanto Cipriano Barata mesmo nas suas demonstrações de radicalismo político, conhecidas pelas autoridades da Bahia desde a Conjuração Baiana de 1798, era capaz de uma fala moderada quando se tratava de defender seus ideais constitucionais. Seu radicalismo não o tornava defensor de uma ordem política totalmente avessa à união entre as províncias como base de uma monarquia.

Sua visão política embasava a crítica mordaz ao comportamento das províncias do Sul do Brasil, enfatizando o quanto as do Norte haviam sido protagonistas na resolução da crise política junto ao Gabinete de D. João VI, acusado por Barata de ser um monarca que

---

<sup>122</sup> Ibid., p. 211.

<sup>123</sup> Ibid., 21 de Maio de 1823, p. 248.

<sup>124</sup> Ibid., Quatro de Junho de 1823, p. 265.

amparava uma administração de Estado despótica. Inclusive, o redator do *Sentinela da Liberdade* conferia às Províncias do Norte a força legitimadora da formação do Estado Constitucional. Barata assim se referiu ao que descrevemos neste parágrafo:

Referi estes festins públicos e voluntários do povo para fazer ver quanto é fixa e universal a ideia da nossa Independência; e ao mesmo tempo o entusiasmo com que os povos a celebram; parece que da Bahia para o Norte os Povos estava menos estúpidos e aviltados do que para o Sul onde o despotismo do pérfido Gabinete do Rei D. João VI acanhou e mesmo aniquilou toda a grandeza d'alma, elevação de espírito e nobreza de sentimentos<sup>125</sup>.

O *Sentinela* era um jornal que forjava, em determinados momentos, uma certa memória acerca do papel dos movimentos políticos das províncias do Norte na causa constitucional. As notícias daquela época chegavam de forma relativamente lenta, porque a principal forma de transporte das correspondências eram as embarcações à vela. Dessa maneira, podemos arriscar a afirmar que o imediatismo da notícia era menos importante, para um jornal de caráter doutrinal como o *Sentinela*, do que a argumentação em torno de uma memória política.

Após a expulsão das tropas portuguesas de Salvador em dois de Julho de 1823, houve em Pernambuco, quando a notícia do fim da guerra havia alcançado a província, um ato público, conferido de carregado simbolismo, que retratou de forma teatral a morte de Madeira de Melo. O *Sentinela da Liberdade* não deixou de veiculá-lo, descrevê-lo e argumentar em torno da apropriação política desse ato.

O ato público ocorreu “No dia 19 do corrente Julho”, realizado pela “Mocidade Pernambucana querendo dar um público espetáculo acomodado às circunstâncias do tempo, pediram licença ao Governo para fazer um enterramento ao Governo Madeira que estivera na Bahia”<sup>126</sup>. Segundo Barata, “O ato foi uma farsa ou mascarada. Adiante iam alguns fingidos Padres com fogo em que se queimava alcatrão; muitos fingidos Padres de sobrepeliz e barretes formavam as duas alas, que terminavam por um Padre gordo de grandes óculos com grandes livros”<sup>127</sup>.

Para Barata, essa peça de teatro, que estaria a serviço de forjar uma ideia de que aqueles personagens de padres eram aderentes à causa da Independência na Bahia, simbolizava que “tem mostrado Pernambuco os seus sentimentos de amor e fraternidade para

---

<sup>125</sup> Ibid., 14 de Agosto de 1823, p. 174.

<sup>126</sup> Ibid., 14 de Agosto de 1823, p. 172.

<sup>127</sup> Ibid.

com a Bahia”<sup>128</sup>. Essa “mascarada”, como era chamadas as peças em que os atores apareciam mascarados, sendo que estas expressavam as emoções dos personagens, simulava o enterro do Brigadeiro Madeira de Melo.

O mesmo jornal lembrava que, dias antes, outro ato público também celebrava, em Pernambuco, a expulsão das tropas portuguesas, onde simularam o fuzilamento de Madeira de Melo, acompanhado por “três dias de iluminação, repiques de sinos e Músicas pelas ruas, descantes pelas ruas, etc.”<sup>129</sup>.

Em 18 de setembro de 1823, após os meses de euforia em torno da expulsão das tropas portuguesas da Bahia, Cipriano Barata buscava bradar um alerta em seu jornal, justificando que era preciso observar que a causa da Independência não estava completamente resolvida, pois havia a possibilidade de as tropas expulsas irem reforçar a resistência portuguesa em localidades onde ainda haviam conflitos em torno da adesão de províncias ao governo de D. Pedro. Dentre esses lugares, ainda constavam o Maranhão, o Pará e a Cisplatina que travava uma guerra que, mais tarde, gerou a sua independência frente ao Brasil.

Agora com a saída da Tropa Portuguesa da Bahia, mostraram-se todos tristes, porque ainda tinham esperanças nelas para alguma traição contra nós e ainda não podem crer em tal: e assoalham que eles vão ou para Montevidéu juntar-se a D. Álvaro, ou para Pará e Maranhão: e eles depois de terem destruído a Bahia, deixando somente os edifícios, por não os poderem carregar e, que por isso a quiseram incendiar, talvez vão para outra Cidade, para saquear e roubar, e querem os Patrícios e Amigos desta infame raça destes Vândalos serem iguais aos Brasileiros para poderem ocupar Empregos: [...] agora quiseram meter dois em lugar dos Déspotas Andradas demitidos; e se os Brasileiros espirituosos não gritarem...<sup>130</sup>

Os adeptos da liderança política de José Bonifácio também eram alvo das críticas de Barata, e considerados tão nefastos para a Independência quanto os movimentos de resistência portuguesa. E assim Barata continuava explanando:

A facção dominante do Rio de Janeiro continuou na sua tarefa e à proporção que os negócios públicos mudavam, mudava com eles o Comandante Albuquerque. Entretanto a sempre amável Paraíba, inalienável nos seus princípios, fazia-se aparecer na Corte do Rio de Janeiro e no sistema Liberal, como modelo das outras províncias, o Patriotismo, e marcha regular do seu Governo.<sup>131</sup>

---

<sup>128</sup> Ibid., p. 172-173.

<sup>129</sup> Ibid., p. 172.

<sup>130</sup> Ibid. 18 de Setembro de 1823, p. 185.

<sup>131</sup> Ibid., p. 187.

E, por fim, Barata continuava representando um sujeito político que se utilizava das ideias na sua luta. E porque não o considerar também como um combatente? Naquele contexto de experiências constitucionais, os periódicos *Idade d'Ouro* e *Sentinela da Liberdade* representavam a outra face dessas experiências: a guerra.

E era justamente a guerra o processo que referenciava o compromisso de uma província como a Bahia para com as primeiras experiências constitucionais do Brasil, uma guerra que não era apenas de armas e munições, mas também, de ideias e disputas de narrativas.

## **4 “SAGRADA CAUSA DA NOSSA INDEPENDÊNCIA”: A DEPUTAÇÃO BAIANA NA ASSEMBLEIA GERAL CONSTITUINTE DO RIO DE JANEIRO**

Neste capítulo, foram analisados debates que tiveram a participação de deputados baianos na Assembleia Geral Constituinte, além de discursos em que a Guerra de Independência na Bahia teve sua narrativa disputada por deputados de diversas bancadas provinciais representadas naquela experiência constitucional. Comparações pontuais foram realizadas entre a atuação da bancada da Bahia em Lisboa e no Rio de Janeiro.

### **4.1 A convocação da Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro**

A possibilidade de haver mais de um poder executivo no Brasil, afetando a sua autoridade sobre a política das províncias, incomodou D. Pedro. O seu rompimento oficial com as Cortes de Lisboa e aceno a convocação de uma nova constituinte em terras americanas, prometendo um contrato social e político às elites provinciais que garantisse um pacto que os agradasse e os fizessem confiar na sua capacidade de ser o provedor dos interesses dessas lideranças, foi justificado por um manifesto proclamado em primeiro de Agosto de 1822.

Nele, D. Pedro classificou a possibilidade de serem instituídos dois ou três poderes executivos no Brasil de “uma generosidade inaudita”<sup>132</sup>. O então Príncipe Regente não queria perder a possibilidade de instituir um poder centralizado no Rio de Janeiro que comandasse as províncias do Brasil. Lembrando que essa proposta de descentralização do poder executivo no Brasil constava na consulta encaminhada pela bancada baiana às suas vilas.

D. Pedro buscou, naquele manifesto, defender o seu rompimento com as Cortes de Lisboa, alegando que seu movimento político havia instituído, nas províncias, governos “sem estabilidade e sem nexos, com três centros de atividade diferentes, insubordinados, rivais e contraditórios, destruindo assim a sua categoria de Reino”<sup>133</sup>. Mostrando que a sua preferência de pacto político, por mais que não nos pareça explícita, não comportava dividir a centralização do poder executivo, mesmo que, talvez, esse poder centralizado não fosse capaz de igualar o *status* administrativo das províncias.

---

<sup>132</sup> Manifesto de Primeiro de Agosto de 1822.

<sup>133</sup> Ibid.

D. Pedro também acusava as Cortes de serem “mãos roubadoras aos recursos aplicados ao Banco do Brasil”<sup>134</sup>. Assim, D. Pedro difamava as Cortes de serem mal intencionadas para com a posse de rendimentos que poderiam ser gerados em favor das províncias do Brasil, além de defender seu pai por ter levado consigo a maior parte dos recursos do Banco.

Com esses argumentos, D. Pedro procurava desenhar, para as lideranças das províncias, um quadro que poderia ser ruim para as pretensões das elites que não teriam um caminho político seguro. Dessa forma, D. Pedro se colocava como uma referência politicamente mais estável para aqueles que detinham o poder político e representativo nas províncias.

Em três de Junho de 1822 a Assembleia Constituinte no Rio de Janeiro havia sido convocada. E no dia 19 daquele mês, José Bonifácio, como Ministro de Estado, publicou as instruções para que houvesse a eleição dos deputados (ROURE, 2016, p. 87).

A Assembleia seria composta por 100 deputados que, obrigatoriamente, teriam que ser ou nascidos no Brasil, ou a 12 anos aqui residentes, também havia a possibilidade de haver parlamentares portugueses, porém, com o mínimo de 12 anos de naturalização e família constituída em território brasileiro (ROURE, 2016, p. 87).

Condições subjetivas que os deputados deveriam possuir também foram explícitas por Bonifácio, o candidato deveria ser “instruído”, “virtuoso” e “patriota” aderente à causa da Independência (ROURE, 2016, p. 87-88). A responsabilidade pelo pagamento de 2:400\$000 aos serviços dos deputados ficaria a cargo de cada província (ROURE, 2016, p. 88).

D. Pedro I nomeou diplomatas para representar internacionalmente o país (ROURE, 2016, p. 88-89). É interessante destacar a presença do marechal de campo baiano Felisberto Caldeira Brant Pontes como diplomata na Inglaterra (ROURE, 2016, p. 89).

Com a Proclamação da Independência por parte de D. Pedro I, seu governo rompeu com o juramento às Bases da Constituição Portuguesa que daria origem ao texto constitucional a ser promulgada em Lisboa (ROURE, 2016, p. 97).

Segundo o historiador Agenor de Roure, o próprio D. Pedro, quando exerceu a Regência no Brasil, ao longo de seus conflitos políticos com a deputação lusitana das Cortes de Lisboa, chegou a reprovar as Bases da Constituição Portuguesa e aderir à Carta Constitucional Espanhola por 24 horas (ROURE, 2016, p. 97).

---

<sup>134</sup> Ibid.



Mesmo com a Proclamação da Independência, persistiam conflitos militares, como o da Bahia, sendo que este possuía certa repercussão, em que até mesmo o próprio Imperador utilizava o exemplo da província para convencer as lideranças políticas das outras a seguirem o caminho político que o próprio lhes propunha.

Em 31 de março de 1823, após nomear o Lord inglês Cockrane para o cargo de Primeiro Almirante da Armada, D. Pedro ordenou que a esquadra comandada britânico partisse para a Bahia para que os seus portos fossem bloqueados, visando minar definitivamente a permanência do comando militar português em Salvador (ROURE, 2016, p. 98).

Nesse ínterim, com o desligamento do Brasil das Bases da Constituição Portuguesa, provisoriamente, a Assembleia assumiu o compromisso de respeitar as leis que ainda vigoravam, sendo que, em casos omissos, adotariam leis de outros parlamentos, em especial, daqueles países para onde foram mandados representantes diplomáticos (ROURE, 2016, p. 108). Vale ressaltar que as leis do parlamento inglês foram as mais recorrentes nesses casos (ROURE, 2016, p. 108).

#### **4.2 A Guerra de Independência na Bahia sendo evocada na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro**

Em três de Maio de 1823, começou, oficialmente, os trabalhos da Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro. Anteriormente, no mês que antecedeu os trabalhos, houveram sessões preparatórias para empossar os deputados, decidir os ritos, conceitos, rotina de trabalho, dentre outras questões normativas.

Já no dia três, houve um ato inaugural, que foi uma solenidade em que os deputados receberam o já reconhecido Imperador Constitucional D. Pedro I, este inaugurou, oficialmente, aquela Assembleia com um discurso político que, dentre as questões que lhe foram colocadas, estava a ausência dos deputados que representariam a Bahia.

Naquele discurso, D. Pedro I usou o caso da guerra na Bahia como um exemplo do que, supostamente, poderia acontecer a uma província que não fechasse com o seu governo e com a experiência constitucional que havia sido por ele convocada.

Mesmo ausente de representação parlamentar, a Província da Bahia não deixava ser laboratório de políticas implementadas pelo Regime Constitucional do Brasil. A Vila de São Jorge dos Ilhéus, por exemplo, era palco de uma das primeiras experiências de implantação de

política de imigração de colonos europeus para o Brasil, neste caso específico, de alemães, como eram chamados, pelos brasileiros, os povos que habitavam regiões como a Prússia e a Baviera, por exemplo.

No dia 22 de Maio, foi apresentada à Assembleia uma Resolução assinada pelo deputado, baiano de nascimento e representante do Rio de Janeiro, José Joaquim de Campos, comunicando que, a pedido de uma “Representação da Câmara da Villa de S. Jorge dos Ilhéus, e que lhe foi remetida, pelo Ministro, e Secretário de Estado dos Negócios do Império em officio de nove do corrente”<sup>135</sup>, foi ordenado “que pelo Tesouro Público, não só se façam as despesas apontadas no mesmo parecer em favor dos Colonos Alemães ali chegados, e que depois vierem, e se determinem as providências, que se julgarem conducentes ao seu melhor estabelecimento”<sup>136</sup>.

Como foi retratado no capítulo anterior, houve um engajamento, por parte de deputados da Bahia nas Cortes de Lisboa, em relação à defesa de políticas que visavam a substituição da mão de obra escrava livre através de uma política gradual, em que seriam experimentadas formas de estabelecer outros regimes de trabalho para a lavoura, como foi o caso da defesa de Lino Coutinho em favor da inserção dos libertos no sistema eleitoral discutido na sessão de 17 de abril de 1822 em Lisboa, o parlamentar baiano havia destacado que “O cativo acaba imediatamente que ele tem sua carta de liberdade, e ele entra nos direitos de cidadão como outro qualquer homem”<sup>137</sup>.

Na mesma sessão, Luís Paulino havia defendido o direito de voto dos estrangeiros livres, “porque veio do país da liberdade; um escravo tem em si o ferrete da escravidão, por consequência não deve votar”<sup>138</sup>.

Para os dois parlamentares baianos, a liberdade era uma prerrogativa fundamental para a obtenção de direitos políticos, inclusive, a escravidão estava ligada à ausência de direitos políticos do sujeito submetido a ela. Essa mesma concepção de participação política perdurou na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro.

Não foi possível encontrar, nas Cortes de Lisboa, uma política voltada para uma experiência de substituição da mão de obra escrava, porém, a Assembleia do Rio de Janeiro procurou dar esse passo, justamente, tendo uma vila da Província da Bahia como laboratório.

---

<sup>135</sup> BRASIL. **Diário da Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro**. Sessão de 22 de Maio de 1823, p. 100.

<sup>136</sup> Ibid.

<sup>137</sup> PORTUGAL. **Diário das Cortes Gerais de Lisboa**. Sessão de 17 de Abril de 1822, p. 839.

<sup>138</sup> Ibid.

A Resolução estabelecida em Assembleia autorizava a despesa com os colonos custeada pelo Tesouro Público antes mesmo de “a Assembleia não decreta[r] Regimento”<sup>139</sup> regulamentando as colônias de imigrantes.

Ainda no mês de Maio, no dia 22, os deputados constituintes discutiam a situação de decidirem sobre leis e projetos sem a presença de representantes de todas as províncias, em especial, daquelas que estavam envolvidas em guerras contra tropas portuguesas.

Haviam deputados que representavam o Rio de Janeiro, mas que eram baianos de nascimento, e que fizeram parte do movimento de representantes da Bahia residentes na capital fluminense que, logo após souberem dos confrontos e do esvaziamento da capital baiana, reconheceram D. Pedro como Regente.

Dentre esses deputados, encontravam-se Pereira da Cunha e França, dessa forma, havia uma presença baiana dentro da bancada fluminense; além disso, existiam deputados de outras províncias do Norte do Brasil, como Pernambuco e Paraíba do Norte que eram atentos para com a causa da Guerra na Bahia. Em determinados momentos, como o da sessão de 22 de maio, em que foram debatidas problemáticas que diziam respeito a parte que cabia às províncias na gestão administrativa do Império, por exemplo, a guerra na Bahia costumava ser evocada.

Henriques de Resende, deputado por Pernambuco, ao lembrar as dificuldades políticas enfrentadas pelas províncias do Norte e pela Cisplatina, ressaltou que: “A Bahia está como se sabe; o Piauí em briga; o Pará, e Maranhão não tem ainda aderido; a extremidade do Sul também convulsa; e nossos inimigos ainda com provocações para perturbar-nos. Deixamos segurar a nossa causa”<sup>140</sup>.

A guerra era considerada por deputados como ele, como sendo um elemento a ser levado em conta, pelo fato de que, nas localidades citadas por Resende, a adesão à Assembleia ainda não estava decidida. Persistia no seu discurso, a ideia de que as províncias eram a base do pacto político. Era justamente, em âmbito local, nas províncias, que a guerra de desenrolava.

Representante da deputação do Rio de Janeiro, Pereira da Cunha exaltava a guerra na Bahia: “E como posso eu ver de sangue frio, que Brasileiros degenerados, e Portugueses

---

<sup>139</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro*. Sessão de 22 de Maio de 1823, p. 100.

<sup>140</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro*. Sessão de 22 de Maio de 1823, p. 103.

esfaimados estejam impunemente dilacerando a pobre Bahia, minha pátria, vindo depois estes malvados gozar dos doces frutos da paz, ficando impunidos tão enormes crimes”<sup>141</sup>

Para Pereira da Cunha, aqueles que lutavam contra a causa constitucional da Assembleia no Rio de Janeiro deveriam ser considerados inimigos e, sendo baiano, exaltava, justamente, a guerra que lá acontecia para legitimar o seu argumento em torno da ideia de que não deveria haver conciliação com Lisboa.

Costa Aguiar também enfatizava a possibilidade de ter interrompida a decisão acerca de determinados projetos que tocassem na questão provincial, justamente pela falta das bancadas do Norte. Discutia-se também sobre uma maior força militar sobre a situação em que aquelas províncias estavam sujeitas.

Costa Aguiar enfatizava que: “Além disto, será conveniente semelhante medida nos tempos atuais em que estamos, ocupada a Bahia pelos nossos encarniçados inimigos, e privados ainda da união das nossas províncias do Norte”<sup>142</sup>. Este parlamentar também colocava os opositores àquela experiência constitucional como inimigos e responsáveis pela ausência da deputação nortista.

Alencar, que era cearense, propôs em 26 de maio de 1823, que houvesse deliberação sobre os projetos e leis, porém, que não houvesse decisão final por parte da Casa, sem que os representantes da Bahia chegassem. A deputação do Rio de Janeiro foi uma das principais defensoras de que a presença da representação baiana era imprescindível.

Alencar argumentou que “Sou de parecer que entrem os Projetos em discussão, mas que não se delibere definitivamente sobre eles sem estarem presentes os Srs. Deputados da Bahia, da mesma forma que o Sr. Antonio Carlos lembrou a respeito da Constituição”<sup>143</sup>.

Moniz Tavares, que era pernambucano, mesmo se mostrando solidário à situação da Bahia, era de opinião contrária a de Alencar, argumentava que na Bahia, as lideranças políticas teriam concordância com o que fosse decidido pela Assembleia em torno de leis e projetos que visassem a organização da administração e finanças das províncias.

Moniz Tavares:

Mas diz o Sr. Alencar que a Bahia talvez se resista de se tomar uma medida legislativa, que tanto de perto a interessa, sem o concurso dos seus Representantes; não o posso crer, Sr. Presidente, não posso admitir uma tal hipótese. Na Bahia há homens sensatos, que dirigem a opinião pública; estes homens hão de infalivelmente fazer-nos justiça, porque hão de conhecer a

---

<sup>141</sup> Ibid., p. 104.

<sup>142</sup> Ibid., p. 105.

<sup>143</sup> Ibid., Sessão de 26 de Maio de 1823, p. 122.

desgraça a que está reduzida a Administração das províncias; desgraça que a mesma Bahia não vive isenta<sup>144</sup>.

Já Carneiro da Cunha, cuja posição era convicta no sentido de defender a definição de questões que envolvessem o pacto entre as províncias, apenas com a presença da deputação baiana, manteve-se firme nesse propósito, pois acreditava que, para tratar do pacto financeiro e administrativo entre as províncias, era necessária a presença de uma região tão estratégica e que estava em guerra pela Causa da Independência.

Carneiro da Cunha explanava que “Eu sigo o parecer do Sr. Alencar; e quando se tratou se seriam ou não, discutidos os Artigos Constitucionais sem a presença dos Deputados da Bahia, disse o mesmo e porque o objeto de que se vai a tratar é de muita consideração persisto na mesma opinião”<sup>145</sup>.

Mesmo assim, as discussões e resoluções seguiram sem a presença dos baianos, inclusive, não houveram interrupções nos trabalhos por conta da falta da representação da Bahia, entretanto, as notícias da guerra chegavam ao Rio de Janeiro, mesmo que com deturpações, e eram acompanhadas atentamente pelos deputados que estavam em exercício na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro.

Possivelmente, no mês de Junho, circulavam na capital do Brasil, notícias de que a guerra na Bahia havia acabado e que os baianos haviam se livrado da ocupação portuguesa em Salvador. Era corrente, principalmente, por parte da deputação paulista, o receio de que a guerra na Bahia fosse utilizada, mais vezes, como pretexto para suspender trabalhos constituintes.

Costa Aguiar, que era um dos representantes da bancada paulista, em 10 de Junho de 1823, utilizou uma suposta notícia do fim da guerra, exaltando o fato dos baianos terem se tornado livres do domínio português, justificou que estava pronto para seguir os trabalhos da casa.

Costa Aguiar explanou o seguinte discurso:

Confesso que nos deve ser em verdade da maior satisfação e prazer possível o vermos os nossos Irmãos livres do tirano e malvado jugo Lusitano; as por outra parte é também, dever nosso o levantarmos a sessão no tempo, determinado para isto, e já mais por qualquer outra causa, por mais satisfatória que possa ser; e declare desde já, que me considero com todo o sangue frio para a continuação dos nossos trabalhos, mas não obstante os

---

<sup>144</sup> Ibid., p. 123.

<sup>145</sup> Ibid.

justos sentimentos de alegria de que estou possuído pela cessação dos males, que oprimiam a desgraçada Bahia<sup>146</sup>.

Informação desmentida por Cruz Gouvêa, representante da Paraíba do Norte, que em 25 de Junho, ainda se referia à guerra na Bahia, assim como outros deputados citados aqui, também exaltou os acontecimentos da guerra como sendo uma atrocidade contra a província. Assim discursou Cruz Gouvea:

Sr. Presidente: Na sessão passada votei contra o Projeto, e seu ilustre Autor que o defendeu não pôde convencer-me. Confesso, Sr. Presidente, que não posso beijar a mãe que, por mais de 300 anos lançou ferro à minha pátria. Odeio, e odiarei sempre as crueldades que enlutaram Olinda, Pernambuco, Paraíba, e olho com horror para as que ainda sofre a desgraçada Bahia; mas não posso odiar os nossos irmãos Europeus que, à maneira das Vestes, guardaram nos seus corações conosco a centelha da liberdade<sup>147</sup>.

Havia ali uma discussão sobre a criminalização dos portugueses, tornando-os ou não culpados ou acusados como sendo inimigos da Causa da Independência. Cruz Gouvea estabeleceu um discernimento sobre a questão, dividindo os portugueses entre aqueles que poderiam ser considerados inimigos e aqueles que também eram a favor do constitucionalismo, assim como aqueles que estavam ali legislando na Assembleia do Rio de Janeiro, a ponto de apoiarem a Causa da Independência.

Já em 12 de Julho, com a Guerra na Bahia terminada, Pereira da Cunha continuava a discursar contra as tentativas da Coroa Portuguesa e de seu parlamento em considerar a Bahia como território português. Segundo Pereira da Cunha, “Até aqui ninguém lhe toma contas; porque uma nação não deve ter alguma ingerência no governo e direção dos negócios dos outros”<sup>148</sup>.

Pereira da Cunha, defendendo a completa reprovação contra o uso da força militar portuguesa, utilizando a guerra na Bahia como justificativa para difamar as forças políticas do gabinete de governo português questionou: “que fez mais o ministério de Lisboa? Estendeu esta horrível providência contra o brioso povo da Bahia”<sup>149</sup>.

Continuava o deputado baiano, mas representante do Rio de Janeiro a lançar, em seu discurso, argumentos contra qualquer tipo de negociação que envolvesse reconhecer a Bahia como território português afirmando que “todos os habitantes aderiram completamente à

---

<sup>146</sup> Ibid., Sessão de 10 de Junho de 1823, p. 197.

<sup>147</sup> Ibid., Sessão de 25 de Junho de 1823, p. 287.

<sup>148</sup> Ibid., Livro III, Sessão de 12 de Julho de 1823, p. 77.

<sup>149</sup> Ibid.

sagrada causa da nossa independência, somente porque tem ali alguns centos de soldados lusitanos e uns poucos de malvados satélites que os seguem”<sup>150</sup>.

Ainda na mesma sessão, o também deputado baiano representante do Rio de Janeiro Manoel França, noticiava que Luiz Paulino, em 24 de março de 1823, como deputado do parlamento português, teria realizado uma indicação que, segundo Manoel França, “atenta à luta em que se achavam os baianos contra as tropas de Portugal, que ocuparam a sua capital”<sup>151</sup>.

Tratava-se de uma matéria que foi discutida, tendo como fim a decretação de uma ampliação no número de províncias do Brasil que seriam consideradas como parte do Reino Unido a Portugal, dentre elas a Bahia.

Manoel França considerava que não se deveria tratar as províncias, em que a questão territorial com Portugal ainda estava sendo resolvida, da mesma forma que as Cortes e o governo de Portugal estavam tratando essas localidades. França salientou que “tratarmos nós mesmos as nossas províncias, aderentes, amigas, pacíficas, constituintes e comprometidas como se acham, pela mesma idêntica maneira com que Portugal ameaça as suas revoltadas, é política que não entendo”<sup>152</sup>.

Essa notícia da atitude de Luiz Paulino influenciou que os deputados que desejavam a consolidação formal da adesão da Bahia ao Império do Brasil o taxasse de “traidor”, como veremos, a seguir, na forma como a sua vinda ao Brasil para negociar o cessar fogo na Bahia e a sua adesão a Portugal foi encarada por deputados da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro.

Em nove de setembro de 1823, foi lido aos deputados em plenário, um ofício do Ministro da Marinha, informando que “sete do corrente pela tarde fundeou fora da barra desta Capital o Bergantim Português *Treze de Maio* vindo de Lisboa à Bahia”<sup>153</sup>. Essa embarcação exibia uma bandeira representando o Parlamento Português, “trazendo a bordo o Marechal Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França”<sup>154</sup>.

Esse ofício descrevia que às nove horas da noite, o comandante do Bergantim, no qual Luiz Paulino estava, teria “entrado no Porto e fundeado entre as Fortalezas por causa do tempo, pedindo água e mantimentos para 40 dias”<sup>155</sup>. Essa notícia suscitou uma discussão envolvendo os deputados Carneiro da Cunha da Paraíba do Norte, do representante de

---

<sup>150</sup> Ibid.

<sup>151</sup> Ibid., p. 94.

<sup>152</sup> Ibid.

<sup>153</sup> Ibid., Livro VI, Sessão de Nove de Setembro de 1823, p. 784.

<sup>154</sup> Ibid.

<sup>155</sup> Ibid.

Pernambuco, Henriques de Resende, além dos irmãos Andrada, além dos deputados Gomide, representante de Minas Gerais e Rodrigues de Carvalho, representante do Ceará.

Carneiro da Cunha argumentou que o bergantim “traz a bordo alguém que pretende tratar negócios de Estado da parte do Governo Português; e então merece toda a nossa consideração”<sup>156</sup>. Para o deputado paraibano, era necessário procurar dialogar com Luiz Paulino, pois o mesmo representava diplomaticamente outro Estado, ainda que fosse do Governo de Portugal, cujo diálogo permanecia conflituoso por conta da situação de algumas províncias, como a Bahia, que a Coroa e o Parlamento Português consideravam como parte do território que representavam.

O deputado Carneiro de Campos, baiano, representante da bancada fluminense, interviu no debate e explicou a responsabilidade de estar “encarregado pelo Ministro dos Negócios do Império e Estrangeiros”<sup>157</sup>. E assim elucidou que tomava a palavra para “participar a esta Assembleia que Luiz Paulino oficiou ontem dizendo que viera aqui para se reunir neste Porto como pessoa da confiança do Governo Português, e que hasteara Bandeira Parlamentar para evitar algum embarço”<sup>158</sup>.

Carneiro de Campos seguiu seu discurso esclarecendo que o Ministro que lhe encarregou da comunicação à Assembleia, ao se corresponder com Luiz Paulino, “Respondeu-se-lhe que se vinha autorizado para reconhecer a Independência Política do Brasil poderia ser ouvido; mas que sem esta condição nada havia que tratar”<sup>159</sup>. O representante do Rio de Janeiro ainda explicou aos seus colegas parlamentares que “Tudo isso foi ao Conhecimento de Sua Magestade Imperial, e julgo que há de ser presente a esta Assembleia”<sup>160</sup>.

Carneiro da Cunha concordou com a decisão do ministro e expressou que “Se vem para reconhecer a nossa Independência, muito bem; mas se não é para isso, não tem nada que fazer aqui, nem negócios que tratar com pessoa alguma”,<sup>161</sup> e ainda apoiou o Ministro, ou ao menos, o que este estava comunicando à Assembleia que “deu precisamente a resposta que deveria dar”<sup>162</sup>.

---

<sup>156</sup> Ibid.

<sup>157</sup> Ibid.

<sup>158</sup> Ibid.

<sup>159</sup> Ibid.

<sup>160</sup> Ibid.

<sup>161</sup> Ibid.

<sup>162</sup> Ibid.



Bonifácio de Andrada, deputado por São Paulo, entrevistado alegando que possuía “duas observações a fazer”<sup>163</sup>. Em primeiro lugar, que havia, na sua visão, “uma lacuna neste Ofício por que diz que entrou a Embarcação com Bandeira Parlamentar, e que pediu mantimentos para 40 dias. Vir com aquela Bandeira indica que vem tratar negócios, e pedir mantimentos indica que já tratou de alguma coisa, e todavia o ofício nada diz”<sup>164</sup>. Dessa maneira, Bonifácio questionou a publicidade do que estava acontecendo no diálogo entre Luiz Paulino e o Ministro dos Negócios do Império e Estrangeiros, talvez, colocando uma polêmica motivada por ter sido preterido na condição de homem forte do Ministério de D. Pedro I com sua demissão.

A segunda suposta lacuna apontada por Bonifácio foi a acusação de que o poder representativo de Carneiro de Campos “não é órgão legítimo para participação do Governo a Esta Assembleia”<sup>165</sup>, e ainda alegou que seria necessário “que viesse o mesmo Ministro quando julgasse ser melhor relatar de boca do que oficiar. Além disso, Senhores, como particular acabo de receber cartas em que se me participa que se trata de negociar contra a nossa Independência”<sup>166</sup>.

Provavelmente, para retirar a pauta das mãos do Ministério de D. Pedro I, e trazê-la para o âmbito da Assembleia, José Bonifácio defendeu que “Se o objeto é de segredo temos uma Comissão para negócios dessa natureza e assim é preciso que saibamos tudo o que há sobre este negócio; a Nação está ameaçada dentro e fora: nada de demoras”<sup>167</sup>. É possível que Bonifácio de Andrada tenha assim tratado o acontecido descrito nesses discursos, justamente, para conseguir adeptos a sua luta política contra o Ministério instalado naquele momento, inclusive, procurando capitalizar pautas para a Assembleia, desqualificando o Ministério nessas competências.

Porém, Bonifácio foi confrontado por Henriques de Resende ao alegar que não enxergava “lacuna no Ofício do Ministério”<sup>168</sup>. Resumidamente, Resende explicou que o Ministro solicitou que relatassem assuntos de sua competência, que eram “negócios marítimos”<sup>169</sup> e apresentação de um representante de Estado estrangeiro que “Chegou [por]

---

<sup>163</sup> Ibid.

<sup>164</sup> Ibid.

<sup>165</sup> Ibid.

<sup>166</sup> Ibid.

<sup>167</sup> Ibid.

<sup>168</sup> Ibid.

<sup>169</sup> Ibid.

uma embarcação Portuguesa com Bandeira Parlamentar que veio de Lisboa à Bahia e da Bahia aqui”<sup>170</sup>.

Ribeiro de Andrada, deputado pelo Rio de Janeiro, questionou que “Nenhuma embarcação entra em qualquer Porto com Bandeira Parlamentar sem que venha munida de Despachos do Governo a que pertence para tratar com o da Nação em que entra”<sup>171</sup>. Ribeiro de Andrada ainda seguiu levantando a seguinte hipótese: “vejo que não foi admitido na Bahia, e que de lá é que ultimamente vejo veio para aqui; talvez viesse de Lisboa render ali o Madeira”<sup>172</sup>.

Assim como o Andrada pré opinante, Ribeiro também procurou lançar argumentos e questionamentos para trazer essa pauta da então suposta missão de Luiz Paulino para o âmbito da Assembleia, e não para o do Ministério. Ribeiro questionou “Por que não se participa à Assembleia o que há sobre este negócio, e nos deixam em jejum”<sup>173</sup>?

Assim como Bonifácio, Ribeiro procurou desqualificar o intermédio de Carneiro de Campos afirmando que “O que disse o nobre Preopinante, por parte do Ministro, de nada serve e de nada vale; e a Assembleia precisa saber os motivos que trouxeram este homem ao Rio de Janeiro”<sup>174</sup>. Ribeiro também buscou realizar um alerta em torno da questão, lançando suspeita sobre o propósito da missão de Luiz Paulino, afirmando que “Ninguém pode duvidar que se trama contra a nossa Independência; e em papeis públicos se fala das vistas da Santa Aliança”<sup>175</sup>.

Antonio Carlos Andrada, reforçou o coro do clã dos Andradas e prolongou, em seu discurso, a exigência de que a Assembleia Constituinte tivesse acesso a toda comunicação do Ministério para com representantes de Portugal. Entretanto, sua fala trouxe algumas contribuições ao debate proposto pelos Andradas, dentre elas, a reprovação do diálogo com Luiz Paulino, reclamando que “desde já que nada se trate por via desse traidor, desse Brasileiro degenerado, desse infame, que não merece ser recebido entre nós”<sup>176</sup>.

Após exigir que a Assembleia deveria ser comunicada, Antonio Carlos criticou o Ministro dos Negócios Estrangeiros, afirmando que “Isto é o que devia ter feito o Ministro dos Negócios Estrangeiros e não sei porque o não fez”<sup>177</sup>. E, além das críticas, culpou o Ministério vigente, que apesar de ter intenções em prol à causa da Independência do Brasil, na

---

<sup>170</sup> Ibid.

<sup>171</sup> Ibid., p. 784-785.

<sup>172</sup> Ibid.

<sup>173</sup> Ibid.

<sup>174</sup> Ibid.

<sup>175</sup> Ibid.

<sup>176</sup> Ibid, p. 785.

<sup>177</sup> Ibid.

sua visão, não tinha condições de conduzir a pasta em favor dessa causa, alegando que “Felizmente estou bem persuadido da sua honra e fidelidade à Causa do Brasil; mas Deus sabe como lhe tão as mãos”!<sup>178</sup>

Antonio Carlos também alertava quanto à situação de D. Pedro I no que dizia respeito a “ameaças d’El Rei seu pai”<sup>179</sup>. Clamando pela autoridade do Imperador enquanto “defensor” da Assembleia, Antonio Carlos discursava em plenário, exaltando que “O Senhor Dom Pedro é o Chefe da Nação Brasileira [...] há de morrer conosco [...] nenhum Rei estrangeiro nos há de dar leis. Faça-nos o Governo as participações necessárias e tornar-se-ão as medidas contra as velhas pretensões”<sup>180</sup>.

O deputado França concordou que as informações fossem participadas com celeridade à Assembleia, sem intermédio e com ofício que especificasse mais informações sobre o diálogo com Luiz Paulino. O deputado mineiro Gomide, em sua retórica, exaltou que “já temos elementos da nossa Constituição, e nosso Defensor Perpétuo. Eis Sr. Presidente, marchemos avante! Nem ao pensamento se tolere a mais leve ideia de retrocesso: *aut vicendum aut moriendum*”<sup>181</sup>.

O fim dessa discussão se deu quando, ironicamente, o deputado cearense Rodrigues de Carvalho afirmou que tinha ciência dos despachos e instruções trazidas por Luiz Paulino a mando do Governo Português, por ter estado com o Ministro dos Negócios do Estrangeiro. Rodrigues de Carvalho afirmou que, na resposta do Ministro a Luiz Paulino, “dizia que se trazia instruções para reconhecer a Independência seria ouvido, e que a não as trazer nem desembarcaria. Vi também as cópias das Cartas Régias do Rei de Portugal dirigidas ao Madeira, a João Félix, ao Governo Provisório da Bahia, e ao mesmo Luiz Paulino”<sup>182</sup>.

Segundo o deputado da Província do Ceará. Aquelas “Cartas Régias tinham por fim a Suspensão das hostilidades naquela Província, procurando que voltasse para Portugal tudo o que de lá tinha vindo para serviço do exército”<sup>183</sup>. O interessante é que Rodrigues de Carvalho consegue da parte do Ministro dos Negócios Estrangeiros as tais Cartas Régias e elas foram anexadas ao Diário da Assembleia Constituinte.

Dentre as Cartas Régias, constava a que D. João VI ordenava a Luiz Paulino e ao Comando Militar Português na Bahia, “que proponham uma suspensão de armas, em que

---

<sup>178</sup> Ibid.

<sup>179</sup> Ibid.

<sup>180</sup> Ibid.

<sup>181</sup> Ibid.

<sup>182</sup> Ibid.

<sup>183</sup> Ibid.

cessem as hostilidades, e tenham termo todos os efeitos da guerra”<sup>184</sup>. O monarca português estava interessado em negociar a adesão da Bahia ao Regime Monárquico Constitucional Português, e não ao Rio de Janeiro. A Carta foi assinada com data de sete de Julho de 1823, dias após a derrota do Brigadeiro Madeira de Melo. O rei procurou se adiantar a decretação de uma derrota militar, porém, sem sucesso.

No mês de junho de 1823, com a guerra desenhando um contexto de derrota para as tropas portuguesas, a Junta de Governo de Bahia e Sergipe, presidida por João Pedro Gomes, que havia se organizado durante o conflito, em resposta ao governo rebelde organizado no Recôncavo, discutia a manutenção da Bahia e de Sergipe sob domínio político de Lisboa.

O presidente da Junta buscou convencer os demais integrantes que “não é das Reais Intenções do mesmo Senhor privar a Nação Portuguesa das vantagens de um Governo Representativo”.<sup>185</sup> O presidente da Junta de Governo da Bahia e Sergipe ainda procurava discursar que a Carta Constitucional Portuguesa teria derivação “das antigas instituições da Monarquia e sua primordial Constituição”<sup>186</sup>.

Dessa forma, a condição para a negociação entre o monarca português e aqueles que reivindicavam a representação do governo civil da Bahia e Sergipe em Salvador era, justamente, que os poderes do Estado estivessem delimitados pela constituição, com um governo que representasse as províncias americanas.

As duas comunicações oficiais, a Carta Régia e o Aviso ao Governo da Bahia, estavam em posse de Luiz Paulino, pois firmavam a lealdade da Junta de Governo ao Monarca D. João VI e ao Regime Constitucional Português. Essa documentação acabou de posse da Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro e sendo alguns dos respaldos que os deputados da Assembleia usaram para defender a sua posição de instituição soberana.

### **4.3 A bancada baiana**

Em relação à representação nas Cortes de Lisboa, a bancada baiana era composta, totalmente, por deputados diferentes daqueles que tomaram assento em Portugal. Cipriano Barata e Agostinho Gomes haviam sido reeleitos, porém, não tomaram posse de suas cadeiras (RODRIGUES, 1974, p. 27).

---

<sup>184</sup> Ibid. Carta Régia ao Governo da Bahia. Sete de Julho de 1823.

<sup>185</sup> Ibid. Aviso ao Governo da Bahia. Junho de 1823.

<sup>186</sup> Ibid.

Após o rompimento com as Cortes de Lisboa, os dois políticos baianos passaram a sofrer reprovação política e serem alvos de opinião pública contrária a sua atitude política perante a constituinte portuguesa. Além disso, o histórico de radicalidade política e ideológica acompanhavam Barata e Agostinho desde a Conjuração Baiana de 1798 (RODRIGUES, 1974, p. 27).

Como a eleição para a Assembleia previa a substituição de deputados por suplentes, caso houvesse algum impedimento, a bancada baiana não ficou desfalcada. Cipriano Barata foi substituído por José da Silva Lisboa e Agostinho Gomes por Luiz Pedreira do Couto Ferraz (RODRIGUES, 1974, p. 27).

Segundo o historiador José Honório Rodrigues, a bancada da Bahia foi uma das mais eloquentes, assim como a mineira, possuía uma expressiva representação de intelectuais instruídos nas questões acerca da administração de Estado (RODRIGUES, 1974, p. 27). Para o próprio Rodrigues, a deputação baiana era homogênea; apesar do autor não deixar claro do que se tratava essa “homogeneidade” (RODRIGUES, 1974, p. 27), acredito que ela esteja relacionada a dois aspectos: a instrução intelectual, onde a formação em direito era predominante, e a composição sócio-econômica, eram sujeitos pertencentes às famílias mais fidalgas da Bahia, mesmo tendo entre seus integrantes um mulato, que era o Montezuma, entretanto, não vinha de origem pobre.

Rodrigues compara a bancada baiana à mineira, justamente pelas duas características citadas acima. E quanto à questão da instrução intelectual, vale a pena ressaltar que, para a fidalguia baiana, assim como outras fidalguias *crioulas* da América, segundo Eduardo Borges, “aqueles que adentravam o mundo das letras faziam-no como mais uma estratégia de acumulação de capital simbólico, na busca da distinção social e da nobilitação” (BORGES, 2015, p. 100).

Durante o processo de crise, no qual a Independência na Bahia fez parte, os fazendeiros, dentre eles, senhores de engenho, produtores de tabaco e algodão, bem como os negociantes que desejavam ter mais acesso aos lucros de uma maior liberdade de comércio, passaram a acreditar que o liberalismo seria uma solução ideológica interessante para a organização do estado, porém, sem abandonar as mercês tão esperadas que fossem concedidas pelo Imperador D. Pedro I. A crença de que o liberalismo poderia oferecer uma saída para a crise abriu espaço, inclusive, para que jovens como Montezuma e Miguel Calmon ocupassem espaços na administração local que, em condições de normalidade, seriam exclusivos a políticos mais experientes.

É Possível imaginar que os círculos fechados da política colonial na Bahia, representada por instituições como o Senado da Câmara, por exemplo, teriam se flexibilizado para novos sujeitos políticos que mostravam eficácia e competência administrativa e representativa por conta de possuírem um conhecimento mais amplo e teórico do funcionamento do Estado.

Sendo que isso teria um reconhecimento simbólico importante no Império Português, principalmente, após a Reforma Acadêmica na Universidade de Coimbra, uma das tantas reformulações empreendidas em meados do século XVIII pelo Marquês de Pombal. No entanto, isso possuía um limite, essa intelectualidade baiana não deveria sair do também círculo de privilegiados na estrutura sócio-econômica, mesmo que tivessem que flexibilizar essa participação política para o acesso de sujeitos remediados economicamente, como era o caso de Cipriano Barata.

Na bancada da Província, constavam juristas: Carvalho e Mello e Francisco Carneiro de Campos (RODRIGUES, 1974, p. 27). Contava com um destacado administrador público: Costa Carvalho (RODRIGUES, 1974, p. 27). Segundo Rodrigues, Ferreira França e Montezuma foram constantemente combativos nas atividades da Assembleia, com destaque para o último, que Rodrigues classifica como “demagogo” (1974, p. 27).

Outro nome de destaque da bancada baiana foi Felisberto Caldeira Brant Pontes, que foi representante diplomático do Brasil na Inglaterra, logo no momento em que a Assembleia foi convocada por D. Pedro I, e que, além disso, era um importante Marechal de Campo que atuava comandando tropas locais que reforçavam as forças de defesa da Província da Bahia, sua carreira militar o tornou portador de relevante capital político.

E por último, destaque para Miguel Calmom, que teve atuação de liderança no Conselho Interino de Governo da Bahia, principalmente na sua fundação, tendo tido importância fundamental na organização administrativa da província quando o Conselho Assumiu as funções de poder executivo naquela localidade. O mesmo também atuou como emissário entre a deputação baiana nas Cortes de Lisboa, a Junta Provisória de Governo e a Vila de Santo Amaro da Purificação, que era a que mais abrigava engenhos de açúcar no Recôncavo. Junto com Montezuma, Calmon teve papel de liderança na formação do Conselho no momento em que a Junta Provisória já apresentava uma falência no seu papel de interlocutora das lideranças locais para com as Cortes, Madeira de Melo e o próprio D. João VI, inclusive, sofrendo críticas públicas de D. Pedro.

Os deputados que representaram a Bahia se apresentaram tardiamente, apenas em Julho de 1823, com uma boa parte dos trabalhos em andamento, porém, isso não os

prejudicaram de serem combativos nos debates, apresentando projetos e discutindo diversas matérias, porém, alguns projetos e emendas foram reprovados ou não saíram das discussões, não necessariamente por falta de força política e de convencimento por parte dos parlamentares baianos, mas sim, pela dificuldade de se estabelecer consensos sobre diversas pautas.

Quando houve o golpe da dissolução promovido por D. Pedro I em 12 de novembro de 1823, dos 272 artigos em pauta, apenas 23 foram aprovados, dos 38 projetos de lei que estavam em discussão, apenas seis foram aprovados (GOMES, 2017, p. 19).

#### **4.4 A questão provincial**

Na data de 29 de Julho de 1823, o deputado Montezuma propôs um projeto de lei que estabeleceria isenção de Impostos na lavoura e na décima urbana, essa liberação fiscal teria vigor entre 1822 e 1823, mas foi rejeitada unanimemente<sup>187</sup>. Essa era uma reivindicação que os membros do Senado da Câmara de Salvador encaminharam à D. João VI, no qual Montezuma fazia parte, e que havia sido repercutida por deputados nas Cortes de Lisboa, como Lino Coutinho, porém, não foi atendida nem de um lado e nem do outro.

A Junta da Fazenda da Bahia já apresentava o déficit e não conseguia cumprir, junto aos homens de negócio e aos lavradores da Província, as dívidas para como o Erário Régio, juntando a isso o fato de que os produtos coloniais já não apresentavam a mesma valorização e a Guerra havia gerado despesas que foram cumpridas com doações que foram inscritas no relatório do Conselho Interino de Governo como ato de “Patriotismo”, esperando a compensação através de mercês ou aprovação de projetos que viabilizassem o perdão das dívidas, sendo que a isenção fiscal retroativa poderia ser uma saída. Porém, certamente, os representantes das outras províncias encararam o projeto como a solicitação de um privilégio local.

Todas as províncias do Brasil já vinham sofrendo com a tributação imposta por D. João VI, principalmente, aquelas que mais produziam para a exportação (VIEIRA, 2003, p. 119). O sistema tributário do Brasil, mesmo antes da chegada de D. João VI, era desigual de uma província para outra, essa situação acabou se agravando quando o monarca, com interesses de alimentar o Erário Régio, utilizando o Banco Público para isso, criou novos

---

<sup>187</sup> Brasil. Diários da Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro, sessão de 29 de Julho de 1822, p. 171.

impostos que pesavam sobre o comércio, o tráfico negreiro, o setor imobiliário, consumo, dentre outras atividades importantes para a economia (VIEIRA, 2003, p. 119).

Em 1810, com o objetivo de tornar o Rio de Janeiro uma cidade condizente com o título de centro político, D. João isentou impostos, além de ofereceu prêmios financeiros e honrarias a quem investisse na produção de tinturaria, cultivo de árvores de especiaria fina, farmácia, dentre outras atividades (VIERIA, 2003, p. 119). As mesmas benesses não foram estendidas a outros centros políticos do Brasil, como a Bahia e o Recife, por exemplo.

Ainda em 1822, o Senado da Câmara da Cidade da Bahia e os representantes baianos nas Cortes de Lisboa buscaram isenções de impostos e perdão de dívidas para aqueles que estavam ligados a determinadas atividades produtivas, porém, sem sucesso. A consulta da deputação baiana em Lisboa às vilas do Recôncavo também retornava com pedidos de isenção de tributos, mas, assim como as tentativas dos edis e deputados, não foi atendida.

A guerra poderia ser um bom mote para que a pauta da isenção de impostos viesse a ter viabilidade, mas, além disso, uma guerra costuma prejudicar as atividades econômicas. Porém, nenhuma liderança provincial estava afim de apoiar uma política que poderia ser vertida em privilégio para alguma província em especial, pois a experiência com o Rio de Janeiro como capital do Reino Unido, do ponto de vista tributário, era encarada como lesiva para as lideranças provinciais, pois qualquer isenção garantida para alguma província poderia acarretar em peso fiscal para as outras, ainda mais com o fato de que o Império do Brasil ainda necessitava organizar seu Erário.

Outro ponto defendido por Montezuma que tocava diretamente à questão da Guerra na Bahia, foi a concessão de soldos às viúvas e filhos de combatentes que lutaram em prol da Independência na Bahia e foram mortos em combate<sup>188</sup>. O deputado paulista Antonio Carlos Andrada preferiu apresentar emenda tornando o benefício ampliado para todos que combateram, independentemente, da província, pela causa da Independência<sup>189</sup>.

A Comissão de Legislação, apesar de não contar com nenhum baiano, também reconheceu o compromisso do Conselho Interino de Governo da Bahia para com a causa da independência e propôs homenagens à Província como a concessão de título e armas às vilas de Cachoeira, recebendo a honraria de Heroica, São Francisco, a de Valerosa, Santo Amaro

---

<sup>188</sup> Ibid, p. 112.

<sup>189</sup> Ibid.



da Purificação, a de Benemerita e Jaguaribe, o título de Vila Real<sup>190</sup>. Medalhas de honra aos combatentes e viúvas também foram propostas<sup>191</sup>.

Outro debate que suscitou diretamente a questão provincial foi o da criação da Universidade, em que José da Silva Lisboa e Carvalho e Melo foram os únicos baianos a defenderem que a instituição fosse construída na Corte do Rio de Janeiro. Além disso, o deputado Ferreira França questionou o fato de existirem projetos e artigos que foram aprovados sem a representação de todas as províncias, alegando: “Eu não entendo isto”<sup>192</sup>. Pois, na sua concepção, as províncias deveriam ser a base do pacto político.

Em resposta, o deputado Antonio Carlos Andrada, assim como o restante da bancada paulista, que havia defendido o prosseguimento do andamento dos trabalhos legislativos sem a presença dos baianos, argumentou que “É porque o ilustre deputado cuida que é só constituído pela província da Bahia, mas engana-se, está constituído pela nação inteira”<sup>193</sup>. Antonio Carlos continuou afirmando, contra a suposta legitimidade das províncias do Norte, que haviam passado por conflitos bélicos durante as experiências constitucionais, em reivindicar *status* diferenciado ou questionador em relação às matérias aprovadas, tanto por terem chegado tarde ou por defenderem que a guerra gerava uma relação de compromisso com a Constituinte, continuou discursando que “Os deputados da Bahia, Pernambuco, ou outra qualquer província, não são só os deputados dessas províncias, são da nação”<sup>194</sup>.

Esse debate entre o deputado baiano e o paulista, pertencente ao clã dos Andrada, resume um pouco o que foi a tensão envolvendo a ideia de quem era deputado “bairrista” e quem era defensor de uma “nação brasileira”, discurso esse reproduzido por uma determinada historiografia, podendo destacar como um de seus principais expoentes, José Honório Rodrigues no livro *A Assembleia Constituinte de 1823*, publicado em 1974, que apesar de apresentar essa interpretação tendenciosa que pendeu em favor das atitudes do clã dos Andradas, legou, para nós que nos dedicamos a estudar a ação política na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, um quadro explicativo das discussões em plenário.

---

<sup>190</sup> Ibid., p. 42-43.

<sup>191</sup> Ibid., p. 43.

<sup>192</sup> Ibid., p. 105.

<sup>193</sup> Ibid.

<sup>194</sup> Ibid.

#### 4.5 Oficiais Portugueses no Exército do Brasil

Esse tópico traz uma discussão parlamentar suscitada por um alerta feito pelo deputado Montezuma sobre a admissão de oficiais de Portugal, que combateram contra as tropas que lutaram pela Independência na Bahia, nos quadros do oficialato do Exército Brasileiro. Montezuma assim discursou: “Não posso ser surdo aos clamores da minha província que tanto sofreu da barbaridade lusitana, nem ver com indiferença que sejam atendidos aqueles mesmos que a flagelaram”<sup>195</sup>.

Montezuma continuou alertando seus colegas de Assembleia, demonstrando indignação ao questionar: “Sr. Presidente, é possível que os mesmos que pegaram em armas contra nós, que ensaguentaram suas mãos infames no sangue brasileiro, entrem no serviço, e venham até preterir oficiais beneméritos que sempre pelejaram por nós e pela nossa independência”<sup>196</sup>? Após esse questionamento, Montezuma sugeriu “que se remetam à Comissão de Guerra as portarias e certificados juntos sobre a admissão ao serviço dos oficiais lusitanos”<sup>197</sup>.

O deputado baiano foi um dos parlamentares que mais defenderam um discurso antilusitano na Assembleia Geral Constituinte, procurava ao máximo evocar a memória da Guerra de Independência, entretanto, não contava que D. Pedro I constituiria lealdade política para com esses oficiais, inclusive, mantendo-os por perto, dentro das forças armadas. Inclusive, esses deputados portugueses, mais tarde, em 12 de Novembro de 1823, apoiaram o golpe de D. Pedro I à Assembleia Constituinte (RODRIGUES, 1974, p. 82).

Para entendermos essa postura de Montezuma, é necessário listar alguns elementos que fundamentam o seu discurso antilusitano. Antes mesmo da Guerra de Independência, após a repressão à Revolução Pernambucana, as forças de defesa da Bahia foram reorganizadas com a instalação de Tropas de Linha com batalhões formados por portugueses em 1818 (BETHELL, 2004, p. 193-194). Eram destacamentos mais preparados e remunerados que as Milícias e Corpos de Ordenanças que eram controlados por oficiais pertencentes à classe fundiária local, o que significava maior presença portuguesa sobre a ordem política da capitania, em detrimento da elite local (BETHELL, 2004, p. 194). A ampliação do corpo militar português na Cidade da Bahia e, ao mesmo tempo, o não recebimento desta de melhoramentos e subsídios financeiros e fiscais à estrutura econômica local por parte de D.

---

<sup>195</sup> Ibid. Sessão de Setembro de 1823, p. 124-125.

<sup>196</sup> Ibid.

<sup>197</sup> Ibid.

João, acabavam sendo vistos pela elite local como um desprestígio da sua autoridade política perante o Rio de Janeiro.

As milícias e ordenanças da Capitania da Bahia, no século anterior, possuíam uma função militar importante para a defesa das possessões ultramarinas portuguesas, dentre os exemplos em que essas forças foram empregadas, podemos destacar a restauração de Mombaça, na África, e as lutas da Colônia do Sacramento, no atual Uruguai (PAULA, 2003, p. 303). A experiência militar do oficialato local era uma forma importante de ascensão ao *status* de “nobreza da terra”, o que conferia capital político e econômico.

Em janeiro de 1822, um mês antes dos confrontos que marcaram o acirramento dos conflitos entre batalhões fieis a Madeira de Melo e os leais a Freitas Guimarães, D. Pedro nomeou Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que foi o governador deposto pela Revolução Pernambucana de 1817, ao cargo de Ministro da Fazenda de sua Regência (CARVALHO, 1998, s/p).

Apesar de não ter havido uma adesão da Capitania da Bahia ao governo provisório da Revolução, essa nomeação representava para algumas lideranças políticas nortistas como a manutenção da presença de áulicos ligados à burocracia centralizadora de D. João VI no comando do Estado, principalmente, em se tratando de uma pasta que lidava diretamente com os tributos e as rendas públicas.

Durante a Guerra de Independência na Bahia, Montezuma foi um dos dirigentes do Conselho Interino de Governo, que cuidava da administração local que se comunicava diretamente com o gabinete dos Andradas, que à altura dos acontecimentos da Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro, já haviam sido exonerados por D. Pedro I e deram lugar a um gabinete formado por portugueses que eram ligados a D. João VI.

Durante o período em que estava à frente do Conselho Interino de Governo, Montezuma deu aval para medidas como, por exemplo, dividir categoricamente os Portugueses residentes na Bahia como “amigos ou inimigos da pátria”, criando um passaporte para que portugueses considerados não suspeitos a apoio a Madeira de Melo pudessem circular pelo Recôncavo (GUERRA FILHO, 2015, p. 119).

Além disso, portarias imperiais da época do Gabinete dos Andradas respaldaram prisões de portugueses efetuadas por autoridades das vilas, com a chancela do Conselho Interino de Governo (GUERRA FILHO, 2015, p. 121). Havia portugueses que, ao estarem presos, mandavam correspondências para o Conselho Interino de Governo para convencer as autoridades de que eram “amantes da causa” (GUERRA FILHO, 2015, p. 124).

Justamente, o discurso de Montezuma contra a admissão dos oficiais portugueses alertou esses para que se organizassem em torno de D. Pedro I e contra os irmãos Andrada, para o apoio ao golpe. Por conta da sua denúncia a essa prática, os oficiais portugueses foram peça fundamental para a sua prisão e exílio (RODRIGUES, 1974, p. 83).

Inclusive, o Ministro Nogueira Gama teceu críticas severas a Montezuma, afirmando que “É, na verdade, de admirar a maneira que o Sr. Montezuma tem adotado de falar nesta Assembleia, supondo crimes na sua imaginação e atacando a torto e a direito”<sup>198</sup>. Mesmo estando tão visado pelas forças políticas que cercavam D. Pedro I e que defendiam a permanência dos militares portugueses, Montezuma não se abateu e continuou a defender um discurso semelhante a de conterrâneos seus que, nas Cortes de Lisboa, pediam para que observassem com atenção ao compromisso das lideranças militares e civis da Bahia à Constituinte.

#### **4.6 O ensino superior no Brasil**

A discussão sobre a criação de uma universidade se estendeu do dia 27 de Agosto até o dia quatro de Novembro, uma das discussões que contaram com o maior número de deputados. Dentre os congressistas baianos, destaque para José da Silva Lisboa e Carvalho e Melo que, diferente dos seus conterrâneos, defenderam que a primeira universidade fosse construída no Rio de Janeiro.

Entretanto, a defesa pela criação da universidade em sua própria província não foi exclusiva da maior parte da bancada baiana, a grosso modo, foi corriqueiro nos debates os parlamentares de províncias com um histórico econômico relevante defenderem que a instituição fosse criada em sua região, a exemplo de deputados pernambucanos e paulistas.

Dentre os deputados da Bahia que defenderam que a província fosse agraciada, esteve mais uma vez Montezuma. Este questionou em tom debochado a defesa da bancada paulista: “Não sei por que aqui sempre se anda com São Paulo pra cá, São Paulo pra lá, em nada aqui se fala que não venha São Paulo”<sup>199</sup>. Em seguida, Montezuma defendeu que a universidade deveria ser na Bahia devido a sua localização geográfica “que fica como um centro comum do nosso império tanto para o norte como para o sul, além de oferecer pela

---

<sup>198</sup> Ibid., p. 228.

<sup>199</sup> Ibid., Sessão de 27 de Agosto, p. 177.

qualidade de seu comércio muitas facilidades de transporte”<sup>200</sup>. Também argumentou que, caso não escolhessem a Bahia, Minas Gerais poderia ser a província ideal por ser “um lugar mais central”<sup>201</sup>. É provável que, além da própria discussão a respeito da universidade, Montezuma já se incomodasse com a maneira como a deputação paulista conduzia suas pautas.

Diferentemente de Montezuma, José da Silva Lisboa não fazia uma defesa tão enfática da Bahia enquanto um território a ser beneficiado. Lisboa acreditava que a Corte do Rio de Janeiro deveria receber um ambiente cosmopolita que a equiparasse às Cortes das monarquias europeias.

O Próprio José da Silva Lisboa ocupou cargos na Corte. Enquanto a Guerra de Independência se desenrolava na sua província de origem, ele continuava no Rio de Janeiro como Conselheiro da Fazenda, servindo à Regência de D. Pedro. O compromisso político de Silva Lisboa pouco tinha a ver com as reivindicações locais das lideranças baianas. Comportamento semelhante era apresentado pelo jurista Carvalho e Melo. Essas clivagens oriundas da experiência dos deputados com a Guerra, como temos visto, expressaram-se nos debates sobre diversas matérias.

E no caso da criação da universidade, José da Silva Lisboa afirmou que “tem havido nas províncias partidos dissidentes da causa do Império Constitucional. Importa, pois, que os que devem influir nas classes menos instruídas venham fazer estudos e firmar o espírito do nosso sistema na Roma americana”<sup>202</sup>.

Esse debate permaneceu acalorado no dia 28 de Agosto, com José da Silva Lisboa continuando o debate, alegando que no Rio de Janeiro se falava o português mais cosmopolita dentre as capitais americanas, defendendo que era nas Cortes onde se falava o idioma de forma a ser considerado, em todos seus aspectos linguísticos, como sendo o nacional. Sustentava Silva Lisboa que “Uma razão mui ponderosa me ocorre demais para a preferência da universidade nesta Corte, e é, para que se conserve a pureza e pronúncia da língua portuguesa”<sup>203</sup>. Assim como Montezuma, Silva Lisboa também era contra que se levasse a universidade para São Paulo, porém, diferente do conterrâneo, reforçava seus argumentos a partir da lente dos seus preconceitos linguísticos, alegando que “É reconhecido que o dialeto

---

<sup>200</sup> Ibid.

<sup>201</sup> Ibid.

<sup>202</sup> Ibid.

<sup>203</sup> Ibid. Sessão de 28 de Agosto de 1823, p. 179.

de São Paulo é o mais notável. A mocidade do Brasil, fazendo aí os seus estudos, contrairia pronúncia muito desagradável”<sup>204</sup>.

Outro deputado baiano, Pereira Cunha, foi mais além que Montezuma e defendeu que a universidade fosse em Cachoeira, vila do Recôncavo Baiano que sediou o Conselho Interino de Governo da sua Província, porém, diante a recusa das demais bancadas, Pereira Cunha apresentou a ideia de criar duas Universidades, uma no Maranhão e outra na Bahia, sendo que haveriam colégios distribuídos em outras unidades: Colégios de Ciências Naturais em São Paulo e Mariana, na província de Minas Gerais, além do Colégio de Leis em Olinda, Província de Pernambuco (RODRIGUES, 1974, p. 91).

Interessante é destacar a argumentação de Antonio Carlos Andrada em cinco de Setembro, defendendo a instalação de unidades em São Paulo e Olinda, porém, reprovando a defesa em torno da universidade ser na Bahia. Antonio Carlos apelou para o argumento moral de que a Bahia era “a segunda Babilônia, as distrações são infinitas, e também os caminhos da perdição; é uma cloaca de vícios”<sup>205</sup>.

Esse debate em torno do local de criação da universidade persistiu até o último dia em que a matéria esteve em pauta na Assembleia, sem que os deputados chegassem a um consenso ou a uma maioria que fechasse numa determinada posição.

#### **4.7 O pacto entre as províncias**

Outra discussão acalorada e que também contou com a participação de personagens proeminentes da bancada baiana, foi a respeito do *status* das províncias no pacto administrativo do Império do Brasil.

No projeto de constituição havia alguns artigos que suscitavam discussões de intenso embate, dentre eles, o que vamos destacar neste tópico é justamente o artigo 2º, especificamente, o debate em torno do conceito de “federação”, que também foi centro de polêmicas, anteriormente, nas Cortes de Lisboa, em que alguns deputados baianos haviam se destacado, pois envolvia uma questão fundamental para a resolução da crise fiscal e administrativa do Império: o pacto provincial.

É interessante lembrarmos que, lá nas Cortes de Lisboa, a concepção de um regime em confederação gerou um debate em que de um lado estavam deputados defensores de um

---

<sup>204</sup> Ibid.

<sup>205</sup> Ibid., Sessão de cinco de Setembro de 1823, p. 42-45.

arranjo administrativo centralizado, em que figurava um número majoritário da deputação portuguesa, e do outro, deputados que defendiam um regime federativo, em que podemos citar como exemplos Domingos Borges e Lino Coutinho, sendo que, numa posição mais central, havia o deputado Luiz Paulino, defensor da ideia de um Reino Unido Brasil-Portugal, mas que corroborava em muitos momentos com a ideia integracionista dos portugueses.

A ideia de uma confederação também gerou polêmicas na Assembleia do Rio de Janeiro, em que a dicotomia centralização *versus* descentralização também estava no cerne do debate. Mas no caso da Assembleia no Brasil, haviam elementos novos que traziam outras problemáticas, a exemplo do caso da Cisplatina, província com outro idioma, o castelhano, e estrutura sócio-econômica diferenciada em relação às outras províncias, pois não se tratava de uma economia escravista e monocultora.

O debate sobre a confederação foi iniciado por Montezuma, que defendia o modelo e procurava explicitar que não se tratava de uma fórmula organizacional exclusivamente republicana, mas que poderia ser, para manter a integridade da monarquia constitucional, inspirada na união entre as províncias em torno da sustentação do Império (RODRIGUES, 1974, p. 113).

Essa discussão havia começado por conta da discussão em torno da definição administrativa das ilhas de Trindade e Fernando de Noronha, e da Cisplatina. No artigo 2º do projeto constitucional, essa região era definida “por federação”. Alencar foi contra, pois alegava que a Cisplatina havia rompido com a Assembleia (RODRIGUES, 1974, p. 113). Ferreira França já trazia na modificação do artigo a ideia de que “federação” se compreendia “confederalmente as províncias”, observa-se então que esse foro seria estendido para todas as províncias.

Carvalho e Melo apresentou reprovação à emenda que instituía o foro federativo às províncias, argumentando que via “naquela emenda sustentar-se uma doutrina que pode trazer sobre nós imensos males”<sup>206</sup>. E o deputado baiano ainda continuou chamando a atenção para que “nenhum de nós pode querer outro novo sistema de governo”<sup>207</sup>. Para Carvalho e Melo, “federação” se remetia diretamente ao regime republicano que não era apoiado por nenhum deputado.

Silva Lisboa acompanhou seu contrerrâneo contra o regime federativo, afirmando que era preciso “consolidar a Independência e estender a felicidade. Isto é obra feita que não

---

<sup>206</sup> Ibid., p. 114.

<sup>207</sup> Ibid.

precisa de federação nova, ou heterogênea”<sup>208</sup>. Mais uma vez, além de acompanhar Carvalho e Melo, Silva Lisboa foi contrário a Montezuma, que insistia basear a ideia de “federação” ao conceito de “*foedus*”,<sup>209</sup> termo latim que representava uma aliança horizontal entre as províncias.

Montezuma protestava que se “a Constituição que vamos a fazer não me agradar por me não convencer de sua bondade, não aceito nem assino, e despedir-me-ei da minha pátria”.<sup>210</sup> O deputado pela Bahia ainda questionava a obrigatoriedade das províncias aderirem à Constituição, mesmo que suas lideranças estivessem desagradadas, fazendo uma comparação com a possibilidade de desnaturalização do indivíduo que quisesse abrir mão do foro de natural e cidadão do Brasil, ao protestar que, se um sujeito teria esse direito, “se a Constituição do Império for tal que não lhe agrade, como negá-lo a uma Província ou Províncias”<sup>211</sup>? Para Montezuma, o poder representativo das províncias deveria, tanto quanto os cidadãos, serem base para o pacto constitucional.

O debate parlamentar sobre o pacto político na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro, em especial, no tocante à bancada baiana, refletiu um quadro semelhante ao das Cortes Gerais de Lisboa. A historiadora Andrea Slemian apresenta alguns argumentos que visam explicar divergências como a apresentada neste tópico.

Para Slemian, nas primeiras experiências constitucionais do mundo luso-brasileiro, não houve uma ênfase no “direito dos povos”, apesar de ter havido debates pontuais, principalmente no tocante ao Brasil e sua heterogeneidade populacional que incluía indígenas e africanos (2006, p. 89). Lembrando que, no caso das Cortes de Cádiz na Espanha, uma década antes das experiências luso-brasileiras, a composição heterogênea da população das províncias americanas era uma justificativa usada por lideranças das colônias da América Espanhola do Norte para a defesa de um pacto federativo para a nação ultramarina espanhola.

No caso de Lisboa e Rio de Janeiro, o discurso de defesa da federação era mais pautado sobre a autonomia provincial, apesar de, nas Cortes de Lisboa, Cipriano Barata ter trazido à tona tentativas de convencimento semelhantes ao engajamento federalista de Cádiz. Assim, podemos considerar o federalismo de Lino Coutinho, Domingos Borges e Marcos Antonio Sousa, que podemos enquadrar como liberais moderados, como foi proposta a tipificação do historiador Leslie Bethell para a posição política de clérigos, médicos e

---

<sup>208</sup> Ibid.

<sup>209</sup> Ibid.

<sup>210</sup> Ibid., Sessão de 18 de Setembro de 1823, p. 55.

<sup>211</sup> Ibid., p. 55.



formados em direito que defendiam autonomia provincial (BETHELL, 2004, p. 192), como mais conservador do que o de parte expressiva da deputação ultramarina de Cádiz.

Para Slemian, o constitucionalismo luso-brasileiro emergiu em um contexto de movimento internacional conservador, já com a instalação da Santa Aliança que havia “domesticado” as propostas radicais do liberalismo de matriz francesa (2006, p. 89). Dentre elas, o princípio de “nação soberana”, que no contexto da Revolução do Porto, foi ressignificado para uma ideia de “nação” adequada à solução monárquica constitucional, que também foi resultado de uma diferenciação entre os processos liberais espanhol e português: o fato de a Revolução do Porto ter acontecido com um monarca ainda no exercício do poder (SLEMIAN, 2006, p. 89).

Na concepção de nação gerada pela Revolução do Porto, o monarca passava a ser um dos princípios da soberania do país, inclusive, com uma ideia de pacto político e de foro de cidadania e nacionalidade diretamente relacionada à condição de súdito (SLEMIAN, 2006, p. 90).

O discurso de defesa do pacto federativo por parte de deputados baianos tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro centrado no alinhamento provincial em sua autonomia administrativa em diversos setores como o judiciário e o fisco, eram fundamentados na condição de que as províncias seriam representantes da soberania monárquica. No caso de Montezuma, havia uma variação nessa concepção federalista: a liberdade de adesão das províncias, que independia da condição de súdito, mesmo não rompendo com a monarquia constitucional.

Segundo Slemian, para deputados com o perfil de Montezuma, a soberania do país estava mais centrada na Assembleia Constituinte como representante principal dos interesses provinciais, em que até mesmo o Imperador estaria sujeito às regras do pacto político legislativo (SLEMIAN, 2006, p. 90).

No caso específico da Bahia, como a província, desde o século XVIII, estava perdendo *status* em relação ao Rio de Janeiro, e como a briga das províncias nortistas era em relação ao centralismo fluminense, intensificado por D. João, os deputados buscavam autonomia provincial e equiparação administrativa entre as províncias, pelo fato de, conseguindo atrair melhoramentos fiscais, econômicos e estruturais por parte do monarca e da Assembleia, a Bahia poderia ter mais benefícios que a maioria das províncias por conta da sua privilegiada condição portuária e agrícola. Para isso, precisaria de leis que favorecessem as pretensões de sua elite local.

Dessa forma, fazia sentido Montezuma colocar a Guerra de Independência e a adesão da Bahia à Constituição do Império do Brasil como uma questão de liberdade política, tanto pelo fato da divisão que a província havia vivido durante a guerra com os portugueses, quanto pela atividade administrativa e de comando militar que o Conselho Interino de Governo havia exercido durante o conflito bélico em nome de um projeto capitaneado pela liderança de José Bonifácio, que para Montezuma, tinha na guerra um elemento que firmava compromisso com a Assembleia.

#### **4.8 Pauta econômica**

A economia não poderia passar ao largo das questões debatidas na Assembleia. Com o fim do exclusivo metropolitano e a formação de um Estado Independente, era necessário discutir os rumos da economia. Se através do Senado da Câmara de Salvador, em 1822, edis como Montezuma pediam ao Rei D. João VI que pudessem ter apoio para o desenvolvimento de indústria e aperfeiçoamento de estradas e escoamento através dos rios e portos, como uma mercê a ser concedida aos homens de negócio da província, e além disso, nas Cortes, os deputados da Bahia pediam à Comissão de Fazenda subsídios para a economia na província, a Assembleia do Rio de Janeiro possibilitou aos deputados baianos um espaço de debate amplo dentro da casa, com certa multiplicidade de ideias; porém, com pouco espaço para reivindicações que diziam respeito a exclusividades das províncias.

Nessa atuação dos deputados baianos em matérias econômicas, podemos destacar a ação de José da Silva Lisboa, que era experiente nessa área, tendo ocupado cargo no Conselho de Fazenda e lecionado a cadeira de economia política. Sua tendência ideológica no campo da economia, assim como Francisco Carneiro de Campos, era liberal, influenciada pelas ideias da economia política escocesa, diferentemente de Carvalho e Melo que pendia mais para o protecionismo, principalmente, no que dizia respeito a procurar defender subsídios às fabricas do país.

Entretanto, quem apresentou uma fala no sentido de argumentar sobre a impossibilidade de o Estado Imperial Brasileiro poder investir em subsídios foi Francisco Carneiro de Campos, afirmando que “Nós não temos ainda fundos proporcionados à grande

extensão de terras que convém lavrar, não temos também os necessários braços para aproveitarmos a sua espantosa fertilidade”<sup>212</sup>.

Uma pauta dos senhores de engenho e demais proprietários agrícolas baianos, foi a extinção das Mesas de Inspeção de açúcar, tabaco e algodão. Elas tinham sido criadas pelo Marquês de Pombal em 27 de Janeiro de 1751 (RODRIGUES, 1974, p. 169), e com o tempo, principalmente, com o fim do ciclo de valorização dos produtos coloniais no início do século XIX, esse órgão passou a ser considerado, pelos fazendeiros da Bahia, como um empecilho a melhores lucros nas exportações.

Visando isso, o deputado baiano Miguel Calmon, que também era adepto do liberalismo econômico, apresentou um projeto à Assembleia Constituinte que previa a extinção dessas Mesas<sup>213</sup>. Calmon pediu que seu projeto fosse tratado com urgência<sup>214</sup>. O projeto apresentava como alternativa ao fim das Mesas de Inspeção, tornar o produtor rural responsável pela qualidade do produto e, caso houvesse dúvidas quanto à qualidade e que tivesse trazido algum dolo ao comprador, o caso seria tratado pelas justiças ordinárias<sup>215</sup>.

Em 13 de agosto, Carvalho e Melo, realizou, pela segunda vez, a leitura do projeto, para poder reforçar a sua urgência, defendendo o projeto de Calmon<sup>216</sup>. No entanto, o projeto continuou sem uma definição.

O fim desse órgão fazia parte da pauta de tentativa de extinção de órgãos criados durante as Reformas Pombalinas que exerciam mais controle do poder central sobre a produção local da província, deixando os produtores agrícolas burocraticamente dependentes daqueles que controlavam as Mesas de Inspeção, que estavam comprometidos com a tributação considerada abusiva sobre as atividades produtivas.

Além disso, reduzir o controle central sobre as exportações de tabaco estava ligado ao protocolo de discurso e ação política de defesa do tráfico negreiro entre Brasil e Angola, pois o tabaco era uma das principais moedas de troca de cativos em conjunto com a aguardente. Segundo Tâmis Parron, com a adoção desse protocolo de discurso de defesa do tráfico por parte da elite escravocrata do Brasil em processo de independência, baseado no constitucionalismo, foi possível negociar rotas para o tráfico em meio às pressões políticas de agentes ingleses, tanto por meio direto junto às Coroas do Brasil e de Portugal, como também, procurando disputar a pauta do antiescravismo junto à Santa Aliança (2011, p. 44-45).

---

<sup>212</sup> Ibid., p. 110.

<sup>213</sup> Ibid., p. 59.

<sup>214</sup> Ibid.

<sup>215</sup> Ibid.

<sup>216</sup> Ibid.

É possível encontrar indícios desse protocolo de discurso constitucional em defesa do tráfico, por parte das elites provinciais do Brasil, através de projetos políticos que lhe estão associadas de alguma forma; dentre outros exemplos que podíamos citar, o fim das Mesas de Inspeção não deixa de ser interessante, assim como a tentativa frustrada, por parte de uma representação da Câmara de Luanda em tentar se juntar à Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro para viabilizar uma adesão ao Império do Brasil, pois, o tráfico negreiro garantia mais circulação monetária entre Brasil e Angola do que entre esta e Portugal (PARRON, 2011, p. 58-59).

Talvez por isso, ainda nas Cortes de Lisboa e na Junta de Governo, deputados da Bahia tentavam a extinção de impostos que pudessem ser compensados com a taxação de bebidas de luxo, omitindo a aguardente, que, diferentemente do tabaco, encontrava concorrentes europeus como produto a ser negociado no trato dos cativos (ALENCASTRO, 2000, p. 307). O chamado “trato bilateral” entre Brasil e Angola, nas primeiras décadas do século XIX, forneceu a totalidade de cativos que foram escravizados na Bahia (ALENCASTRO, 2000, p. 324-325).

As Mesas de Inspeção, como eram órgãos do Estado, poderiam estar mais suscetíveis às pressões inglesas e da Santa Aliança contra o tráfico, ainda mais pelo fato de o reconhecimento da Independência do Brasil estar, naquele momento, em negociação com a comunidade internacional.

A política monetária do Brasil também foi matéria discutida, sendo que um decreto sobre dívidas e correção mereceu protesto de Montezuma, após leitura de Carvalho e Melo, em especial, por conta da utilização de papel-moeda, presente no artigo 2º do decreto. Montezuma propôs que fosse retirado o artigo alegando que “assim se evitariam de todo as suspeitas que ele pode suscitar de aparecer algum dia entre nós esse mal público do papel-moeda; ficava a Lei limpa dessa nódoa”<sup>217</sup>.

A queixa de Montezuma em relação ao uso de papel-moeda estava ligado aos problemas gerados pelos papéis emitidos pelo Banco Emissor que, quando D. João VI voltou a Portugal, levando as reservas de ouro do Banco, deixou os papéis-moedas sem lastro. O Estado tinha controle sobre o Banco Público e a emissão de papel-moeda em troca da aquisição de ouro servia, basicamente, para atender ao Erário Régio (VIEIRA, 2003, p. 125).

Mesmo com filial na Bahia, a acumulação do Tesouro Bancário se dava na sede, na capital, representando a centralização do poder financeiro e monetário do Rio de Janeiro em

---

<sup>217</sup> Ibid. Sessão de 11 de Setembro de 1823, p. 758-759.

detrimento da possibilidade de essas funções serem divididas com a Bahia, até porque esta capitania também possuía Casa da Moeda.

#### **4.9 A Dissolução da Assembleia**

O historiador José Honório Rodrigues chamou a atenção para que não se devesse considerar apenas as causas políticas como centrais no fechamento da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, mas também o fator econômico (1974, p. 199).

Ele chamou atenção para o caso do debate legislativo em torno da tomada, por parte do Estado dos fundos deixados por defuntos e ausentes, pois, caso fosse aprovado, o projeto acabaria afetando diretamente os portugueses que não conseguiriam remeter capitais para Portugal, principalmente, se fossem expulsos do país (RODRIGUES, 1974, p. 199).

Rodrigues levantou a hipótese de que o Ministério que substituiu o grupo político de José Bonifácio no Conselho Imperial, que era formado por portugueses ou brasileiros fechados politicamente com grupos econômicos de Portugal, teriam se incomodado com a possibilidade da perda de seus capitais (1974, p. 199-200).

Haviam se levantado contra esse projeto os deputados Costa Maciel e Carvalho e Melo, sendo que os dois, após a dissolução, passaram a fazer parte do Gabinete de D. Pedro I no momento em que este outorgou a Constituição de 1824 e governou sem parlamento até 1826 (RODRIGUES, 1974, p. 200).

Um acontecimento de oito de Novembro de 1823 foi o estopim para que acontecesse uma série de fatos que culminaram na dissolução da Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 1974, p. 200). Foi um requerimento de Davi Pamplona Corte Real, solicitando, através da Comissão de Legislação e Justiça, que a Assembleia tomasse providências acerca da segurança pública (RODRIGUES, 1974, p. 200).

No requerimento, Corte Real explicava que, na noite de cinco de novembro, tinha sido alvo de um espancamento por dois oficiais portugueses: o Major de Artilharia José Joaquim Januário Lapa e o Capitão Zeferino Pimentel Moreira Freire (RODRIGUES, 1974, p. 200). Corte Real teria sofrido injúrias por parte dos militares portugueses, acusado de ter escrito um panfleto chamado *Brasileiro Resoluto* que teria feito acusações públicas contra o fato de D. Pedro I estar se cercando de portugueses, além de ter tido machucados em um dos antebraços e na cabeça, logo acima de uma das orelhas (RODRIGUES, 1974, p. 200).

Montezuma se pronunciou, alegando que “A matéria parece-me de suma importância e merece maduro exame, e peço desde já o aditamento para poder combinar circunstâncias e até trazer documentos que julgo preciosos para o intento do que pretendo ponderar”<sup>218</sup>. Montezuma, àquela altura, estava inteiramente interessado naquele acontecimento.

Já havia sido tratado aqui no texto que o deputado Montezuma acabou enredado no centro da polêmica, em que o parlamentar baiano havia feito a acusação de que o oficialato do Exército estava admitindo portugueses que haviam lutado contra a causa da Independência na Bahia. O deputado baiano passou a sofrer um processo, sendo acusado por oficiais e membros do Ministério de estar caluniando contra autoridades.

D. Pedro já estava pressionado por oficiais e negociantes portugueses, e reuniu tropas em São Cristóvão, no Rio de Janeiro (RODRIGUES, 1974, p. 202), visando se preparar para os futuros movimentos que poderiam acontecer na Assembleia.

Em 10 de Novembro, outro acontecimento marcou a crise entre a Assembleia e o Imperador. Um contingente de pessoas foi em direção à Assembleia querendo ter acesso *in loco* aos acontecimentos. O deputado Alencar pediu à presidência da Assembleia que permitisse às pessoas poderem acompanhar a sessão atrás das cadeiras dos deputados. A permissão foi aprovada, porém sem o consentimento de um dos deputados da Bahia: o José da Silva Lisboa (RODRIGUES, 1974, p. 203).

Ao observar o descontentamento de José da Silva Lisboa, Antonio Carlos afirmou “que me admira é haver tanto medo do povo e tão pouco da tropa! No meio do povo brasileiro nunca podemos estar mal”<sup>219</sup>. Não havia como o presidente Maciel da Costa não ceder à pressão do momento e acabou referendando a entrada da multidão e ainda discursou que a “Assembleia acaba de dar ao povo generoso desta capital a prova mais irrefragável da confiança que nele tem, admitindo-o no seu seio, e tem por isso todo o direito de esperar que ele continuará a conduzir-se com o acatamento e generosidade que tem até agora ostentado”<sup>220</sup>.

Esta situação em que a Assembleia se encontrava, com uma multidão acompanhando os seus trabalhos, inclusive, com os deputados disputando o volume das suas vozes com o das pessoas presentes, ao mesmo tempo em que ofereceu uma repercussão para o caso da agressão ao Corte Real, podendo ser uma forma de a opinião pública ter uma reprovação sobre a presença de portugueses nos círculos mais decisórios do Exército e do Gabinete, também foi

---

<sup>218</sup> Ibid., Sessão de Oito de Novembro de 1823, p. 278.

<sup>219</sup> Ibid., Sessão de 10 de Novembro de 1823, p. 280.

<sup>220</sup> Ibid., p. 281.

um momento que D. Pedro I utilizou de justificativa para considerar a Assembleia sem condições de legislar.

No dia seguinte, uma parte dos deputados passou a não comparecer a sessão, sendo que 11 deputados deixaram de comparecer à sessão de 11 de Novembro (RODRIGUES, 1974, p. 205-206). Sendo que metade da bancada baiana deixou de participar, inclusive, Carvalho e Melo (RODRIGUES, 1974, p. 206).

Observando essa situação, o presidente Maciel da Costa, aproveitou para se manifestar contra a presença da multidão na Assembleia, sustentando que “afogueados os espíritos, interromperam o orador, e levantou-se um motim tal que ninguém se entendia, e apenas ouvi as vozes de alguns Srs. Deputados que pediam a execução do regimento”<sup>221</sup>. Maciel da Costa acabou realizando o papel de ser a voz que, de dentro da Assembleia, ofereceu legitimidade para o movimento que D. Pedro estava preparando ao concentrar as tropas do Rio de Janeiro em São Cristóvão.

Um dos deputados que mais levantava a bandeira de que as províncias eram a base para a fundamentação do pacto político, o cearense Alencar, alertava a Maciel da Costa sobre a possibilidade de dissolução da Assembleia que o presidente passou a cogitar, afirmando que “se tal desgraça sucedesse, desmembravam-se as províncias, o império não era mais império, e o imperador deixava de ser imperador”<sup>222</sup>.

A sessão do dia 11 varou a madrugada, estendendo-se para o dia seguinte, em meio a essa tensão, é que foi lida a resposta de D. Pedro I pelo secretário Miguel Calmon, expressando que o monarca “sente infinito que a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa desconheça a presente crise, em que se acha a capital, crise que até se manifestou nesse augusto recinto a ponto de suspender ontem a mesma assembleia os seus trabalhos extemporaneamente”<sup>223</sup>. Dentre as reações ao comunicado, destaque para a de Montezuma, que prometeu não deixar a Assembleia.

As 11 horas do dia 12, adentrou à Assembleia o Ministro de Estado Vilela Barbosa que, ao ser questionado pelos deputados por entrar com uma espada na cintura, alegou que “Esta espada é para defender a minha pátria, e não para ofender os membros desta augusta Assembleia; portanto, posso entrar com ela”<sup>224</sup>.

Vilela Barbosa passou a ser interrogado, inclusive por Montezuma e, diante o não entendimento entre os interrogadores e o Ministro, um grupo de deputados deixou a

---

<sup>221</sup> Ibid., Sessão de 11 de Novembro de 1823, p. 285.

<sup>222</sup> Ibid.

<sup>223</sup> Ibid. Sessão de 11-12 de Novembro de 1823.

<sup>224</sup> Ibid.

Assembleia a uma hora da tarde do dia 12: Antonio Carlos, Martim Francisco, Belchior Fernandes Pinheiro, José Joaquim da Rocha e Francisco Gê Acayaba de Montezuma. O grupo inteiro recebeu ordem de prisão por parte das tropas que alegavam estar efetuando aquela ação em nome do Imperador D. Pedro I (RODRIGUES, 1974, p. 223).

A dissolução da Assembleia teve repercussão negativa na Província da Bahia, ao chegarem a Salvador, os irmãos Miguel e Antonio Calmon deram publicamente a notícia do ocorrido com a Constituinte (RODRIGUES, 1974, p. 229), tentando acalmar a população da capital baiana, contando que D. Pedro I havia prometido, aos parlamentares, uma constituição liberal que agradasse todas as províncias aderentes. Após essa notícia, ocorreram várias violências contra portugueses e o Governo Provisório da Província da Bahia convocou uma reunião em Conselho Geral, em que foram representadas as instituições civis, militares e eclesiásticas da região, visando chegar a um consenso sobre como agir diante a instabilidade provocada pela notícia (RODRIGUES, 1974, p. 230).

Os irmãos Calmon, inclusive Antonio, que havia assumido como suplente, estavam interessados em esclarecer às lideranças políticas locais da Bahia que não haviam deixado a Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, pois haviam boatos correntes na Capital da Província de que os Calmon tinham rompido com a Constituinte em ato semelhante ao que fizera seus conterrâneos Cipriano Barata, Agostinho Gomes e Lino Coutinho em relação às Cortes de Lisboa um ano antes (RIBEIRO, 2012, p. 142). Miguel e Antonio Calmon procuraram defender a linha de que eram adeptos da dissolução da Assembleia promovida pelo Imperador D. Pedro I (RIBEIRO, 2012, p. 142).

O fechamento da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro gerou um estado de incerteza entre os conselheiros baianos que procuravam respostas de D. Pedro. A província havia aderido à Assembleia após uma guerra com perdas humanas, financeiras e patrimoniais para a população baiana, isso já era o suficiente para que o golpe perpetrado pelo Imperador deixasse as autoridades baianas em alerta, pois haviam realizado a escolha política através da guerra e, naquele momento, o horizonte político desenhado pelas elites baianas parecia não existir mais.

Um importante fator que reforçava o alerta das autoridades baianas era a separação de poucos meses entre os fechamentos dos congressos lusitano e Brasileiro (RIBEIRO, 2012, p. 142). O Conselho Geral, movido por essas inquietações, procurou oficializar a D. Pedro I o seu descontentamento para com o movimento político de fechamento da Constituinte, assumindo uma posição radical em relação aos portugueses e à própria decisão de D. Pedro I.



As autoridades baianas expressavam, em seus ofícios endereçados ao Gabinete do Imperador, no mês de dezembro, descontentamento para com a situação da dissolução da Assembleia, porém, guardavam confiança de que D. Pedro I não desse fim à experiência constitucional e pediam que os parlamentares presos fossem soltos.

Dentre as medidas tomadas pelo Governo Provisório da Bahia, constava a deportação da Província de portugueses e brasileiros que se juntaram contra a causa da Independência na Bahia, demissão de oficiais que haviam lutado ao lado das tropas leais a Madeira de Melo, além de restabelecer a censura a periódicos e panfletos, ameaçando a retirada de licença de periódicos, que não acontecia desde 1822 (RODRIGUES, 1974, p. 230).

Os irmãos Calmon procuraram acalmar os ânimos das autoridades baianas, principalmente, no tocante à sua posição radical para com o Imperador. A solução encontrada por uma determinada “ala moderada” da política baiana foi formar uma Comissão para buscar estabelecer medidas em prol de resolver a crise política instalada na província (RIBEIRO, 2012, p. 143).

Essa comissão resgatou políticos que fizeram parte da deputação nas Cortes Gerais de Lisboa: Lino Coutinho e Francisco Agostinho Gomes (RIBEIRO, 2012, p. 143-144). Havia também a participação dos irmãos Calmon e do então Governador das Armas da Província Felisberto Gomes Caldeira (RIBEIRO, 2012, p. 143-144).

Essa Comissão procurou negociar um diálogo político com D. Pedro I, pois estavam receosos de, por conta da comunicação anterior enviada ao seu gabinete em 13 de dezembro de 1823, a província ser taxada de dissidente (GUERRA FILHO, 2015, p. 157). Além disso, a Comissão procurou afirmar que não concordavam com o que foi expresso naquela correspondência (GUERRA FILHO, 2015, p. 157).

Em 17 de dezembro de dezembro, a Comissão endereçou um ofício a D. Pedro I expressando a “profunda mágoa dos Baianos pela dissolução da Assembleia Constituinte e Legislativa”<sup>225</sup>. As lideranças baianas frisavam que esperavam de D. Pedro I o cumprimento “à sua alta dignidade, boa fé, e constitucionalidade, aos juramentos, que ele, e todos os Brasileiros têm solene e espontaneamente prestado, fazendo medrar o regime constitucional, e apresentando com maior brevidade o prometido projeto de Constituição”<sup>226</sup>.

Em tom mais moderado, os políticos baianos esperavam do Imperador aquilo que almejavam durante o Movimento Constitucional e a Guerra de Independência: a Constituição.

---

<sup>225</sup> Publicado por: TAVARES, Luís Henrique Dias. Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia. São Paulo/Bahia: Editora da Unesp/EDFBA, 2003, p. 106.

<sup>226</sup> Ibid.

D. Pedro I ainda chegou a convocar, de imediato, outra Constituinte, logo após o golpe da dissolução de 12 de Novembro, porém, não cumpriu e outorgou a Constituição de 25 de Março de 1824 (ROURE, 2016, p. 246).

Após receber notícias de que o Senado da Câmara da Cidade da Bahia havia se reunido em 10 de Fevereiro de 1824 para debater o Projeto de Constituição que havia sido publicado, D. Pedro I mandou que respondessem às autoridades baianas que as outras províncias haviam aceitado o projeto e que não iria atender somente a Bahia naquele momento (ROURE, 2016, p. 249).

Em resposta a D. Pedro I, o Senado da Câmara da Cidade da Bahia afirmou que a Constituição outorgada apresentava “bem demarcados os limites dos poderes, que devem reger as províncias do grande Império”<sup>227</sup>. Neste quesito, a expectativa da divisão de poderes foi atendida pelo Imperador, entretanto, isso não significava que a independência entre eles estaria garantida, ainda mais com a presença do poder moderador do monarca que acabou, ao menos na correspondência, sendo bem recebido pelas autoridades baianas ao definir suas expectativas para com as prerrogativas desse poder que, na visão dos edis, instituía D. Pedro I como “o primeiro representante da nação, sancionar as leis discutidas nas suas câmaras, fazer executar todas as disposições legislativas, moderar, e manter o equilíbrio moral de todos os poderes”<sup>228</sup>. Observa-se que as elites da Bahia esperavam que D. Pedro I protegesse as funções do legislativo que, na concepção da vereação da Capital da Província, deveria ter um papel importante na composição da soberania do Estado.

A vereação que havia se reunido em Salvador pedia que os Conselheiros de Estado não fossem vitalícios e que as tropas de Segunda linha não fossem retiradas dos batalhões das suas respectivas províncias (ROURE, 2016, p. 249).

O Imperador não cedeu à questão do Conselho de Estado, mas prometeu que, quanto às tropas, que elas não seriam retiradas das províncias, a menos que houvesse alguma ameaça à integridade do país (ROURE, 2016, p. 249).

Por fim, a dissolução da Assembleia Constituinte e a decisão de haver um Conselho de Estado vitalício sediado no Rio de Janeiro, acendia a preocupação, por parte das lideranças locais da Bahia, de que a centralização política e o poder concentrado nas mãos de um grupo vitalício lhes tirasse a possibilidade de pedir mercês diretamente a D. Pedro I e ser prontamente atendidos.

---

<sup>227</sup> Ofício publicado em: ACCIOLI, Inácio. Memórias Históricas e políticas da província da Bahia. Anotado por Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931, p. 176-178.

<sup>228</sup> Ibid.

Porém, vale ressaltar que, para algumas lideranças políticas da Bahia, a dissolução da Assembleia não significou o fim da carreira política, como no caso de Carvalho e Melo, Miguel Calmon, Lino Coutinho e José da Silva Lisboa, que conseguiram se estabelecer enquanto políticos de prestígio nos círculos da Corte de D. Pedro I. Já no caso de Cipriano Barata, o rótulo de “liberal radical” o tornou, assim como no caso de Montezuma, um dos primeiros presos políticos do Brasil Independente, porém, o último continuou atuante na política baiana ao longo do século XIX até sua morte.

## 5 CONCLUSÃO

As Constituintes sempre foram experiências de redefinição da formação do Estado e da Nação. E no caso de um processo de crise que serviu de contexto para a Independência de um país, a feitura de uma carta constitucional tem um papel mais profundo: o de elaborar o consenso sobre o pacto político que forjava o Estado Nacional.

Mesmo correndo o risco da ousadia, podemos afirmar que o liberalismo constitucional representou uma revolução na forma como a formação e o funcionamento do Estado passou a ser encarado pelas elites políticas e econômicas das províncias do Brasil a partir de múltiplas possibilidades de obterem vantagens fiscais, estruturais e na administração pública que lhes pudessem ser mais rentáveis.

No entanto, não podemos perder de vista que a monarquia constitucional vislumbrada por essas elites não representava uma total ruptura com a cultura política do Antigo Regime Português. Por mais que tivessem certa autonomia para discutir as bases do pacto político, as elites provinciais defendiam a convocação da Constituinte como uma benesse do Imperador.

No caso específico das elites baianas, a experiência constitucional perpassou o desejo de formação de instituições representativas, que foram as Juntas Provisórias de Governo e o Conselho Interino, que funcionassem como intermediário entre as autoridades políticas locais, as constituintes e o monarca.

As Juntas e o Conselho costuraram a lealdade política das instituições camarárias das vilas para com as Cortes de Lisboa e, posteriormente, a Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro. Para as lideranças baianas, a Guerra era uma relação de compromisso para com a Constituição a ser forjada e D. João VI e D. Pedro I eram tidos como monarcas constitucionais. Ao mesmo tempo, os movimentos políticos eram observados pelos monarcas e pelas lideranças políticas das outras províncias.

Ao observarmos os discursos parlamentares e de D. Pedro, podemos constatar que a Província da Bahia tinha um papel central no processo da Independência do Brasil, lá se concentrava uma estrutura burocrática, forças de defesa e importante núcleo de produção agrícola.

Esses elementos são fundamentais para legitimar uma narrativa em que tanto os conflitos armados quanto os debates na imprensa e nas Constituintes, foram cenário do protagonismo dos agentes políticos da Província da Bahia.

Ao longo do processo de Independência, em que a guerra na província teve como pano de fundo a disputa que envolveu o alinhamento às Cortes de Lisboa e à Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro, a Bahia, assim como o Maranhão, por exemplo, foi uma região que quase não pertenceu ao Brasil e podia ter continuado como território português. Isto deve ser considerado sempre que argumentarmos sobre o fato de a Independência do Brasil não ter sido resolvida por consenso simples e sem debate.

Tanto nas Cortes Portuguesas quanto na Constituinte do Brasil, a Bahia não foi representada por uma bancada homogênea e coesa em torno de um programa político, o que dificulta a realização de uma síntese que simplifique o papel da bancada da Província.

Nas Cortes de Lisboa, duas pautas foram chave para os discursos parlamentares baianos: o nivelamento entre as províncias e a ocupação militar portuguesa. A derrota nessas duas pautas motivou o rompimento de Cipriano Barata, Agostinho Gomes e Lino Coutinho para com aquela experiência constitucional, mas no caso da primeira pauta, mesmo Marcos Antonio Sousa e Domingos Borges, preferiram permanecer em Lisboa, assim como Luis Paulino que, diferente dos dois, estava mais preocupado em defender uma formação política em que permanecesse inalterada uma concessão do monarca D. João VI, com o qual estava ligado pela carreira militar e cortesã, que era o Reino Unido.

Outra questão a ser pontuada é a do federalismo. Como indicado na revisão historiográfica, e retificado pelas fontes, não é novidade o fato de que a deputação baiana não apresentava um projeto político único, ou ao menos, facções política e ideologicamente definidas que pudessem servir de base para uma articulação homogênea e, por isso, estabelecer, de forma concreta, uma proposta de organização federalista.

No tocante ao nosso trabalho, pudemos constatar que esse federalismo nada mais era do que um conjunto de concepções que determinados deputados baianos partilhavam como base para uma pauta mínima que era a descentralização política do Estado Ultramarino Português, situando a Província da Bahia como um território de referência para que as províncias fossem equiparadas administrativamente.

Na Assembleia do Rio de Janeiro, a bancada da Bahia continuou heterogênea, as tensões entre as divergências de propostas e argumentos que colocavam Montezuma de um lado e José da Silva Lisboa e Carvalho e Melo de outro, expressavam bem como a experiência de atuação no Conselho Interino de Governo pautou uma diferença entre aqueles que, como Montezuma, procuravam estabelecer um *status* para a Bahia para que ela fosse uma província central na associação política do Império, e aqueles como Silva Lisboa e Carvalho e Melo que eram mais ligados à vida cortesã do centro de poder do Rio de Janeiro e não tinham a mesma

ligação que Montezuma com as crises políticas vividas na Bahia e que culminaram na Guerra de Independência.

O próprio Montezuma foi um dos defensores da ideia de que as províncias deveriam ter livre adesão ao pacto político que a Constituição iria estabelecer, podemos considerar isso como sendo uma expressão do federalismo que não era partilhado apenas por baianos, mas também, por deputados de outras províncias do norte do Brasil, com era o caso de José Alencar que representava o Ceará.

Porém, não podemos perder de vista o quão, em determinadas vezes, o federalismo baiano, ou a própria postura da bancada em exigir que seus preceitos sobre a feitura da Constituição fossem aceitos pela maioria, inclusive, utilizando a Revolução Constitucionalista e a Guerra de Independência como legitimadoras desse posicionamento, acabou sendo ponto de discórdia, indo na contracorrente de outras bancadas que também buscavam forjar um consenso em torno do pacto político, como era o caso da representação de São Paulo.

A expectativa com esta pesquisa é de que ela tenha ajudado a responder a questões e suscitado debates acerca das aspirações e projetos políticos que estiveram nos horizontes daqueles que possuíam o poder político e econômico da Província da Bahia em suas mãos no momento em que precisaram debater e tomar decisões sobre a associação política que desejavam formar para o Brasil nas Cortes de Lisboa e na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro.

## 6 REFERÊNCIAS

### Fontes Impressas

ACCIOLI, Inácio. Memórias Históricas e políticas da província da Bahia. Anotado por Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931.

Ata de Vereação da Vila de São Bartolomeu de Maragogipe. 26 de Junho de 1822. Publicada por: TAVARES, Luis Henrique Dias. A Independência do Brasil na Bahia. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1977, p. 175-176.

BAHIA. Correspondência Oficial das Províncias. Câmara municipal da Cidade da Bahia, 1821-1822.

BRASIL. Diário da Assembleia Geral Constituinte. 1823.

D. Pedro. Fala de José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. 23 de Maio de 1822.

D. Pedro. Carta Régia a D. João VI. 22 de Junho de 1822.

D. Pedro. Carta Régia mandando retirar do Brasil a Ignacio Luiz Madeira de Melo, Governador das Armas da Província da Bahia. 15 de Junho de 1822.

D. Pedro. Proclamação de Sua Alteza Real o Príncipe Regente aos habitantes da Bahia. 17 de Junho de 1822.

D. Pedro. Carta Régia dirigida ao Presidente e deputados da Junta Provisória da Bahia. 15 de Junho de 1822.

ESPAÑA. Diários das Sessões das Cortes de Cádiz, 1811.

\_\_\_\_\_. Documentos de que hasta ahora se compone el expediente que principiaron las Cortes Extraordinarias sobre el tráfico y esclavitud de los negros.

FRANÇA, Antonio de B. Pinto de Brito (Org.). Cartas baianas, 1822-1824. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

PORTUGAL. Correspondência Oficial das Províncias do Brazil Durante a Legislatura das Cortes Constituintes de Portugal nos Annos 1821-1822. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.

\_\_\_\_\_. Documentos para a História das Cortes Gerais, 1821-1822.

\_\_\_\_\_. Diário das Cortes Gerais, 1821-1822.

Ofícios Dirigidos pelo General Madeira de Mello às Cortes de Lisboa. Publicado em: TAVARES, Luís Henrique Dias. A Independência do Brasil na Bahia. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977, p. 131.

### **Periodicos**

*CORREIO BRAZILIENSE*. Declaração de alguns deputados pelo Brasil, nas Cortes de Portugal, que de Lisboa passaram à Inglaterra. Novembro de 1822.

*IDADE D'OURO DO BRAZIL*. Editado por Comentado por SILVA, Maria Beatriz Nizza da. São Paulo: Cultrix, 1978.

SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO. Editado e Organizado por MOREL, Marco. São Paulo: Edusp, 2008.

### **5.3-Manuscritos**

Arquivo Público do Estado da Bahia.

### **5.4-Livros, artigos, dissertações e teses**

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império — Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português**. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

AMARAL, Braz do. **História da Independência na Bahia**. Salvador: Progresso, 1957.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos: autonomia, poder e cultura política na construção do império brasileiro. Sergipe (1750-1831)**. Tese de Doutorado. Franca, UNESP, 2011.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. “O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822)”. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, 1992.

ARAÚJO, Ubiratan Castro. **A Guerra da Bahia**. CEAO-UFBA, 2001.

ARENDT, Hannah et al. **O que é política?**. Bertrand Brasil, 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O feudo. **A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Editora Record, 2003.

BARROS, José D.'Assunção. “História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface”. **Saeculum–Revista de História**, n. 12, p. 128-141, 2005.

BERBEL, Márcia. **A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-1822**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.

BERBEL, Marcia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil**. São Paulo: Alameda, 2012.

BETHELL, Leslie. “A Independência do Brasil”. In: **História da América Latina: da Independência a 1870, volume III**. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 187-230, 2004.

BORGES, Eduardo José Santos. **Viver sob as leis da nobreza: a casa dos Pires de Carvalho e Albuquerque e as estratégias de ascensão social na Bahia do século XVIII**. Tese de Doutorado em História Social. Salvador: UFBA, 2016.

BOSI, Alfredo. “A Escravidão Entre Dois Liberalismos”. In: **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 194-245.

BOXER, Charles Ralph. **O império colonial português: 1415-1825**. Edições 70, 1981.

CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. **Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821**. Brasília: Senado Federal, 2003.

CAVALCANTE, Daniele Machado. **Entre o Brasil e Portugal**: A trajetória de Luis Paulino Pinto da França (1771-1824). Dissertação de Mestrado em História Local e Regional. Santo Antônio de Jesus/BA: UNEB, 2016.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Formas de identidad en el Río de la Plata luego de 1810**. Universidad, 1989.

COELHO, Hilton de Barros. “**Authorities**” e “**Anarchists**” no “**Império da desordem**”: conflitos e reconfigurações do poder dominate na Bahia da Guerra à consolidação da independência. Dissertação de mestrado. UFBA, 2004.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da Cunha. “A fundação de um império liberal”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização Brasileira**, v. 1, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 172-202, 2003.

DE CARVALHO, Marcus JM. “Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824”. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, 1998. Acesso: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200014&script=sci_arttext)

DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Editora Objetiva, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A interiorização da metrópole [1972]”. In: **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1979.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: Uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, p. 21-44, 2005.

GOMES, Jônatas Roque Mendes. “O conceito de cidadãos nos debates da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823”. **Revista Escrita da História**. Vol. 4, N. 7, p. 11-37, 2017.

GUERRA FILHO, Sérgio A. D. **O Antilusitanismo na Bahia do Primeiro Reinado (1822-1831)**. Tese de Doutorado em História Social. Salvador: PPGH-UFBa, 2015.

GUERRA FILHO, Sérgio A. D. **O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia**. Dissertação de Mestrado em História Social. Salvador: PPGH-UFBa, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial—sua desagregação. In: **História geral da civilização Brasileira**, v. 1, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 9-39, 2003.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. “Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 129-175.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

KRAAY, Hendrik. **Soldiers, Officers and society: the army in Bahia, Brazil, 1808-1889**. Tese de Doutorado. University of Texas at Austin, 1995.

LAPA, José Roberto do Amaral. A Bahia e a Carreira da Índia. **Brasiliiana**, 1968.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império. **Rio de Janeiro: Sette Letras**, 1994.

MAGALHÃES, Pablo Iglesias; JUNQUEIRA, Lucas de Faria. “A biblioteca de um estadista do Império: o inventário dos livros de José Lino Coutinho (1836)”. **Almanack**, Guarulhos, N. 16, p. 206-257, 2017.

MORTON, F. W. O. **The conservative revolution of independence: economy, society and politics in Bahia 1790-1840**. Tese de Doutorado. University of Oxford, 1974.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817: estruturas e argumentos**. Perspectiva, 1972.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. **Luzes nas bibliotecas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Muller, dois intelectuais luso-brasileiros**. Comunicação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial**. Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVAL, Fernanda. **As Ordens militares e o Estado Moderno: Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar Editora, 2001.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PAULA, Eurípedes Simões de. “A organização do Exército Brasileiro”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização Brasileira**, v. 1, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 172-202, 2003.

PIMENTA, J. P. G. “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. In: **Almanack Brasiliense**. Nº 03, p. 69-80, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835**. Edição revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. “O jogo duro do Dois de Julho: o ‘Partido Negro’ na independência da Bahia”. In: REIS, João José e SILVA, Eduardo (orgs.). **Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 79-98.

\_\_\_\_\_. A elite baiana face os movimentos sociais, Bahia 1824-1840. **Revista de História**, v. 54, n. 108, p. 341-384, 1976.

RÉMOND, René. “Por uma história política”. In: RÉMOND, René; ROCHA, Dora (Org.). **Por uma história política**. Editora UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Elisa de Moura. **Entre adesões e rupturas: projetos e identidades políticas na Bahia (1808-1824)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Salvador: UFBA, 2012.

ROCHA, Antonio Penalves. “Ideias Antiescravistas da Ilustração na Sociedade Escravista Brasileira”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, 2000.

RODRIGUES, José Honório. **A Assembleia Constituinte de 1823**. Petrópolis: Vozes, 1974.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução e contra-revolução**. F. Alves, 1972.

ROURE, Agenor de. **Formação Constitucional do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. **Revista brasileira de história**, v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. “Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás-Bahia”, 1814. REIS, J. J.; GOMES, Flávio (Organizadores). **Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Pernambuco e a cultura da Ilustração**. Recife: Editora da UFPE, 2013.

SIQUARA, Marcelo Renato. **Independência ou morte em Salvador: o cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)**. Dissertação de mestrado. PPGH-UFBA. Salvador, 2012.

SORIANO, Luz. **História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal: compreendendo a historia diplomatica militar e politica daeste reino desde 1877 até 1834**. 1890.

SOUSA, Avanete Pereira. “Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII)”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português Séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.

\_\_\_\_\_. **Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

SOUSA, Maria Aparecida de. Bahia: de capitania a província, 1808-1823. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2008.

SOUSA, Maria Aparecida Silva. “Construindo a “nação brasiliense”: poderes locais e identidades políticas na Bahia (1815-1831)”. **Almanack Brasiliense** n. 2. p. 114-121, 2005.

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro. “Projetos Políticos na Revolução Constitucionalista na Bahia (1821-1822)”. In: **Almanack Brasiliense**, nº 07, 2008.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria coroada**. Editora UNESP, 1999.

TAVARES, Luis Henrique Dias. “Cipriano José Barata de Almeida”. **Universitas. Cultura**. Salvador, p. 61-75, 1986.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **A independência do Brasil na Bahia**: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

VARGUES, Isabel Maria Guerreiro Nobre. **A aprendizagem da cidadania: contributo para a definição da cultura política vintista**. Tese de doutoramento. Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Históriada Independência doBrasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX**. Editora Corrupio, 1987.

VIEIRA, Dorival Teixeira. “Política Financeira: o primeiro Banco do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização Brasileira**. v. 1, 2003.

WISIAK, Thomas. **A Nação partida ao meio: tendências políticas na Bahia na crise do Império luso-brasileiro**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo-USP, 2001.

XAVIER, Ângela Barreto e; HESPANHA, A. M. “A Representação da Sociedade e do Poder”. In: MATTOSO, José; HESPANHA, A. M. (Organizadores). **História de Portugal**: Volume IV, O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.